

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO:
CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

ELLEN DE CÁSSIA PINTO

ESCREVIVÊNCIAS DE UMA MULHER NEGRA, EDUCADORA
MATEMÁTICA: UMA DISSERTAÇÃO-MANIFESTO-
AUTOBIOGRÁFICA

BELO HORIZONTE

2022

ELLEN DE CÁSSIA PINTO

**ESCREVIVÊNCIAS DE UMA MULHER NEGRA, EDUCADORA
MATEMÁTICA: UMA DISSERTAÇÃO-MANIFESTO-
AUTOBIOGRÁFICA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Filipe Santos Fernandes

BELO HORIZONTE

2022

P659e
T Pinto, Ellen de Cássia, 1987-
Escrevivências de uma mulher negra, educadora matemática
[manuscrito] : uma dissertação-manifesto-autobiográfica / Ellen de Cássia
Pinto. -- Belo Horizonte, 2022.
173 f. : enc, il., color.

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Educação.

Orientador: Filipe Santos Fernandes.

Bibliografia: f. 172-173.

1. Educação -- Teses. 2. Professoras -- Formação -- Teses.
3. Professores de matemática -- Formação -- Teses. 4. Professores de
matemática -- Narrativas pessoais -- Teses. 5. Negras -- Educação -- Teses.
6. Educação -- Relações raciais -- Teses. 7. Educação -- Relações étnicas --
Teses. 8. Mulheres -- Autobiografia -- Teses. 9. Mulheres na educação --
Teses. 10. COVID-19 Pandemia, 2020- -- Teses. 11. Epidemias -- Aspectos
educacionais -- Teses.

I. Título. II. Fernandes, Filipe Santos, 1988-. III. Universidade Federal
de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.71

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL



ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA ELLEN DE CÁSSIA PINTO

Realizou-se, no dia 22 de novembro de 2022, às 08:30 horas, em plataforma virtual, a 1494ª defesa de dissertação, intitulada *Escrevivências de uma mulher negra, educadora matemática: uma dissertação-manifesto-autobiográfica*, apresentada por ELLEN DE CÁSSIA PINTO, número de registro 2020651631, graduada no curso de MATEMÁTICA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, à seguinte Comissão Examinadora: Prof. Filipe Santos Fernandes - Orientador (UFMG), Profa. Eliane Costa Santos (UNILAB), Profa. Valdirene Rosa de Souza (Secretaria Municipal de Educação de São Paulo) e Prof. Victor Augusto Giraldo (UFRJ).

A Comissão considerou a dissertação aprovada, destacando a potencialidade da escrita enquanto contracultura, a contribuição do trabalho para as discussões sobre a decolonialidade e contra-colonialidade e a importância da pesquisa para o campo da Educação Matemática. A Comissão sugere a divulgação do trabalho em publicações acadêmicas diversas.

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 22 de novembro de 2022.

Prof. Filipe Santos Fernandes (Doutor)

Profa. Eliane Costa Santos (Doutora)

Profa. Valdirene Rosa de Souza (Doutora)

Prof. Victor Augusto Giraldo (Doutor)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, Universo, Força Vital que, por algum motivo, quis que eu completasse esta missão. Obrigada pela força, companhia e apoio em cada momento de alegria e desespero, durante todo esse tempo. E a todas e todos os seres espirituais que, sem que eu veja, estão comigo me guiando, protegendo e livrando do mal. Obrigada à deusa africana e kemética Maat, por ter se revelado a mim de modo sublime e inesperado. Obrigada ao deus africano kemético Rá, deus Sol, por reger meu signo.

À minha mãe, Eni, pela atenção e carinho. Por acreditar que eu conseguiria ir até o final.

Ao meu pai, Valdeci, por cada conselho e por me acolher nos momentos, de tristeza, agonia e desespero.

Ao meu irmão, Ewerton, por ter me ajudado com as difíceis disciplinas da graduação, sem seu apoio eu não teria finalizado o curso de Licenciatura em Matemática, tampouco o mestrado.

Ao meu marido, Antônio, pelo amor e suporte destinado à concretização deste sonho. Você é parte crucial desta vitória.

Ao meu orientador, Filipe, por ter sido exemplar durante todo esse percurso, por fazer parte da luta antirracista. Agradeço pela oportunidade de ter participado do minicurso ministrado por você e pelo professor Victor Giraldo, em 2019. A partir dos conhecimentos compartilhados por vocês, eu senti que gostaria de fazer mestrado em Educação Matemática.

À Sílvia Regina, pela amizade, companheirismo e solidariedade desde a época da minha graduação, tutoria durante o curso preparatório do Afirmção na Pós, na Comissão das Ações Afirmativas, no grupo de estudos Autoras Negras,

nas disciplinas que cursamos juntas na pós-graduação e no Grupo de Terapia Afrocentrada.

À psicanalista Camila e à terapeuta floral, especialista em relações etnicorraciais, Suely Virgínia, por terem cuidado da minha saúde mental.

A todas e a todos que, há anos, vem lutando pelas pautas de inclusão social e oportunidades para as pessoas negras. Em especial, à professora Nilma Lino Gomes, por estar à frente na representação do Movimento Negro na educação brasileira, por ter lutado e estar lutando pelos direitos da negritude no acesso e permanência à Universidade, tanto na graduação quanto na Pós.

Ao Presidente Lula, por assinar a Lei de Cotas Etnicorraciais.

Ao Projeto Afirmação, que oportunizou a mim e a outras pessoas negras uma preparação de qualidade para os exames de seleção de mestrado e doutorado.

Às meninas do Grupo de Estudos de Autoras Negras, pelas instigantes conversas, pela amizade e momentos de alegria e troca de conhecimento. Mais que um grupo de estudos, formamos, virtualmente, um espaço terapêutico com práticas de autocuidado e desenvolvimento da nossa autoestima, blindando-os contra as artimanhas da branquitude acrítica.

Ao Gabriel, da linha de Educação Matemática, pela amizade em meio à pandemia, espero perdurar por muito tempo.

A todas as professoras da Linha de Pesquisa em Educação Matemática da UFMG, pelo carinho: Samira, Ção, Vanessa, Jussara, Carolina.

À CAPES, pela bolsa de estudo, significativa para minha permanência e sobrevivência, desde o início da pandemia, até meados de 2022. Graças à ajuda financeira de vocês, somado aos esforços de meu marido, não nos faltou comida

nos momentos críticos. E, graças a vocês, também pude, pela primeira vez, comprar livros, coisa que eu achava que só gente rica podia ter acesso.

À Cristina, Eliana, Cida e Eustáquio, familiares de meu marido, por colaborarem financeiramente com as diárias que a Creusa realizou aqui em casa, durante uma parte do mestrado.

Às incríveis intelectuais, escritoras feministas e militantes do Movimento Negro, sem as quais esta dissertação não existiria: Lélia Gonzales, Suely Carneiro, Cida Bento, Aza Njeri, Katiúscia Ribeiro, Carla Akotirene, Letícia Nascimento, Djamila Ribeiro, Nilma Lino Gomes, Sojourner Truth, Ângela Davis, Grada Kilomba, beel hoks, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e tantas outras. Mais que conhecimento teórico, vocês têm proporcionado compreender quem nós somos.

Às pensadoras e pensadores dedicados aos Estudos Críticos da Branquitude, em especial, ao querido amigo Lourenço Cardoso, pelas nossas conversas que proporcionaram uma série de reflexões sobre a subjetividade da branquitude, e à Lia Vainer Shucman, pelas *lives* e textos importantíssimos na luta antirracista.

RESUMO

A mulher negra é dotada de força e resistência, desde os primórdios dos tempos. *Maat*, deusa africana kemética, guardiã e zeladora da justiça social, confere, desde o *Começo*, sentido epistêmico à pesquisa, em circularidade temporal: *início, meio e começo*. *Início*: aspirações etnográficas em um quilombo. *Meio*: atravessamentos com a pandemia e com as vulnerabilidades de mulheres negras trabalhadoras domésticas. *Começo*: escritivências e abertura de sentidos para a Educação Matemática. O objetivo da pesquisa foi escrever, a partir de dentro, dos próprios sentimentos da autora e os significados de um fazer pesquisa, em uma perspectiva contracolonial. Nessa artesanaria, permiti-me experimentações de escrita, mergulhando em possibilidades de expressões do meu “eu”, que está além e aquém da cor da minha pele. *Maat* me ajudou a ter coragem para me mostrar, tal como sou: leonina com ascendente Gêmeos, Lua em Áries, regida pelo deus kemético Rá, o deus Sol. O percurso formativo e constitutivo da educadora matemática, autora deste texto, expondo de maneira narrativa, com métodos de escrita dissidente e aporte teórico contracoloniais, modos outros de fazer pesquisa. O resultado culmina em uma série de reflexões sobre os imprevistos durante o mestrado, sobre saúde mental, sobre formas de escrita, sobre inseguranças e, sobretudo, sobre a centralidade da mulher africana na diáspora da *Maafa* brasileira que tenta, de inúmeras formas, sobreviver. Tecemos, ao longo do texto, análises e conclusões acompanhadas de sugestões úteis para o campo da Educação Matemática.

Palavras-chave: educação matemática; trabalho doméstico; mulheres negras; pandemia.

ABSTRACT

Black women have been endowed with strength and resistance since the beginning of time. Maat, African Kemetic goddess, guardian and janitor of social justice, confers from the Beginning, epistemic meaning to research, teaching me the circularity of time: beginning, middle, and beginning. Beginning: ethnographic aspirations in a quilombo. Middle: crossings with the pandemic and vulnerabilities of black women domestic workers. Beginning: writing experiences. The objective of the research was to observe, from the inside, from the author's own feelings, the meanings of what it means to do a research in a counter-colonial perspective. In this craftsmanship, I allowed myself to experiment with writing, diving into possibilities of expressions of my "self" that are beyond the color of my skin. Maat helped me to have the courage to show myself as I am: Leo with Gemini ascendant, Moon in Aries, ruled by the kemetic god Ra, the Sun god. The formative and constitutive path of the mathematics educator, author of this text, exposes in a narrative way, with dissident writing methods and counter-colonial theoretical contribution, other ways of doing research. The result culminates in a series of reflections on the unforeseen during the master's degree, mental health, types of writing, insecurities and, above all, the centrality of the African woman in the diaspora of the Brazilian Maafa (ANI, 2015) who tries, in countless ways, to survive. We weave, throughout the text, analyses and conclusions accompanied by useful suggestions for the Mathematics Education sector.

Keywords: mathematics education; domestic work; black women; pandemic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Meu mapa astral.....	16
Figura 2 - Meu gráfico astral.....	19
Figura 3 - Correspondência do signo de leão na astrologia egípcia.....	20
Figura 4 - Print do artigo “O que podemos aprender com a Matemática da Pandemia? Página 1.....	38
Figura 5 -Print do artigo “O que podemos aprender com a Matemática da Pandemia?. Página 2.....	39
Figura 6 - Print do artigo “O que podemos aprender com a Matemática da Pandemia?. Página 3.....	40
Figura 7 - Print do artigo “O que podemos aprender com a Matemática da Pandemia?. Página 4.....	41
Figura 8- Print do artigo “O que podemos aprender com a Matemática da Pandemia?. Página 5.....	42
Figura 9 - Print do artigo “O que podemos aprender com a Matemática da Pandemia?. Página 6.....	43
Figura 10 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil. Página 1.....	48
Figura 11 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil. Página 2	49
Figura 12 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil. Página 3.....	50
Figura 13 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil. Página 4.....	51
Figura 14 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil. Página 5	52
Figura 15 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil. Página 6	53
Figura 16 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil. Página 7	54

Figura 17 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil. Página 8	55
Figura 18 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil. Página 9.....	56
Figura 19 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil. Página 10.....	57
Figura 20 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil. Página 11.....	58
Figura 21 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil. Página 12.....	59
Figura 22 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil. Página 13.....	60
Figura 23 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil. Página 14.....	61
Figura 24 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil. Página 15	62
Figura 25 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil. Página 16.....	63
Figura 26 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil. Página 17	64
Figura 27 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil. Página 18.....	65
Figura 28 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil. Página 19.....	66
Figura 29-Print do artigo Discutindo Racismo em Educação Matemática. Pág 1.	83
Figura 30-Print do artigo Discutindo Racismo em Educação Matemática. Pág 2.	84
Figura 31-Print do artigo Discutindo Racismo em Educação Matemática. Pág 3.	85
Figura 32-Print do artigo Discutindo Racismo em Educação Matemática. Pág 4.	86
Figura 33-Print do artigo Discutindo Racismo em Educação Matemática. Pág 5.	87
Figura 34-Print do artigo Discutindo Racismo em Educação Matemática. Pág 6.	88

Figura 35-Print do artigo Discutindo Racismo em Educação Matemática.Pág 7..89	
Figura 36-Print do artigo Discutindo Racismo em Educação Matemática.Pág 8..90	
Figura 37-Print do artigo Discutindo Racismo em Educação Matemática.Pág 9.91	
Figura 38-Print do artigo Discutindo Racismo em Educação Matemática.Pág 10.92	
Figura 39-Print do artigo Discutindo Racismo em Educação Matemática.Pág 11.93	
Figura 40-Print do artigo Discutindo Racismo em Educação Matemática.Pág 12.94	
Figura 41-Print do artigo Discutindo Racismo em Educação Matemática.Pág 13.95	
Figura 42-Print do artigo Discutindo Racismo em Educação Matemática.Pág 14.96	
Figura 43-Print do artigo Discutindo Racismo em Educação Matemática.Pág 15.97	
Figura 44 - Maat.....	157

LISTA DE SIGLAS

BH - Belo Horizonte

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

DCE - Diretório Central dos Estudantes

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FaE - Faculdade de Educação

FAFICH - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

FUMP - Fundação Mendes Pimentel

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

MG - Minas Gerais

ICEX - Instituto de Ciências Exatas

ONU - Organização das Nações Unidas

PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais

UMEI - Unidade Municipal de Educação Infantil

SUMÁRIO

Prólogo	11
Início.....	12
Meio.....	34
Começo.....	116
Referências.....	172

PRÓLOGO

Início, meio e começo.

O tempo não tem fim. É cíclico e infinito, dizem as filosofias africanas. Basta observar a circularidade das rodas de capoeira, os ciclos das estações, das festividades, da própria vida em si: “geração avó, geração mãe e geração filha”. Como dizia Nego Bispo, griô afropindorâmico, com quem venho aprendendo os mistérios da ancestralidade africana:

Confluência.

Transfluência.

Para fluir é preciso voltar, praticar *Sankofa*, *escreviver*.

Na jornada que se inicia, presentifica e reinicia, proponho às leitoras e aos leitores um exercício de “ler com a alma”, “sentir as palavras”, permitindo-se leituras outras, para além das epistemes acadêmicas. Aqui, há um misto de textos acadêmicos, literatura, esoterismo, espiritualidade, escrita dissidente, metodologias experimentais, narrativas em primeira pessoa, narrativa de uma deusa, diálogos e três temas em uma só dissertação.

Desejo a todes, todas e todos uma boa leitura.

Início



Eu era uma menina acostumada com os elogios; uma filha comportada, disciplinada e aluna “nota 10” na escola. Frase fácil de escrever e difícil de explicar, porque não sou psicóloga nem psicanalista. Mas tudo na minha vida, inclusive a escrita desta dissertação, tem ponto de partida nesses fatos. Meu maior medo era decepcionar meus pais e meus professores e isso me causava, e ainda causa, grande sofrimento psíquico. Isso porque perseguir a perfeição, ter por objetivo gabaritar provas para ver o sorriso das pessoas e receber elogios, molda um ser humano dependente e com desvios egóicos, que tendem à ilusão de superioridade, ao passo que revela, também, um sujeito inseguro na vida. Insegurança que se reflete, inclusive, na escrita e, por isso, escolhi começar fazendo essas breves explicações.

Enviei uma mensagem ao meu orientador, após uma crise compulsória de choro. Acho que nunca chorei tanto na minha vida. Fiz duas versões de dissertação e não consigo finalizar ou gostar de quaisquer delas. Acho tudo um lixo e tenho vergonha que as pessoas a leiam um dia.

A insegurança para escrever se justifica, também, pela ausência de oportunidades de escrita no curso de Licenciatura em Matemática, que ainda tem sua grade curricular composta, majoritariamente, por disciplinas das chamadas Ciências Exatas. Essa característica, penso eu, inviabiliza, inibe ou mesmo incapacita, os recém-formados a pleitear uma pós-graduação fora dessa área. E,

embora eu tenha participado do Curso de Extensão “Afirmação na Pós”¹, ao qual sou imensamente grata, não tive aulas em número suficiente para adquirir uma “boa” habilidade da escrita do tipo “acadêmica”.

Mas, em uma conversa com a minha terapeuta floral, especialista em relações etnicorraciais, ela me disse algo sobre a oralidade e vi nisso um sentido: nós, africanos e seus descendentes, temos na “cultura oral” o predomínio de nossa episteme. Esse pode ser um dos motivos pelos quais muitas pessoas negras têm dificuldade com essa episteme dos brancos, onde há um exacerbado grau de importância a uma “cultura escrita” específica. Eles desenvolveram um jeito “acadêmico” para validar e reproduzir sua cultura dominante, a supremacia intelectual branca.

No meu caso, as duas coisas se confirmaram, tanto a dificuldade decorrente da formação, quanto a disposição de minha ancestralidade.

Você, leitora ou leitor, poderá observar que esta dissertação está dividida em três partes. A primeira, *Início*, diz respeito ao meu pré-projeto, cujo objetivo era a realização de uma etnografia em um quilombo rural, na cidade de Ouro Verde de Minas (MG). Para viabilizar o projeto, meu orientador e eu achamos melhor fazer a pesquisa em um quilombo mais próximo de Belo Horizonte (MG), cidade onde eu residia. Foi então que identifiquei quatro possibilidades, tendo visitado apenas o Quilombo Manzo. Trago, nesse momento, as inquietações de uma pesquisadora e de uma pesquisa diante da pandemia, que precisa construir um novo corpo para desenvolver a sua pesquisa.

A segunda parte, *Meio*, trata da redefinição do projeto, uma consequência direta do isolamento social. Como os quilombos precisaram resguardar a sua

¹ O curso de Extensão, Afirmação na Pós, desenvolve preparação para concorrência em processos seletivos em cursos de pós-graduação, no nível mestrado, nas áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas. O objetivo é preparar candidatos/as para a seleção em programas de pós-graduação stricto sensu, em nível de mestrado, tendo por referência as ações afirmativas para a população indígena, negra e quilombola. Para mais informações, acessar o link: <https://ufmg.br/storage/a/3/d/1/a3d1a320b86a24940ece63526b2b7c36_16545183862644_1048848514.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2023.

segurança sanitária, meu orientador e eu imergimos nos estudos sobre a vulnerabilidade da população negra, mais particularmente da mulher negra e seus atravessamentos com a pandemia da Covid-19, tendo gerado um artigo para a *Revista Latino-americana de Etnomatemática*. Esse movimento nos permitiu situar o etno de etnomatemática junto à escravidão no Brasil, buscando contribuições para uma nova agenda de pesquisa. Estava disposta, assim, a trabalhar com trabalhadoras domésticas negras, entendendo suas vivências junto à pandemia.

O terceiro momento da dissertação, *Começo*, foi o abandono do segundo projeto. Algo que nos pegou desprevenidos, mas que tivemos que respeitar a posição das participantes, que optaram por não participar da pesquisa por questões pessoais. Era agosto de 2021 e já não tínhamos tempo de procurar outras participantes para a nossa pesquisa. Então, já sem saber o que fazer após o aborto de dois projetos, pensei que não haveria pesquisa. Mas Filipe me animou e sugeriu que eu investisse em *escrevivências*, utilizando recursos de uma escrita dissidente, de uma narrativa com experimentações literárias.

A subjetividade da pesquisadora é algo que aparece em vários momentos no corpo do texto, como recurso estético, político, teórico e metodológico, mas também cartográfico, uma vez que as dificuldades e emoções vivenciadas durante o percurso acadêmico não serão escondidas, mas explicitadas para que a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e outras universidades tenham a possibilidade de conhecer, de perto, a saúde mental de seus alunos e de suas alunas e, assim, desenvolver projetos de acolhimento psicológico. Pois, não é normal que alunas e alunos da graduação ou pós-graduação tenham crises de ansiedade ou depressão em decorrência do ambiente universitário. Esse também é um ponto que fiz questão de destacar no lugar de velar.



Ontem me acabei de chorar e, hoje, estou eufórica com a presença de meu marido, afinal de contas, é sábado e a umidade do ar melhorou consideravelmente, desde a chuva que começou ontem à tarde. Então vamos deixar de conversa e vamos à dissertação em si.

Acho melhor começar explicando as influências para este formato de dissertação. Primeiro, foi o Filipe, meu orientador, que no minicurso sobre decolonialidade, ministrado por ele e pelo professor Victor Giraldo, em 2019, deu a entender que “decolonizar a pesquisa” seria experimentar outras formas de escrita, outras metodologias.

Qualquer coisa pode ser uma dissertação, desde que expresse um compromisso estético, ético e político. E será tanto mais decolonial quanto o tensionamento das regras acadêmicas que enrijecem a pesquisa e o pesquisador.

Isso dá a entender que existiria um tipo de pesquisador-artista. Ele tem licença poética para fazer o que quiser, com compromisso, nas páginas em branco de um documento. Não precisa dar satisfações a ninguém. Será? Pesquisador decolonial ou descolonial, anticolonial, contracolonial seria um pesquisador livre para se expressar fora dos manuais de metodologia científica.

Relutei bastante para comprar essa ideia. Mas foi o que me salvou.

Na escrita do meu pré-projeto, eu tentei de todo jeito “escrever certinho”, mas não souu verdadeiro. Então, rendi-me às sugestões de Filipe e passei a escrever de forma mais solta. Da forma como eu falo mesmo. E saiu essa obra-prima, que, às vezes, leio, admiro e digo: “poxa, essa menina é foda”; e que, em outras, leio e digo: “esta dissertação está uma porcaria; vou recomeçar essa droga”. Por vezes, bate aquele sentimento de “putz, quero escrever milhares de artigos a partir dessa dissertação” e, em outras, penso: “eu nunca mais quero fazer nada científico”. Típico de pessoas bipolares, dizem.



Importante, também, é falar sobre o Zodíaco: sou leonina, nasci em 13 de agosto de 1987.

Achei melhor explicar essas coisas no início para que você, cara leitora/caro leitor, compreenda a personalidade desta pesquisadora que vos escreve. E, também, porque meu orientador sempre menciona meu signo, a depender do que eu falo ou escrevo.

Abaixo, um pequeno resumo das características de quem sou.

Figura 1 - Meu mapa astral



Fonte: Personare

Trago, a seguir, informações sobre a importância do SOL, do ASCENDENTE e da LUA na configuração dos signos e como influenciam (será que influenciam?) a minha personalidade.

O SOL é a nossa essência básica. A posição do Sol no nosso mapa revela quem realmente somos, qual é a nossa essência mais básica. Mostra ainda nossa vitalidade, poder criativo, como reagimos quando somos pressionados, as causas que defendemos e pelas quais lutamos e o modo de operação do nosso Ego.²

Eu, educadora matemática com Sol em Leão, sou criativa e entusiasmada. A naturalidade para a liderança é algo a ser desenvolvido. Mas, gostei das experiências de liderança que tive enquanto regente de turmas em escolas ou grupos de estudo e coletivos. Tenho falta de paciência quando minha opinião é ignorada ou minha liderança é silenciada por terceiros, notei isso durante minha

² LISBOA, Cláudia. O sol na astrologia - Vida e Individualidade. Astrologia Luz&Sombra. 15 fev. 2021. Disponível em: <https://astrologialuzesombra.com.br/o-sol-na-astrologia-vida-e-individualidade/>. Acesso em 15 de maio de 2023.

participação no grupo de estudos *InSURgir*³, por exemplo. Tenho uma forte inclinação para a arte que, a meu ver, combina muito com a Matemática e isso me ajuda a reger aulas com uma estética mais cuidadosa.

Muitas pessoas pensam que sou caçadora, destemida, corajosa e ardilosa. “Na boa”, não me vejo assim. Essas características são a essência do signo de Leão, mas, quando “sombras” atravessam a personalidade, temos por resultado, um signo a ser aperfeiçoado. A Astrologia foi uma ciência para muitos povos e civilizações da Antiguidade, até os tempos atuais... também para mim, educadora matemática do século XXI. A leoa é bela, imponente, estrategista. Uma educadora matemática leonina também. Será que eu sou? Meu orientador diz que sim, que vê potencial em mim, vê que sou uma mulher forte. Eu mesma não me vejo assim.

O ASCENDENTE é a nossa máscara, a primeira impressão que passamos. O que chamamos de ascendente é a cúspide (início) da nossa Casa 1 no mapa astral. Simboliza a primeira impressão que causamos no mundo, a máscara que usamos durante a vida, como se fosse a “roupa que vestimos”. Demonstra nossos maneirismos e temperamento básico, o que é mostrado logo de cara para as pessoas. É também a energia que precisamos sempre desenvolver ao longo da vida.⁴

Eu, educadora matemática com ascendente em Gêmeos, possuo um apreço por viagens, leitura e curiosidade intelectual elevada. Persona adaptável às diversas situações.

³ O Grupo Insurgir é uma idealização dos professores Filipe Santos Fernandes (UFMG), Carolina Tamayo Osorio (UFMG) e Victor Giraldo (UFRJ), que tem por objetivo estudar autores e autoras numa perspectiva decolonial. Seus integrantes são alunos/alunas, professores/professoras ligados à Educação Matemática. A primeira leitura crítica do grupo foi no ano de 2020. Na ocasião, os professores/coordenadores do grupo escolheram a obra do autor Boaventura de Souza Santos. Isso representou, em certa parte, um início conturbado e contraditório, visto que alguns integrantes do grupo se sentiram desconfortáveis pela verticalização da própria escolha da obra a ser debatida e também pelo fato desse autor em questão estar envolvidos em escândalos de ordem sexual, denunciado por alunas. O fato é que o próprio tema “decolonialidade” é um conceito que deve ser problematizado, inicialmente, e isso não foi feito ou se foi, não atingiu uma compreensão unânime entre os/as participantes. Posteriormente, o grupo foi se abrindo democraticamente para que todas pessoas pudessem sugerir as obras que gostariam de ser estudadas. Eu, particularmente, com o passar do tempo não me senti confortável para continuar participando do grupo e decidi sair dele. Mas o Insurgir continua ainda hoje (2023), na ativa, se não me engano, estudando a obra da autora Linda Smith.

⁴ <https://www.personare.com.br/>. Acesso em 15 de maio de 2023.

Porém, essa leonina que escreve se vê como uma gatinha amedrontada, em frente ao espelho e, como meu ascendente é em Gêmeos, tenho um lado meio infantil ou juvenil, como de quem não quer crescer. Acho que por isso escolhi um arabesco infantorromântico para separar os capítulos da dissertação. Meu orientador disse que esse arabesco não se parece com a “Ellen forte” que ele vê em mim. “Ellen, você não tinha usado um símbolo africano no seu projeto de mestrado?”, ele disse. “Sim, Filipe. Era um símbolo adinkra chamado Aya, que simboliza a resistência e a persistência de vencer as barreiras e dificuldades da vida”, pensei. Eu queria que uma psicóloga analisasse minha dissertação, um dia. Tem tanta coisa terapêutica aqui... Coisas que me ajudam no autoconhecimento...

Mas o ascendente em Gêmeos é só uma carapaça, uma vestimenta ou máscara. Acho que gosto de me sentir mais nova do que realmente sou, porque tenho medo de assumir as responsabilidades que a leoa precisa ter para sua sobrevivência. Embora eu tenha 35 anos, sinto-me com vinte e poucos. Às vezes, com 15 anos. E adoro me sentir jovial assim. Pura máscara. Síndrome de Peter Pan e meu marido é a minha Wendy.

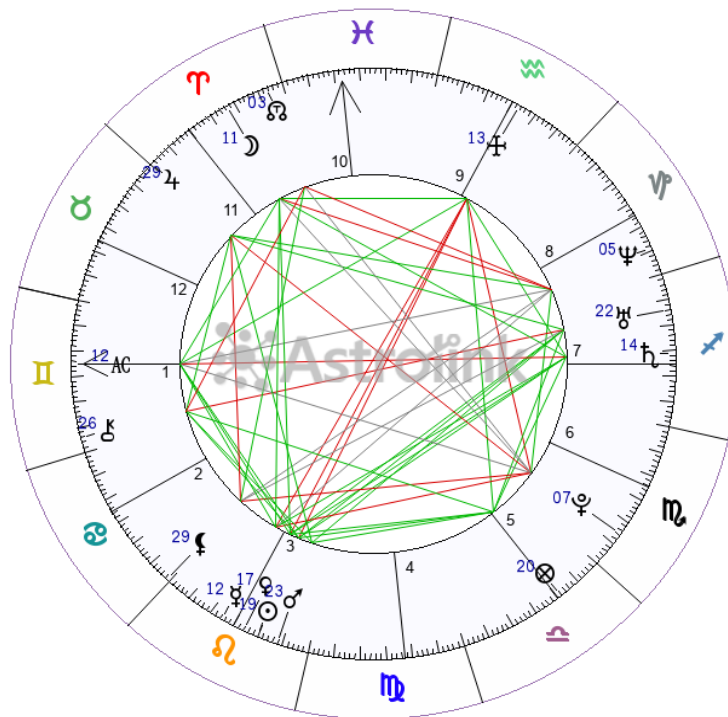
A LUA é o nosso lado emocional. A posição da Lua, o astro modulador de nossas emoções, revela as nossas características mais íntimas, a nossa estrutura psicológica, a nossa resposta subconsciente, nossos hábitos, reações, instintos e como respondemos às circunstâncias da vida. É a forma como sentimos e como nutrimos os nossos relacionamentos. Demonstra também a qualidade das nossas primeiras lembranças da infância, o que nos faz sentir confortáveis, nossos gostos (principalmente quando estamos em nosso ambiente íntimo e privado), o nosso controle emocional e o nosso funcionamento psíquico e intuitivo, sendo um símbolo para as nossas necessidades mais básicas.⁵

Eu, educadora matemática com o Lua em Áries, reajo a vida como uma aventura (#soquenão). Essa habilidade preciso desenvolver, pois me sinto medrosa. Entusiasmada sou sim, principalmente quando minha intuição diz que aquela ideia x ou y é boa. É um entusiasmo que beira a euforia e que, por vezes, deixa-me em estado de nirvana ou impede-me de dormir. Canalizo o nervosismo para o empreendedorismo. Meu lado emocional é, muitas vezes, bem agitado.

⁵ibidem.

Temperamento explosivo, desejos intensos de curta duração, impulsividade, gosto da sensação de “movimento”. Detesto quando as coisas estão estagnadas. Novidade é tudo. Desafios, novos ares, conhecer gente nova, viajar. Fico entediada se ficar muito tempo em ambientes fechados ou ambientes como a biblioteca. Detesto estilo industrial e tons neutros. Adoro cores fortes, manifestações artísticas diferenciadas. Na Matemática e nas Ciências Exatas gosto do que não é convencional. “Futuco” coisas de civilizações antigas, magia e mistérios. Gosto de frequências e vibrações mais altas, de um modo geral. Não apenas nas cores, mas nas músicas e na dança. Amo funk e ritmos acelerados. Mas como gosto de movimento, intercalo com frequências mais calmas, às vezes.

Figura 2- Meu gráfico astral



Fonte: Astrolink

Gosto do horóscopo do Zodíaco que, inclusive, tem origem nos povos babilônicos e egípcios, tendo sido apropriado, anos mais tarde, pelos gregos, mas me incomoda muito ter minha personalidade definida apenas pelas tradições ocidentais. Por isso, tenho que dizer que, quanto ao signo egípcio, sou regida pelo deus Rá, deus Sol.

Figura 3 -Correspondência do signo de leão na astrologia egípcia.

DEUS RÁ (16 DE JULHO A 15 DE AGOSTO)

Rá é considerado o maior Deus da cultura egípcia. Esta divindade está ligada ao poderoso **Sol**. Suas habilidades são reconhecidas pelo poder e força capaz de provocar fortes **influências** na vida de seus nativos.

Estes costumam ser bastante enérgicos e determinados a transpor barreiras. Por isso, os nativos de Rá são reconhecidos pelo seu espírito de **liderança**.

Fonte: Awebic

Eu, uma educadora matemática regida pelo deus Rá, gosto de dar sugestões para a melhoria e otimização do trabalho que as pessoas ao meu redor realizam e sinto-me aberta para ouvir delas indicações para a melhoria do meu ofício, enquanto educadora e pesquisadora. A liderança que existe em mim ocorre de um modo propositivo e não impositivo. Gosto de exercer a liderança de modo horizontal, com afeto e empatia pelas pessoas. Na pesquisa, isso se refletia nas diversas vezes em que acatei algumas sugestões do meu orientador e, depois, fiz uma coisa totalmente diferente. Mas, por vezes, a liderança dele teve papel determinante.

Também sou afeita dos números, afinal, sou professora de Matemática, uma jovem mística e muito curiosa. Na numerologia na Cabala, meu número é 1.

$$1 + 3 + 8 + 1 + 9 + 8 + 7 = 37 = 3 + 7 = 10 = 1 + 0 = 1$$

A Ellen é uma educadora matemática do número 1, que, na Cabala, representa o pioneirismo, a ambição e a determinação. Concordo! Também é um número de pessoas nada convencionais. A tradição cabalística afirma que pessoas com esse perfil se sentem melhor liderando o próprio negócio. Talvez, porque não gostamos de receber ordens. Eu tenho certeza que odeio e gosto de fazer as coisas do meu jeito.



Eu Racional – Essa menina é meio louca! Começar uma dissertação falando em signos do zodíaco e egípcio? Coitada. Ela não é bipolar, é doida mesmo. Dessas que taca pedra nos outros. Como ela quer ganhar a confiança dos leitores começando a dissertação desse jeito? Cadê as normas ABNT?

Eu Emocional – Cala a boca, seu otário! É louca, mas é autêntica! O que você queria? Uma dissertação toda certinha, cartesiana, matematicamente organizada? Isso não reflete ela. Isso a faria infeliz. Por isso, cala a boca e deixa a menina se expressar como ela quiser. Deixa-a ser feliz na dissertação, na vida, onde ela quiser!

Eu Racional – Tá bom, tá bom. Vou deixá-la se iludir um pouco. Mas vou atormentá-la em alguns momentos e isso vai ficar visível na escrita dela, ahahah!

Eu Emocional – Que maldade! Pra quê fazer isso com ela? Pra quê fazê-la chorar? Você não tem coração, não?

Eu Racional – Coração? Isso é pra gente fraca, gente emocional, uma subcategoria de gente! Sou racional, entendeu? Sem emoção. Sou matemático. Amo os manuais de metodologia, organização, etc.

Eu Emocional – Racional, então acho melhor você sentar e chorar, porque a Ellen é emocional, eu a conheço mais do que você.

Eu mesma – Calma, gente! Assim vocês vão me deixar louca, ok? Vocês dois estão na minha cabeça, *Emocional e Racional*. Então de uma forma ou de outra minha escrita vai refletir vocês dois, não precisam disputar espaço, pois vão aparecer naturalmente, eu garanto!

Eu Racional – Hoje ela está toda soltinha, escrevendo que é uma beleza. Quero só ver a cara do orientador dela e dos membros da banca quando lerem essa babaquice. Não vão aprová-la mesmo.

Eu Emocional – Não vão aprová-la? Só porque ela escreve de um jeito solto e com criatividade? Esqueceu que ela é leonina, regida por Rá,

orientada/desorientada pelo Filipe e inspirou-se na tese do Carlos Vianna? O que você esperava que essas influências resultariam?

Eu Racional – É. Vamos ver onde isso vai dar...

Eu Emocional – Vamos sim. E por favor, Racional, comporte-se e deixe a Ellen continuar escrevendo!



O ano de 2020 começou bem, a propósito, fui aprovada no processo seletivo para o mestrado acadêmico do Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação, da UFMG. Um sonho sendo realizado, resultado de um conjunto de fatores: *algumas* oportunidades e privilégios e *muitos* esforços, sacrifícios e suportes de pessoas, muitas!

Após o término da segunda faculdade, o curso de Licenciatura em Matemática na UFMG, em 2018, passei alguns meses fora do universo acadêmico, para recuperar minha vida normal. Sim, porque ninguém consegue viver plenamente fazendo o curso de Matemática na UFMG, e isso já é um fato bem documentado na tese de doutorado da pesquisadora e amiga Niusarte (PINHEIRO, 2019).

Foi impressionante como eu melhorei após a finalização dessa graduação. E não foi uma coisa só minha, não. Eu ouvi isso de quase todas as minhas amigas e amigos. Isso ainda é um assunto recorrente nas nossas conversas, porque nenhum de nós tinha uma boa saúde mental. E, quando digo nós, estou me referindo a amigas e amigos muito parecidos comigo, em termos de origem social, racial, cultural, religiosa e econômica. “Nós” era sinonímia para alunas e alunos pretos, trabalhadoras e trabalhadores, periféricas e periféricos, filhas e filhos de pais que

nunca tiveram acesso à universidade. Nós éramos os primeiros de nossas famílias, e os poucos pobres e negros, do curso de Licenciatura em Matemática.

A semelhança de nossas vidas nos unia em quase tudo. Sinceramente, eu não sei se teria suportado o ambiente hostil do Instituto de Ciências Exatas (ICEx) se eu não tivesse essas amigas e amigos fantásticos. Mesmo com o apoio deles, não deixamos de ter nossas feridas na alma. Todos nós, do nosso grupinho, passamos por traumas dolorosos no percurso da graduação, de modo que só nos recuperamos, totalmente, após cortarmos os vínculos com aquele ambiente adoecido.

Saudades do curso de Licenciatura em Matemática? Nenhuma!

Mas havia um lugar especial onde eu e minhas amigas e amigos amávamos frequentar, devido à leveza do ar, à beleza estética e ao convívio com pessoas mais simples, mais humanas. Pessoas que não queriam nos chicotear ou maltratar. Esse lugar era a Faculdade de Educação (FaE). Oásis para nós. Lá era perfeito para descansar a mente da loucura vivenciada no ICEx.

Financeiramente, as coisas melhoraram um pouco também, depois que passei a ter mais alunos de aulas particulares, tornei-me microempreendedora individual e, meu marido e eu, criamos a *Origami Tutoria Escolar*.

Em 2018, casei-me e estabeleci-me definitivamente na Pampulha, região de Belo Horizonte. Pode parecer pouca coisa, mas para quem nasceu de frente para a Beira Linha, no bairro Paulo VI, ir morar no conforto de um bairro próximo ao campus universitário é uma guinada e tanto na vida. Sem contar, é claro, o fato de ter me casado com uma boa pessoa, que me apoiava em meus projetos e ajudava-me em tudo quanto possível para o meu crescimento profissional. Passei a me sentir uma mulher negra privilegiada.

O distanciamento com a periferia onde nasci, em contraste com o novo ambiente, proporcionou-me acesso a bens e serviços capazes de aumentar, consideravelmente, meu capital cultural. Privilégio de poucas mulheres negras vindas da periferia. Ter entrado para o mestrado foi um conjunto de fatores:

casamento bem sucedido, apoio de amigos e familiares, autoestima e estabilidade financeira.

Após descansar bastante, passei a sentir um vazio. Saudades da Universidade. Não necessariamente do ICEX, lugar que evito ir a todo custo, mas da Faculdade de Educação, lugar pelo qual tenho um imenso carinho e gratidão; onde conheci pessoas maravilhosas, bem diferentes daqueles do Instituto de Ciências Exatas...

Jardim Mandala, grama, pessoas pretas super-empoderadas, sol, árvores, pássaros, temas sociais em ebulição, tretas envolvendo professores racistas... Gente mais parecida comigo, com origem periférica. A FaE era, e ainda é, um lugar onde me sinto acolhida e em paz. Dos vários cantinhos do Campus Pampulha, ela é certamente um dos meus espaços favoritos.

Por isso, não foi difícil escolher onde fazer o mestrado. Estava me sentindo linda por fora e por dentro, confiante e entusiasmada para o início daquela nova etapa.

Meu pré-projeto tinha por objetivo a investigação da etnomatemática quilombola na cidade de Ouro Verde (MG) e utilizaria a etnografia como metodologia.

Embora eu quisesse e estivesse bem disposta para encarar essa aventura de estar em um quilombo realizando uma etnografia, confesso que batia um medinho, lá no fundo, por não saber como iria ser passar tanto tempo longe do meu marido, Antônio, além dos gastos com alimentação e estadia. Caberiam no valor de R\$ 1.500,00, da bolsa de mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)? Eram algumas dúvidas que eu tinha...

Diante disso, meu orientador e eu conversamos e achamos prudente viabilizar a pesquisa, destinando-a para uma localidade mais próxima de Belo Horizonte (MG), onde eu residia na época. Assim, reorganizei-me para visitar outros quilombos, que eu já sabia da existência, mas não havia visitado ainda. Identifiquei esses quatro:

- *Quilombo de Mangueiras*, situado entre o Ribeirão do Isidoro e o Ribeirão do Onça, na Região Nordeste da capital, com população de cerca de 65 pessoas;
- *Quilombo dos Luízes*, na Vila Maria Luiza, Bairro Grajaú, Região Oeste, com 80 pessoas;
- *Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango*, no Bairro Santa Efigênia, Região Leste, com 42 pessoas;
- *Quilombo Souza*, no Bairro Santa Tereza, com 33 moradores.

Entre essas possibilidades, chamou-me a atenção o fato de três deles constarem na região urbanizada da cidade e suas proximidades com a região central. Portanto, não eram quilombos rurais, mas quilombos urbanos.

Eu queria entender como aqueles lugares sobreviviam ao redor da região central; quais as características culturais, epistemológicas, ontológicas, etnomatemáticas. A ideia inicial estava formulada e comecei a agendar as visitas aos quilombos. A primeira visita foi ao Manzo, um dos mais conhecidos também.



Fui à noite com meu marido, em um dia de celebrações no quilombo, com o anúncio de novos projetos. Vi algumas pessoas conhecidas por lá, o colega Jair, por exemplo, que conheci na UFMG. A princípio fiquei assustada. Foi difícil chegar até lá. A moto subiu uma ladeira íngreme, pouco iluminada e estreita. Cheguei a pensar que estávamos no lugar errado e que o GPS havia se equivocado.

Descemos da moto e percorremos a rua a pé, perguntando a algumas pessoas se eles conheciam o Quilombo Manzo. As respostas foram interessantes. Algumas pessoas responderam não conhecer nenhum quilombo ali. Uma mulher disse, com cara fechada e não muito contente com a minha pergunta, que o Manzo

ficava próximo da casa dela. Sabe aquelas pessoas que dão “má resposta”? Foi desse jeito que ela me respondeu. Parecia que não gostava de ter um quilombo tão próximo da casa dela. Até hoje, lembro-me de seu rosto fechado e olhando com uma certa raiva. Logo em seguida, agradei a ela e vi a placa escrito “Manzo”, mas achei estranho...

O estranhamento veio de outros fatores também. Primeiro porque, para chegar à localização do “Manzo”, tivemos que subir muita ladeira. Estávamos em uma parte alta do bairro, em meio a vielas, e por isso senti uma profunda tristeza. No fundo, eu sabia da origem daquele quilombo, quando a Mãe Efigênia o fundou, na década de 1970. Os morros eram as localizações mais preteridas e, por não terem condições de morar em um lugar mais adequado, muitas pessoas negras foram sobreviver nos morros. Em fração de segundos um filme passou na minha mente. Imaginei a luta da Mãe Efigênia quando construiu seu pequenino barraco e, gentilmente, foi acolhendo dezenas de pessoas naquele terreiro.

O segundo estranhamento foi com o esgoto a céu aberto. Aquele lugar sagrado merecia mais atenção do Estado. É com esse descaso que o Estado trata as comunidades quilombolas. Isso me fez sentir um misto de raiva e indignação. Meu povo merece um tratamento melhor. Além disso, a iluminação pública naquela rua era precária. Estava escuro o lugar. E tudo isso me causava insegurança. Sabe o que eu esperava? Eu esperava encontrar um lugar plano, grande, bem enfeitado e adornado com arte africana, música e bem iluminado. O Quilombo Manzo não era tão diferente das milhares de favelas que existem no Brasil. Aí reside o maior estranhamento, minha perplexidade.

Enquanto eu pensava essas coisas, vi crianças negras brincando na rua. Algumas delas se aproximaram de mim, sorrindo, super alegres e cumprimentaram-me com um “Oi!”. Uma fofura! Fiquei preocupada com tantas crianças correndo descalças, algumas sem camiseta e, aparentemente, sem o olhar atento de uma pessoa adulta. Lembrei-me da minha infância, quando ainda era possível brincar na rua, e senti uma imensa saudade. Notei que quase não tinha

fluxo de automóveis ali, pois parecia ser uma rua sem saída e extremamente estreita, com a permissão de apenas um carro por vez.

Vi algumas mulheres negras conversando, despreocupadamente sentadas no meio fio, ao lado do quilombo. Uma delas tinha o cabelo trançado, usava uma roupa comum - talvez usasse um vestido ou camisa e short; isso eu não me lembro ao certo. Tentei sentir o clima, a frequência do lugar. Algo me fazia crer que aquelas crianças e aquelas mulheres eram moradoras do quilombo e que, ao contrário do que eu imaginava, não eram de classe média. Senti que eram pobres. Tudo ali denunciava o descaso do poder público. Mais uma vez, senti revolta.

Aproximei-me das mulheres negras sentadas no meio fio, como quem quer fazer amizade ou, ao menos, apresentar-me a elas. “Oi, meninas, tudo bem? Vocês saberiam me dizer se é aqui mesmo o Quilombo Manzo? É que estou em dúvida. É a primeira vez que venho.” “É aqui mesmo moça. Você ligou para agendar sua visita? Conversou com a Makota?”, perguntaram-me com curiosidade. Respondi que sim, liguei uns dias antes e disseram-me que haveria um evento hoje. “Evento, hoje? Isso eu não sei não, moça, mas deve ter sim”. Sorri ao ouvir aquela resposta e perguntei quando iriam começar as celebrações, mas elas pareciam despreocupadas. Fiquei sem entender. Afinal, quando eu telefonei, disseram-me que iria começar, pontualmente, às 18 horas, pensei.

- Às 18 horas? Não, não... Iremos começar às 19 horas. - Informou-me a moça.

Agradei. Acho que elas não sabiam ao certo quando o evento iria começar. Então propus ao meu marido para tomarmos uma cervejinha no bar ao lado, já que teríamos que aguardar cerca de uma hora. E assim fizemos...

Dada a hora, descemos, cuidadosamente, uma escadaria íngreme, em meio às crianças, que corriam alegres. Ao descer, percebi a presença de várias casas no

mesmo terreno. Fui descendo as escadas e vi uma oferenda feita com uma galinha de penas pretas. Confesso que tive medo, mas não demonstrei.

À esquerda entrei em um cômodo simples, de cimento grosso, bancos de madeira, enormes, parecidos com esses de igreja cristã. Meu marido e eu nos sentamos, meio desconcertados. As crianças entravam e saíam correndo, sorridentes e arteiras. De longe, avistei a Makota, a matriarca e líder da comunidade. Ainda estava desarrumada... Pensei: “*que horas essa cerimônia vai começar, Deus?*” – Impaciência típica de signos com Lua em Áries...

No salão, quase vazio, vi apenas duas adolescentes que conversavam entre elas. Fitei-as, sem que me notassem. Eu queria saber como eram as jovens que frequentavam o Quilombo. Pude notar apenas que usavam roupas comuns, nada parecido com as roupas que os evangélicos usam no dia de culto. Elas estavam de calça jeans, camiseta, brincos e batom. Uma delas com cabelo trançado, estilo *box dreads*, sem cerimônias, conversavam informalmente. Eram meninas negras, uma de pele clara e outra de pele retinta. Passado algum tempo, elas saíram pela porta dos fundos que dava vista para alguns barracos. Meu marido e eu ficávamos observando, tudo em silêncio.

Outro pensamento veio em minha mente, na verdade uma frase que ouvi de uma pessoa, um dia: “*os pretos estão indo para as igrejas evangélicas e os brancos inundando nossos terreiros*”. Essa frase permaneceu na minha cabeça durante toda a cerimônia e, ao contrário do que eu imaginava, não senti tanto medo de estar naquele lugar. Minto, senti sim. Na verdade, eu estava desapontada comigo mesma, pois eu estava estranhando algo que diz respeito à minha ancestralidade africana. Como eu podia estar tão deslocada? Temia pela hora em que invocassem⁶

⁶ Soube, depois da defesa, após amigas/amigos lerem minha dissertação, que alguns termos utilizados por mim foram equivocados, tais como o verbo “invocar”. No entanto, acho importante eu manter o registro do meu caderno de campo tal como ele foi originalmente escrito, ainda que possa conter erros. Isso porque a pessoa que visitou o quilombo naquela época, aquela Ellen, passou a maior parte da vida em contato com religiões cristãs (catolicismo/protestantismo) e depois judaísmo-messiânico, por quase quatro anos. Então, essa minha falta de informação sobre a cultura africana e afrobrasileira, principalmente no que tange à espiritualidade, era evidente. Portanto, eu utilizei o vocabulário que me era comum, até aquele momento... E eu só tive a oportunidade de fazer uma única visita ao quilombo Manzo e logo depois veio a pandemia da

os orixás. Sabia que essas manifestações sobrenaturais existiam, pois já as vi em igrejas cristãs e histórias que aconteceram com amigos e familiares. Mas nunca havia visto a manifestação de um orixá e confesso que sentia medo. Minhas mãos estavam frias e suavam. Cada segundo parecia uma eternidade e a cerimônia nem havia começado ainda. Será que Deus me perdoaria por estar naquele território pagão? Pera! Por que pagão? Pagão de acordo com o cristianismo! Eu já tinha saído da igreja cristã há, pelo menos, 5 ou 6 anos... Mas o resquício dela, o preconceito, ainda residia em mim. Que raiva! Eu não queria estar me sentindo tão deslocada naquele ambiente...

Enquanto pensava essas coisas, buscava por respostas... Comecei a constatar que o sentimento que eu sentia naquele lugar tinha origem no fato de ter vivências em religiões evangélica, católica e judaica-messiânica. Afinal de contas, fui batizada nas três religiões. Ao todo, foram quase dezessete anos ou mais de religião cristã, dos 10 aos 27 anos de idade. Então, poderia ser esse o motivo do medo, a fonte do estranhamento. Tudo que não era cristão, era considerado demoníaco na minha cabeça e na cabeça da maior parte dos cristãos e os judeus-messiânicos. Desejei não ter passado por essas religiões, pois elas deixaram muitas marcas em mim. Essas religiões não estão isentas do erro humano, portanto, criminalizam tudo o que foge da interpretação bíblica.

Suspiro fundo... Como eu queria ter nascido em meio às religiões de matriz africana, para conhecer a cultura dos meus ancestrais que resistiram, duramente,

Covid-19. Por isso, eu gostaria de manter esses pequenos grandes erros, reinterpretando-os naquele tempo-espaço. Pois a intenção da dissertação não é fazer uma cartografia exata, pelo contrário, é mostrar como pensa uma pesquisadora contaminada pela religião cristã. Isso pode ajudar futuros leitores/leitoras a compreender como essas dimensões da religião colonial afetam o “olhar” do observador. Ou seja, uma pesquisadora cristã, indígena, judia, indu, africana, etc, farão narrativas distintas sobre um mesmo objeto pois cada observador carrega uma bagagem de vivências diferente um dos outros. Por isso, peço paciência a você, querida, querido leitor, sobre eventuais “tropeços” que ocorram ao longo do meu texto, entendendo que sou/somos produto/produtos do meio e que uma narrativa, para ser real e sincera, deve abrir mão das informações técnicas que poderiam ser facilmente encontrados em livros e, em vez disso, assumir o risco de descrever o que se vê e se sente.

ao sistema colonial, mas não: eu era simplesmente uma cristã que não queria ser cristã... Achei-me tão patética, antiquada e preconceituosa.

Volto minha atenção para uma moça elegante que caminhava em direção ao microfone. Ela estava muito bem vestida. Linda. Parecia uma artista de TV. Uma mistura de Sheron Menezes e Taís Araújo, que lembrava minha tia Valéria, ex-passista de escola de samba. Parecia irradiar luz e tinha um semblante sereníssimo. Era a elegância na forma de mulher negra. Delicadamente, ela pegou o microfone e cumprimentou a “*todas, todos e todes*”. Pouco tempo depois, Makota, a matriarca, entrou triunfante, com seu turbante africano imponente. Sentou-se em um trono feito de madeira e ficou em silêncio, ouvindo a elegante moça proferir o cerimonial.

Informou sobre os projetos que estavam em curso: capoeira, cursinho popular, aulas de dança afro, oficina de tranças africanas, dentre outros. Achei o máximo aquilo tudo, mas eu mesma não me sentia bem. Se eu morasse lá perto, faria alguns desses cursos e voluntariaria-me para ensinar matemática no cursinho popular. Eu já conhecia um pouco disso, porque fui voluntária na EDUCAFRO⁷ e amava subir o Aglomerado da Serra, para doar um pouquinho do meu tempo para aquelas pessoas tão humildes que eu aprendi a amar, com tanta facilidade.

Capoeira é uma dança linda. Arte em forma de luta. Meus tios e tias jogavam capoeira, antigamente. Lembro-me que a rua onde eu morava, no bairro Paulo VI, ficava lotada de gente e uma grande roda se formava, do diâmetro da rua, pessoas vestidas de branco, batendo palmas e o som característico do berimbau... Mas papai conta que a capoeira lá no bairro durou pouco tempo, porque a polícia não deixava. Era mal vista pela sociedade. Criminalizada! “*Vocês são aqueles negrinhos que ficam jogando capoeira na rua?*” - perguntavam os brancos ao papai e

⁷ A Educafro tem a missão de promover a inclusão da população negra (em especial) e pobre (em geral), nas universidades públicas e particulares com bolsa de estudos, através do serviço de seus voluntários/as nos núcleos de pré-vestibular comunitários e setores da sua Sede Nacional, em forma de mutirão. Para mais informações acesse a página: < <http://www.educafro.org.br/site/quem-somos/>>. Acesso em 15 de maio 2023.

aos meus tios. “Somos não, por quê?” “Achei que fossem, pois têm cara de escravos!” Era dessa forma que a capoeira e os capoeiristas eram tratados pelas demais pessoas do bairro. Gente que não gostava de capoeira, nem de gente preta. Talvez por isso meus pais nunca me incentivaram a ser capoeirista. Provavelmente, queriam me privar do preconceito dos racistas.

O resquício da religião cristã falava mais alto e comecei a me sentir culpada por estar ali, como se eu estivesse cometendo pecado, adorando outros deuses. Ao mesmo tempo eu lutava contra isso e tentava me convencer que estava tudo bem. Aquilo tudo pertencia aos meus ancestrais africanos e, até Jesus Cristo, era africano⁸.

Na minha casa nunca falávamos sobre religiões de matriz africana. Meus pais não as conheciam e esse desconhecimento gerava medo e preconceito. Sentimentos que absorvi sem querer.

A todo o momento, eu precisava me esforçar para conciliar as memórias familiares e nostálgicas com aquele “aqui e agora”, vivenciado no Quilombo Manzo. Mais uma vez, pisquei os olhos, algumas vezes, para voltar minha atenção para o momento presente. Agora, havia uma apresentação de capoeira começando a se formar. O representante, que não vou me lembrar o nome agora, era filho da Makota e capoeirista desde criança. Ele falou com orgulho sobre o projeto social destinado ao ensino de capoeira. “*Capoeira que vem sendo ocupada cada vez mais por pessoas brancas*”, pensei. Conheço poucos capoeiristas negros... Eu não sei o que está acontecendo ultimamente... Os brancos parecem estar se apropriando de cada centímetro da cultura negra. Não foi surpresa, para mim, quando vi chegar um grupo de pessoas brancas para compor o grupo de capoeira que estava ali para se apresentar. Estava na cara que não era qualquer tipo de gente branca, não! Era gente da alta sociedade. Savassi, Luxemburgo, Sion, Serra, Gameleira... Esse povo

⁸BELCHIOR. Jesus nasceu em Africa e era negro. Carta Capital. Disponível em: <<http://negrobelchior.cartacapital.com.br/jesus-nasceu-em-africa-e-era-negro/>>. Acesso em 15 de maio de 2023.

sai das suas mansões e vão se juntar aos negros do quilombo para juntos, confraternizarem. “Que lindo!”, “Que romântico!” Eu não acho! Mas quem sou eu para julgar, né? Se eles querem se juntar a nós no carnaval, nas batalhas de *hip hop*, nos bailes funk, nos terreiros, usar nossos turbantes, jogar capoeira, ok! Só espero que eles tenham consciência racial e não usurpem as nossas vagas, com a prerrogativa de que são “negros de alma” ou que havia uma tataravó que era negro. Espero que o mesmo interesse que eles demonstram por nossa cultura se expresse na luta cotidiana do antirracismo, que eles e elas doem seu tempo para ensinar inglês nos quilombos. Espero que colaborem com nossa luta e não apenas tenham a cultura negra como um mero divertimento, um *hobby*.

Um rapaz com o berimbau começou a tocar algumas canções lindas. Aquele som era acalentador e tinha algo de sagrado que eu não sabia explicar.

Haviam alguns instrumentistas brancos na roda que eles iam formando. Lembrei-me, novamente, do que ouvi sobre a presença dos brancos nos terreiros e como isso causava desconforto em algumas pessoas negras.

Aquele dia não era de culto. Era algo mais informativo à comunidade. Não houve invocação aos seres espirituais. Eu sabia que precisaria voltar lá outras vezes para compreender sobre os orixás.

Após os agradecimentos, serviram um jantar. Porém, eu não pude comer nada, pois naquela época eu era 100% vegana. Não comia nada de origem animal. Aí, novamente, fiquei me sentindo um peixe fora d’água... Essa coisa de “vegana” não se encaixava com a cultura africana? Fiquei cheia de indagações. Seria o veganismo uma “coisa de branco”, assim como o cristianismo? Começou a cair a ficha do quão colonizada eu estava pelas filosofias e ideologias alheias à África.

Meu marido e eu nos despedimos de cada pessoa e fomos embora na nossa moto, atravessando o bairro Santa Efigênia, centro e indo em direção à Pampulha, finalmente chegando ao nosso bairro, Santa Terezinha, onde morávamos em um “apartamento”, nosso pequeno e amado apartamento.

Naquela noite foi difícil pegar no sono. Passei horas deitada na cama com os olhos abertos tentando entender aquela experiência. Até hoje não sei se entendi. Quem sabe um dia?

E, na mesma semana ou na semana seguinte à visita ao Quilombo, algo significativo ocorreu...

Meio



Todos os agendamentos aos demais quilombos foram cancelados e eu fiquei desesperada. Até então, ninguém sabia ao certo o que era esse tal de Covid-19, se iria passar rapidamente, se teria grau leve, médio ou intenso. Especulações a mil.

O excelentíssimo senhor presidente que, diga-se de passagem, nunca foi meu presidente - fez alguns pronunciamentos para acalmar a população, garantindo se tratar apenas de uma “gripezinha”,⁹ “nada demais”, e que não valeria a pena investir em vacinas para uma doença tão inofensiva. De forma desumana, chegou a imitar pessoas com falta de ar...

Mas, no decorrer do tempo, as coisas se agravaram. Rapidamente, milhares de pessoas foram infectadas pelo vírus. Lembro-me que um dia meu marido me ligou, pediu para fechar todas as janelas do apartamento e não sair de casa em hipótese alguma.

Chegou super assustado à noite, deixou os sapatos do lado de fora, colocou uma sacola com vários frascos de álcool em gel em cima da mesa e foi direto para o banho. Pediu para que eu passasse álcool em gel na maçaneta e em todo o lugar onde ele havia pisado. Só faltou tomar banho de álcool gel também. E, por muito tempo, fomos metuculosos ao extremo. Álcool em gel em tudo que comprávamos no sacolão e no supermercado. Máscaras até dentro de casa. Tivemos medo de morrer. Houve muita tensão no início e crises de choro. Era uma nova forma de viver ou de sobreviver, ainda não sabíamos.

A televisão ficava ligada o dia inteiro e não se falava em outra coisa, senão nesse vírus. Todos os noticiários, 24 horas por dia. Eu nunca pensei que o mundo daria essa reviravolta. Mas sentia se tratar de uma resposta do planeta à forma

⁹BBC News. 2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de 'gripezinha', o que agora nega. 27 de novembro de 2022. Disponível em:<<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>>. Acesso em 15 de maio de 2023

grotesca que nós, humanos, estamos dando a ele. Pois, como dizia Isaac Newton, na descrição da terceira lei que leva o seu nome, “*para cada ação existe uma reação, oposta e de igual intensidade*”. Não tinha nada de esotérico nisso (poderia ter para quem quisesse ver por esse lado), mas o fato é que uma hora o planeta iria reagir à maldade humana. E como tem reagido!

De repente, a vida se resumiu em pura preocupação. E qualquer momento de paz ou prazer parecia desrespeitoso com a dor alheia. Quando isso ocorria, ocasionalmente, sentia-me culpada: “*não posso sentir alegria sabendo que milhares de pessoas estão morrendo*”. Então, privei-me de momentos prazerosos, quase todos. E a vida passou a girar em torno da pandemia. O noticiário começou a denunciar pessoas passando fome. O isolamento social tirou o “ganha pão” de muitas famílias e fez com que um alto número de pessoas entrasse em “insegurança alimentar”, termo que eu nem sabia que existia. Sentia-me culpada quando abria a geladeira ou o armário da despensa e via que tinha comida e até futilidades, enquanto tanta gente não tinha o básico. Não só eu senti isso. Ouvi amigas relatarem essa culpa de ter comida em casa... A ocasião exigia respeito, exigia luto. Eu não queria ser confundida com os apoiadores do Bolsonaro que diziam “não se importar com a Covid-19”.

Naquela época, o movimento negacionista se fortaleceu. Diziam que a mídia estava inventando aquela crise e esforçavam-se para continuar vivendo como se nada estivesse acontecendo. Bolsonaro fazia piada com a situação. Respondia para repórteres que “*não era coveiro*” e até conquistou a devoção da atriz Regina Duarte, que recebeu duras críticas da associação de artistas. O mundo parecia de “pernas para o ar”.



Certo dia, Filipe, meu orientador, entrou em contato comigo, pedindo-me ajuda para compilar algumas informações sobre os efeitos da Covid-19 na

população negra, para a elaboração de uma atividade destinada às alunas e aos alunos do curso de Pedagogia, da UFMG.

Fiquei feliz e atendi, prontamente, ao pedido. Aquela solicitação dizia que meu orientador confiava em mim e confesso que tenho uma coisa de querer ser útil às pessoas. Gosto de ajudar. “Poxa, o Filipe é tão bacana, ele confia em mim, ele me dá oportunidade de participar das coisas”. Fiquei me sentindo importante, com o ego lá em cima!

Coloquei as mãos no teclado do computador e organizei os títulos das pastas. A próxima etapa foi começar a ler dezenas de reportagens sobre o tema da Covid-19 e os atravessamentos com a população negra. O texto segue abaixo, na íntegra, sendo parte constitutiva desta dissertação.

Figura 4 - Print do artigo “O que podemos aprender com a Matemática da Pandemia?”.
Página 1

1

O que podemos aprender com a Matemática da Pandemia?

Material 3. "O vírus não escolhe cor, religião, nem estrato social" (Parte 2 – População Negra)

Material elaborado para as disciplinas de
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática I e II
do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Ellen de Cássia Pinto, Prof. Filipe Fernandes e Profa. Maria da Conceição Fonseca (Ção)

Neste material, temos como intenção discutir possíveis contribuições da matemática para compreendermos e discutirmos dados que indicam como a população negra, particularmente a população negra feminina, tende a suportar maior prejudicialidade no enfrentamento dos efeitos da Pandemia. Essas contribuições podem ser ampliadas e simplificadas, a depender dos recursos matemáticos disponíveis e da intenção da discussão. Boa leitura!

Como sabemos, o coronavírus pode ter chegado ao país trazido por pessoas das classes econômicas mais altas, aquelas com acesso a viagens internacionais por trabalho ou lazer. Entretanto, e como buscamos mostrar no último Material, seu efeito tem sido mais severo sobre certas camadas da população, podendo ser questionada a afirmação "*O vírus não escolhe cor, religião, nem estrato social*" quando se analisam informações sobre a quantidade e os índices de infecções e óbitos entre grupos que ocupam posições menos favorecidas economicamente na estratificação social brasileira.

Analisar numa perspectiva *interseccional*, assumindo como as questões econômicas, de raça e de gênero, por exemplo, se relacionam, nos leva a pensar como certas parcelas da população mais pobre têm sofrido durante a pandemia. Por isso, cabe-nos considerar que integra esse contingente, grande parte da população negra, e voltar nossa atenção particularmente para a população negra feminina que, dadas suas condições majoritárias de vida e trabalho, tendem a suportar maior prejudicialidade no enfrentamento dos efeitos do atual cenário de Pandemia.

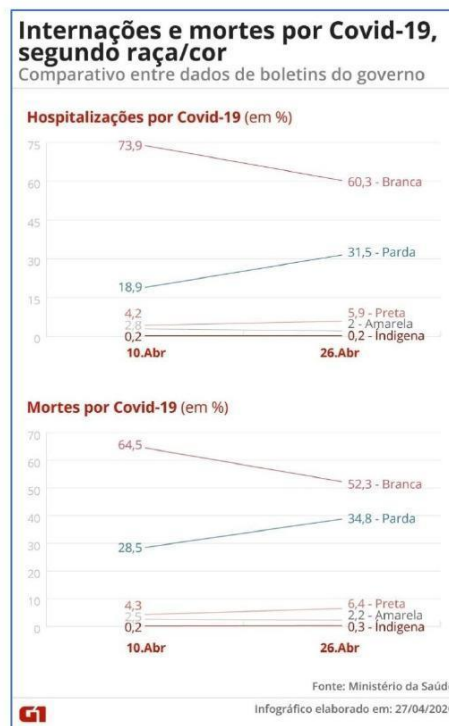
Segundo reportagem do portal de notícias *G1*, publicada em 26 de abril de 2020 e pautada em um Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, o percentual de pessoas negras (pretos e pardos) entre os pacientes internados e mortos por COVID-19 é crescente, ao passo que decresce o percentual das internações e das mortes representado pelas internações e mortes de pessoas brancas (ainda que, em números absolutos, internações e mortes têm aumentado em todos os grupos). Baseado em informações da reportagem, o site *Geledés – Instituto da Mulher Negra*¹ destacou que “Segundo os dados de domingo (26 [de abril de 2020]), os mais recentes que consideravam a variável raça/cor, os pardos e pretos

¹ Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/cresce-percentual-de-pretos-e-de-pardos-entre-internados-e-mortos-por-covid-19-apontam-dados-do-ministerio/>>. Acesso em: 15 maio 2020.

Figura 5 - Print do artigo “O que podemos aprender com a Matemática da Pandemia?.”
Página 2

2

somavam 37,4% das hospitalizações e 45,2% das mortes. Duas semanas antes, no primeiro balanço do Ministério que apresentou o recorte, os percentuais de hospitalizações e de mortes eram de respectivamente 23,10% e 32,8%.”

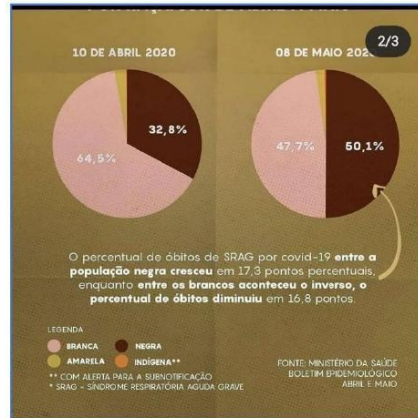


O gráfico abaixo traz dados mais atuais. Se, como vimos acima, das pessoas que morreram em decorrência da Covid-19 até 10 de abril, 64,5% eram brancas, e esse percentual caiu para 52,3% em 26 de abril, em 8 de maio, esse percentual foi para 47,7%, o que revela um decréscimo de 16,8 pontos percentuais em 30 dias. Já entre as pessoas negras houve um aumento de 32,8% para 41,2% e depois para 50,1%, o que resulta num acréscimo de 17,3 pontos percentuais na participação de pessoas negras (pretas e pardas) no total de mortos pela COVID até essas datas.

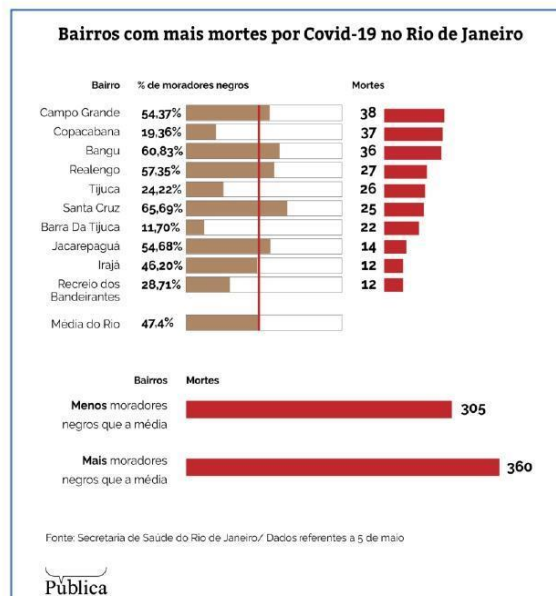
Fonte: Elaborado pela autora

Figura 6 - Print do artigo “O que podemos aprender com a Matemática da Pandemia?”.
Página 3

3



Na capital carioca, por exemplo, os bairros com mais negros que a média da cidade já têm mais mortes em número absoluto que os bairros com menos negros.²



Ainda que esses dados não sejam suficientes para descrever o risco que cada uma dessas populações – branca, parda, preta, amarela e indígena – corre, outros dados nos ajudam a pensar na incidência, sobre as mulheres negras, de um risco mais elevado de exposição e contágio da doença.

² Disponível em: <<https://apublica.org/2020/05/em-duas-semanas-numero-de-negros-mortos-por-coronavirus-e-cinco-vezes-maior-no-brasil/>>. Acesso em: 16 maio 2015.

Fonte: Elaborado pela autora

Figura 7 - Print do artigo “O que podemos aprender com a Matemática da Pandemia?”.
Página 4

4

Uma informação que chama a atenção é o perfil da enfermagem no Brasil. Uma pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Enfermagem (COFEM), em parceria com a Fiocruz, publicada em 2013, mostra que existiam no Brasil, aproximadamente, 3,5 milhões de trabalhadores na área da Saúde, sendo que a equipe de enfermagem, composta por enfermeiras/os e técnicas/os, compõe cerca de 50% desse total. Ou seja: segundo a pesquisa, em 2013, o Brasil tinha metade (50%) de 3,5 milhões = 1,75 milhão = 1 milhão e 750 mil trabalhadores na área de Enfermagem.

Ainda segundo a pesquisa, na equipe de enfermagem, 86% são mulheres e 53% são negras e negros. Assim, o total de trabalhadoras da enfermagem seria 86% de 1,75 milhão (calculando: $86\% \text{ de } 1.750.000 = 86/100 \times 1.750.000 = 0,86 \times 1.750.000 = 1.505.000$) ou seja, 1 milhão e 505 mil trabalhadoras. Supondo que o percentual de negros incide igualmente sobre homens e mulheres (isto é, que 53% das mulheres da equipe de enfermagem são negras e que 53% dos homens da equipe de enfermagem são negros), o total de trabalhadoras negras da enfermagem, em 2013, seria aproximadamente 800 mil (calculando: $53\% \text{ de } 1.505.000 \text{ trabalhadoras} = 53/100 \times 1.505.000 = 0,53 \times 1.505.000 = 797.650$ trabalhadoras negras). Essas cerca de 800 mil mulheres negras (e esse número deve ter crescido de 2013 para 2020) estão na linha de frente no combate à Pandemia, sofrendo grande exposição e, muitas vezes, levando o vírus para os seus lares, o que tende a agravar a situação.

Além das equipes de enfermagem, “é necessário ressaltar que profissionais como copeiras e higienizadoras também executam funções em unidades de saúde e também são, em sua maioria, mulheres negras. A população negra, seja como trabalhadora da saúde ou usuária do SUS, é quem está mais exposta aos agentes nocivos à saúde (biológicos e/ou socioeconômicos) e à precarização do trabalho, como falta de equipamentos de proteção individual (EPI). Com efeito, nesse período, temos visto muitas matérias sobre as condições de trabalho inadequadas e arriscadas para as e os profissionais de saúde. O COFEN recebeu 4598 denúncias de inadequação de fornecimento de EPI, de piso salarial e extensas jornadas de trabalho”³.

Outro dado que merece atenção é o que aponta que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 47,8% das mulheres negras exercem trabalho informal no Brasil. Com a diminuição da oferta de trabalho, eleva-se o risco dessas trabalhadoras passarem à situação de extrema pobreza.

Muitas vezes, a informalidade se dá na atuação como trabalhadora doméstica, mesmo a legislação brasileira tendo avançado nos últimos anos para formalizar as relações de trabalho desses trabalhadores. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), as mulheres negras representam mais de 64% da força de trabalho doméstico no Brasil. Ainda que o Ministério Público do Trabalho tenha orientado empregadores a dispensarem a trabalhadora doméstica de comparecimento no local de trabalho, tendo remuneração e outros direitos trabalhistas garantidos durante o período de medidas oficiais de combate à

³ Disponível em: <https://almapreta.com/editorias/o-quilombo/de-escravizadas-a-cuidadoras-mulheres-negras-na-linha-de-frente-da-luta-pela-saude-em-tempos-de-pandemia?fbclid=IwAR0Ac4nGRsR_lwTdPcRUW0kZ5v1-YS4HFpE60JsKqKqtrDdH70LNQBv0Tbg>. Acesso em: 16 maio 2020.

Figura 8 - Print do artigo “O que podemos aprender com a Matemática da Pandemia?”.
Página 5

5

Pandemia, são diversos os relatos de trabalhadoras domésticas que ainda se veem obrigadas a comparecer aos seus locais de trabalho.⁴

Em todos esses casos, não há apenas um maior risco de contágio, mas também o enfrentamento de adoecimento psíquico. Com a interrupção das atividades educacionais em creches e escolas, essas mulheres sentem de modo mais intenso suas duplas jornadas de trabalho, particularmente pela imposição patriarcal do cuidado da casa e dos filhos.

Fica, então, a pergunta: **Como esses dados nos ajudam a refletir sobre a atual situação da Pandemia e sobre questões de raça e gênero no Brasil?**

Desde o início da Pandemia, os noticiários repercutiam os casos crescentes de contaminação pelo coronavírus destacando, principalmente, a contaminação que atingia a população branca de classe média alta. Isso, a princípio, fez com que muitas pessoas acreditassem que se tratava de uma “doença de rico”. A fala “*O vírus não escolhe cor, religião, nem estrato social*”, no entanto, indica relações que configuram nossa estrutura social e que instituem como “normal” a população pobre e não-branca ser a principal vítima de catástrofes, enquanto a população branca das classes média e alta permanecia protegida. Como destaca Nilma Lino Gomes, professora emérita da Faculdade de Educação da UFMG e ex-ministra do extinto Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, essa normalidade continua sendo aquela apregoada pela *necropolítica*, a política de extermínio dos corpos, particularmente de corpos negros.

Necropolítica é um conceito cunhado por Achille Mbembe, escritor camaronês que, em 2003, publicou um ensaio questionando os limites da soberania quando o Estado escolhe quem deve viver e quem deve morrer. A naturalização de uma “política de morte” (que considera aceitável e até desejável o extermínio de certos grupos demográficos), fez com que muitos brasileiros se espantassem ao assistirem à aparente quebra da política de extermínio da população mais pobre e, também, da população negra, quando se verificou que a mortalidade assolava uma parte da população que, em geral, é protegida pelo Estado. Esse espanto feria a normatividade produzida desde a escravidão colonial e que forjou a formação da elite brasileira: vida para as pessoas brancas e ricas e morte para as pessoas negras e pobres.

Historicamente, os colonizadores utilizaram os corpos negros para servir a sociedade escravocrata. O imaginário social da aristocracia, e posteriormente da classe média brasileira, atribui à corporeidade negra atributos relacionados à saúde, à vitalidade e à força para o trabalho braçal e o cuidado do lar, o que se desdobrou na crença, por exemplo, de que o leite materno das mulheres africanas fosse mais forte e abundante. Por este motivo, as mães-pretas ou amas-de-leite eram consideradas mercadorias distintas e lucrativas durante o período colonial, uma vez que podiam ser, inclusive, alugadas para outras famílias que tinham recém-nascidos. A criança branca era amamentada pela mãe-preta e “roubava muitas vezes dos negrinhos da senzala a ternura, o leite e os cuidados maternos pois ocupava a escrava o dia inteiro. O fato era que a criança branca ‘sugava’ a mãe-preta por inteiro” (HOLANDA,1990).

⁴ Informações disponíveis em: <<https://criola.org.br/guia-trabalhadoras-domesticas-remuneradas-durante-crise-do-coronavirus/>>. Acesso em: 16 maio 2020.

Figura 9 - Print do artigo “O que podemos aprender com a Matemática da Pandemia?”.
Página 6

6

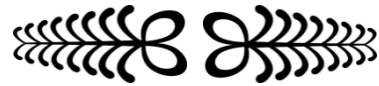
A dimensão do cuidado estava, sob a óptica dos colonizadores, diretamente associada à mulher negra. Ao chegarem no continente africano, os europeus se defrontaram com várias tecnologias, dentre elas a do *cuidado*, preservado por culturas milenares. De acordo com Bruna Farias, na reportagem *De escravizadas a cuidadoras: mulheres negras na linha de frente da luta pela saúde em tempos de pandemia*⁵, em uma época em que a medicina ocidental ainda engatinhava, as tecnologias africanas eram avançadas nos conceitos de cura, benzeção, parto e cuidados com crianças e adultos.

Foi nesse contexto que uma parcela das mulheres negras no Brasil passaram de mães-pretas a cuidadoras e enfermeiras, da sociedade escravocrata à sociedade contemporânea, sendo, em ambas, inegavelmente vítimas das mais variadas injustiças, uma delas a salarial. De acordo com a pesquisa *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça*, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁶, realizada em novembro de 2019, as mulheres negras (pretas ou pardas) continuam na base da desigualdade de renda no Brasil. Em 2018, elas receberam, em média, menos da metade dos salários dos homens brancos (44,4%), que ocupam o topo da escala de remuneração no país. Atrás deles, estão as mulheres brancas, que possuem rendimentos superiores não apenas aos das mulheres pretas ou pardas, como também aos dos homens pretos ou pardos.

Esses dados fazem-nos refletir sobre como os efeitos da Pandemia atuam mais severamente sobre a população negra, particularmente sobre a população negra feminina, expondo um cenário histórico e atual de exploração e de extermínio dos corpos negros na sociedade brasileira. Antes uma “doença de rico”, a COVID-19 tem revelado, agora, diversas mazelas de nossa sociedade, particularmente aquelas vinculadas aos desdobramentos da escravidão na configuração de nossa atual estratificação social. Afinal, ainda que o vírus não escolha cor, nossa sociedade o faz matar cada dia mais a população negra.

⁵ Disponível em: <https://almapreta.com/editorias/o-quilombo/de-escravizadas-a-cuidadoras-mulheres-negras-na-linha-de-frente-da-luta-pela-saude-em-tempos-de-pandemia?fbclid=IwAR0Ac4nGRsR_lwTdPcRUWokZ5v1-YS4HFpE60JsKqKqtrDdH70LNQBv0Tbg>. Acesso em: 19 maio 2020.

⁶ Pesquisa divulgada em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/12/politica/1573581512_623918.html>. Acesso em: 19 maio 2020.



Relendo este texto, em 19 de setembro de 2022, recordei-me com uma incontornável tristeza com a constatação dos fatos. Uma pergunta ainda ecoa em mim, sem resposta: o que fazer para reverter os efeitos da colonização sobre a população negra? O que podemos fazer para zerar a necropolítica e colocar a população negra a salvo? Seria um papel do Estado e/ou uma responsabilidade de todos nós, inclusive pesquisadoras e pesquisadores? Será que nós, mulheres negras, continuaremos sendo as “mulas de carga” da população brasileira? Seremos as eternas cuidadoras? Seremos sempre, nós, a morrer em maior número e sem receber a empatia das pessoas? Aliás, será mesmo que nós negras e negros somos considerados humanos pelo Estado, pelos brancos, por aqueles que nos oprimem?

Volto aos números mencionados no texto e penso no quanto eles falam, mas não são ouvidos. Esses números gritam por justiça para a população negra. Justiça! A mesma palavra conclamada pelas primeiras africanas e africanos traficados. Estamos reivindicando por justiça há mais de quinhentos anos. Quem nos ouvirá? Quem estará do nosso lado na luta? O que os brancos sentem e pensam ao assistir suas vidas sendo poupadas a preço de tantas vidas negras? Será que eles só se importarão quando eles começarem a morrer mais do que a gente? E o que é que eu mesma quis dizer com essa pergunta? Estaria eu dizendo que os brancos teriam que morrer para passarem a valorizar as vidas negras? Que loucura! Eu não desejo isso a eles. Mas seria bom que eles sofressem um pouco na pele, só um pouco, o nosso sofrimento... Ah, como seria? Por que seria? Estaria eu desejando vingança? Seriam os brancos os algozes de nós, negras e negros? No fundo não acredito que sejam, mas creio que eles se beneficiam de toda essa tragédia. De forma indireta ou inconsciente, eles se sentem confortáveis vivendo em um país que os humaniza, dá oportunidades, os valorizam. E naturalizam as desigualdades sociais com a

justificativa da meritocracia. Uns nascem para servir (a população negra e indígena) e, outros, para serem servidos (população branca, particularmente brancos ricos). Está posta a regra há 500 anos.



A postura do professor Filipe Santos Fernandes, a sensibilidade que ele teve para trazer essa temática para a turma de Pedagogia e, depois, para suas alunas e seus alunos de pós-graduação, comoveu-me profundamente. Nenhum outro professor da linha de Educação Matemática demonstrou tal indignação. Ele leu essa parte e disse que eu exagerei. Que ele não é isso tudo que eu escrevi. E tem uma coisa, ele assumiu uma briga bem cara na Universidade... Ele vai militar em favor da ampliação da política de cotas na Pós-Graduação... Reivindicação que apresentamos em algumas reuniões da Comissão de Ações Afirmativas do Programa de Pós-Graduação de Educação (PPGE) no ano passado, em 2021, e que agora começa a ganhar materialização sob a coordenação de Filipe. Além disso, ele é um pesquisador que ama trabalhar com temas transversais e está aberto a novas propostas, desde que tenham relevância científica, é claro. O cara é foda, mesmo e humilde, viu! Todo mundo o ama de paixão. É libriano com jeito de geminiano.

Filipe é um homem **branco**, privilegiado, mas isso não o impediu de ver e denunciar o racismo.

Desde o minicurso ministrado por ele e pelo professor Victor Giraldo, em 2019, eu sabia que havia ali, na linha de Educação Matemática, alguém do meu time. Uma pessoa em que eu pudesse contar, confiar e que não era um mero pesquisador, que faz luta “pra inglês ver”. Filipe é, antes de mais nada, uma pessoa que entendeu o grupo social ao qual ele pertence. Hoje, ele mesmo se afirma branco, não como afirmam os supremacistas, mas com a humildade de quem quer

aprender cada dia mais como batalhar contra o racismo, o machismo e outras formas de opressão.

Por isso, ter sido convidada por ele para escrever aquele texto, logo no início do mestrado, teve grande significância para mim.

E Filipe continuou fazendo isso e ainda faz. Ele segue me incentivando e, acreditem ou não, esse cara cita meu nome em vários momentos em eventos públicos, inclusive. Tivemos sim alguns momentos de desacordo, mas felizmente contornáveis.

E antes que alguém venha me dizer que estou fazendo papel de boba ao escrever essas coisas em defesa de um homem branco, classe média alta, privilegiado etc, digo: afirmo que pessoas brancas, de consciência crítica, estão sim do lado da nossa luta antirracista. O fato de serem brancas não as tornam, automaticamente, nossas inimigas. Precisamos de pessoas brancas conscientes ao nosso lado. Isso não significa que concordamos com tudo, mas tenhamos fé de que, juntos, podemos vencer as opressões.

E, pessoas brancas, estejam atentas: estamos aí!



Em decorrência do isolamento social, vários espaços públicos se fecharam, inclusive os quilombos. Então, o que fazer?

Passei alguns dias desesperada, como qualquer pesquisadora que dependesse da etnografia para realizar a sua pesquisa. Pensei: “*será que daria certo uma etnografia virtual? Será que isso existe?*”, e comecei a vasculhar a internet atrás de outras metodologias que pudessem salvar o meu projeto... Nada!

A crise entre o *Eu emocional* e o *Eu racional* voltou intensa nessa época. Diálogos e mais diálogos... Então, tive um *start!* Já que eu havia ajudado o meu

orientador fornecendo dados sobre a letalidade da população negra no contexto da pandemia, cogitei a possibilidade de tornar “esse” o tema do meu projeto.

Filipe gostou da ideia e, imediatamente, comecei a reescrever tudo do zero. Foi aí que se deu a mudança do projeto de etnografia quilombola para a vulnerabilidade das mulheres negras durante a pandemia da covid-19. Ou seja, foi um desdobramento do texto que havíamos escrito juntos.

As andanças por esse tema foram muito intensas e culminaram na publicação, em 2021, do artigo *A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil: a população negra feminina frente à pandemia do novo coronavírus*, na *Revista Latino-americana de Etnomatemática*. O artigo é reproduzido, na íntegra, a seguir, e é parte constitutiva importante desta dissertação.

Figura 10 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil.
Página 1

Cássia. E. & Fernandes. F. (2020). A ESCRAVIDÃO COMO UM ETNO PARA MATEMÁTICAS NO BRASIL: a população negra feminina frente à pandemia do novo coronavírus. *Revista Latinoamericana de Etnomatemática*, 13(1), 67-85. DOI:10.22267/relatem.20131.46

Artículo recibido el 11 de julio de 2020; Aceptado para publicación el 10 de agosto de 2020

**A ESCRAVIDÃO COMO UM *ETNO* PARA MATEMÁTICAS
NO BRASIL: a população negra feminina frente à pandemia do
novo coronavírus**

**SLAVERY SUCH AS AN *ETHNO* FOR MATHEMATICS IN BRAZIL:
the black female people facing the coronavirus pandemic**

Ellen de Cássia Pinto¹
Filipe Santos Fernandes²

Resumo

Diante da situação em que o mundo passou a vivenciar a partir da pandemia provocada pela Covid-19, naturalizou-se que este debate estivesse atrelado à Biologia, à Medicina, à Tecnologia, à Economia e, em menor grau, às Humanidades. Neste artigo de reflexão, temos como intenção apresentar e discutir informações que indicam como a população negra, particularmente a população negra feminina, tende a suportar com maior prejudicialidade os efeitos da pandemia. Inicialmente, fizemos um levantamento de reportagens jornalísticas que circularam no país entre janeiro e maio de 2020 que traziam um recorte étnico-racial dos efeitos da pandemia. Em um segundo momento, e como principal objetivo, analisamos como as matemáticas presentes nessas reportagens fazem-nos refletir sobre o cenário histórico e atual de exploração e de extermínio da população negra no Brasil. Essa discussão nos permite situar o *Etno* da atualidade pandêmica brasileira, produtora de matemáticas, junto à escravidão, que torna a mulher negra mais vulnerável à contaminação pelo vírus pelos postos de trabalho que ocupa, seja como empregada doméstica da elite ou como funcionária do campo da saúde, particularmente das equipes de enfermagem. Por fim, propomos a emergência de um debate em Etnomatemática no contexto da desigualdade racial protagonizada por uma branquitude acrítica no mundo, reivindicando que o espaço científico-acadêmico, majoritariamente branco, assumia responsabilidades para a superação da invisibilização e da assimetria raciais nas pesquisas que promove.

Palavras chave: Covid-19; Branquitude; Decolonialidade; Etnomatemática; Educação Matemática; Raça.

Abstract

Considering the situation the world is experiencing during the new coronavirus pandemic, debates have begun in fields such as Biology, Medicine, Technology, Economics and, less expressively, in the field of Human

¹ Mulher preta que busca, pela pesquisa em Educação Matemática, enegrecer fatos históricos para dar visibilidade às epistemologias africanas e afro-diaspóricas na luta antirracista. Mestranda em Educação: conhecimento e inclusão social na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Brasil. *E-mail:* ellenpcassia@gmail.com

² Homem branco que busca, pela pesquisa em Educação Matemática, desfazer dos privilégios herdados pela cor de sua pele e expor e superar as desigualdades raciais no Brasil. Doutor em Educação Matemática. Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Brasil. *E-mail:* fernandes.fjf@gmail.com

Figura 11 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil.
Página 2

Sciences. In this paper, we intend to present and discuss information that indicates how the black people, particularly the black female population, tends to suffer more severely the effects of the pandemic. At first, we made a survey of reports about the pandemic considering ethnic-racial groups that circulated in Brazil between January and May 2020. Then, we analyze how the mathematics in these reports enable discussions about the historical and current scenario of exploitation and extermination of black people in Brazil. Black women are more vulnerable to the virus in some jobs, such as a domestic or a health worker. Lastly, we propose the rise of a debate in Ethnomathematics in the context of racial inequality, related to an uncritical whiteness, demanding that the scientific-academic space – mostly white – takes responsibility for overcoming racial invisibility and asymmetry in the research.

Key words: Covid-19; Decoloniality; Ethnomathematics; Mathematics Education; Race; Whiteness.

1. INTRODUÇÃO

Diante da situação que o mundo passou a vivenciar diante da Covid-19, muitas áreas do conhecimento colocaram-se a pensar os efeitos da pandemia em seus ideários, discursos e práticas. Além das necessárias ações de pesquisa derivadas de subcampos da Biologia, da Medicina, da Tecnologia ou da Economia, também a Educação tem se dedicado a estudos que relacionam as implicações da pandemia nas diferentes questões que procura investigar. Neste número especial da revista *Revista Latino-americana de Etnomatemática*, temos nós, educadores matemáticos, a oportunidade de pensar os desdobramentos da pandemia em diferentes processos educacionais e socioculturais que, de algum modo, se vinculam à matemática, seja como prática profundamente imersa nas culturas escolares ou como forma de conhecimento que, em nossa contemporaneidade, atua na produção de subjetividades. Antes de apresentar o texto, porém, julgamos importante considerar o nosso lugar de fala. A autora e o autor deste texto, uma mulher negra e um homem branco, ambos professores, participam de um grupo de estudos e pesquisas interinstitucional, sediado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), denominado *inSURgir*. Esse grupo tem como proposta pensar processos educativos, formativos e de pesquisa em movimentos de resistência e de insurgência, buscando expor, lutar e superar as dimensões da colonialidade, do patriarcado e do neoliberalismo que participam desses processos. Assim, propomos *insurgir* uma Educação *apesar da* matriz colonial de poder, superando as desigualdades por ela produzidas. O grupo *tem como Sul* ações de ensino, de formação e de pesquisa que enfrentam as disparidades culturais, sociais, políticas, territoriais, ambientais, raciais, de gênero e

Figura 12 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil.
Página 3

Cássia, E. & Fernandes, F. (2020). A ESCRAVIDÃO COMO UM ETNO PARA MATEMÁTICAS NO BRASIL: a população negra feminina frente à pandemia do novo coronavírus. *Revista Latinoamericana de Etnomatemática*, 13(1), 67-85. DOI:10.22267/relatem.20131.46

sexualidade, geracionais e tantas outras produzidas pelo avanço das agendas neocoloniais e neoliberais na América Latina.

Dentro do escopo do *inSURgir*, particularmente, a autora e o autor colocam-se a pensar a matemática como uma disciplina racializada, que produz e se produz junto à Modernidade ocidental, excluindo, ignorando ou negligenciando a participação do mundo colonial em seus processos históricos. Assim, constitui-se uma *humanidade* – a do homem, do branco, do heterossexual, do europeu e de tantas outras imagens do Norte abissal – que se afirma pelo conhecer a matemática e pelo pertencer a sua história, *desumanizando* aqueles que a desconhecem ou que dessa história foram invisibilizados. Nessa direção, termos como *humanidade*, *civilização*, *evolução* ou *progresso* foram associados à matemática para a afirmação das civilizações eurocentradas como mais desenvolvidas, evoluídas e superiores, autorizando e justificando processos civilizatórios sobre povos entendidos como *inferiores*, *primitivos* e *bárbaros*.

Neste texto, colocamo-nos a pensar o mundo em que a pandemia se instaurou. A matemática seria, então, apenas um meio para disparar problematizações sobre esse mundo e sobre nós mesmos. Partimos de informações, dados, números, gráficos e tabelas que circularam em reportagens veiculadas no Brasil durante a pandemia e que nos indicam como a população negra, particularmente a população negra feminina, tende a suportar com maior prejudicialidade os efeitos da pandemia. *Que mundo se revela junto a essa matemática da pandemia?* Seguiremos, aqui, nos perguntando.

Uma questão que poderia ser colocada é a relação desta proposta com a Etnomatemática. Estamos interessados em entender como a matemática atua gerando e gerindo sub-humanidades no interior de nossa sociedade. Colocamo-nos, também, a instaurar um pensamento que se coloca em movimento de luta e resistência, desobedecendo à ordem colonial/patriarcal/capitalista e buscando afirmar existências antes subalternizadas. O *Etno*, como grupo ou conceito, ao encontrar a *matemática* como disciplina racializada, passa a se ocupar particularmente neste texto com a exposição das violências físicas e simbólicas que certos grupos sofrem e com as possibilidades de superar a manutenção ou a intensificação das exclusões, das explorações e dos extermínios desses grupos, como a população negra.

Figura 13 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil.
Página 4

Este texto encontra-se dividido em três partes. Na primeira, trazemos informações veiculadas na mídia brasileira durante a pandemia e que se situam na interseccionalidade entre raça, gênero e trabalho, focando a população negra feminina. Na segunda, discutimos aspectos históricos e socioculturais que, pautados na escravidão, nos ajudam a entender a possibilidade de emergência dessa matemática no Brasil, evidenciando sub-humanidades a partir de postos de trabalhos que as mulheres negras ocupam. Na terceira e última, reivindicamos uma Etnomatemática que se ocupe com situações de opressão em nossa sociedade colonial/patriarcal/capitalista, chamando a atenção para como a investigação e análise da branquitude no Brasil incitam novos compromissos para a Etnomatemática.

2. “O VÍRUS NÃO ESCOLHE COR, RELIGIÃO, NEM ESTRATO SOCIAL”. SERÁ?

“O vírus não escolhe cor, religião, nem estrato social” – Essa foi a frase do técnico de um time de futebol brasileiro após receber resultado negativo da contraprova para o coronavírus. Como sabemos, treinos e jogos de futebol foram suspensos em decorrência intensificação das medidas de distanciamento e isolamento social para contenção da transmissão do vírus. No Brasil, o vírus pode ter chegado ao país pelas classes econômicas mais altas, aquelas com acesso a viagens internacionais por trabalho ou lazer. Entretanto, seu efeito tem sido mais severo sobre certas camadas da população, podendo ser questionada a afirmação *“O vírus não escolhe cor, religião, nem estrato social”* quando olhamos informações sobre as infecções e óbitos entre em grupos que ocupam posições menos favorecidas economicamente na estratificação social brasileira.

A interseccionalidade entre as questões econômicas, de raça e de gênero nos leva a pensar como certas parcelas da população mais pobre têm sofrido durante a pandemia. Por isso, cabe-nos considerar que participa desse contingente a população negra, particularmente a população negra feminina que, dadas suas condições majoritárias de vida e trabalho, tendem a suportar com maior prejudicialidade os efeitos do atual cenário.

Segundo reportagem do portal de notícias *GI*, publicada em 26 de abril de 2020 e pautada em um Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, o percentual de negros (pretos e pardos) entre os pacientes internados e mortos por Covid-19 é crescente, ao passo que

Figura 14 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil.
Página 5

Cássia, E. & Fernandes, F. (2020). A ESCRAVIDÃO COMO UM ETNO PARA MATEMÁTICAS NO BRASIL: a população negra feminina frente à pandemia do novo coronavírus. *Revista Latinoamericana de Etnomatemática*, 13(1), 67-85. DOI:10.22267/relatem.20131.46

decrece o percentual de brancos na composição do número total de internações e mortes por essa doença (ver figura 1). Baseado em informações da reportagem, a página *Geledés – Instituto da Mulher Negra*³ destacou que “Segundo os dados de domingo (26 [de abril de 2020]), os mais recentes que consideravam a variável raça/cor, os pardos e pretos somavam 37,4% das hospitalizações e 45,2% das mortes. Duas semanas antes, no primeiro balanço do Ministério que apresentou o recorte, os percentuais de hospitalizações e de mortes era de respectivamente 23,10% e 32,8%.”

³ Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/cresce-percentual-de-pretos-e-de-pardos-entre-internados-e-mortos-por-covid-19-apontam-dados-do-ministerio/>>. Acesso em: 15 maio 2020.

Figura 15 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil.
Página 6

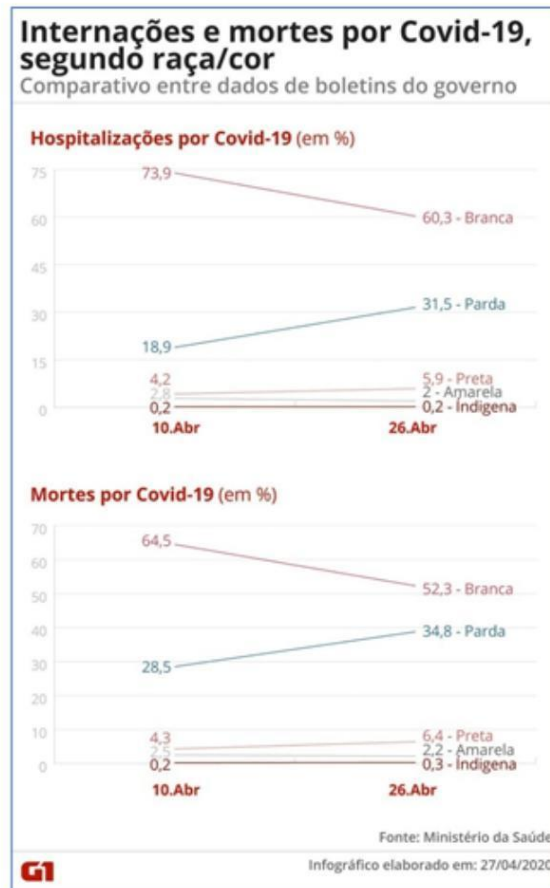


Figura 1. Variação dos percentuais de cada raça/cor na composição dos totais de internações por Covid-19 no Brasil.

Fonte: Ver nota de rodapé 3

Na cidade do Rio de Janeiro (Brasil), por exemplo, os bairros com mais negros que a média da cidade já registravam, em abril de 2020, mais mortes em número absoluto que os bairros com menos negros.⁴

⁴ Disponível em: <<https://apublica.org/2020/05/em-duas-semanas-numero-de-negros-mortos-por-coronavirus-e-cinco-vezes-maior-no-brasil/>>. Acesso em: 16 maio 2015.

Figura 16 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil.
Página 7

Cássia. E. & Fernandes. F. (2020). A ESCRAVIDÃO COMO UM ETNO PARA MATEMÁTICAS NO BRASIL: a população negra feminina frente à pandemia do novo coronavírus. *Revista Latinoamericana de Etnomatemática*, 13(1), 67-85. DOI:10.22267/relatem.20131.46

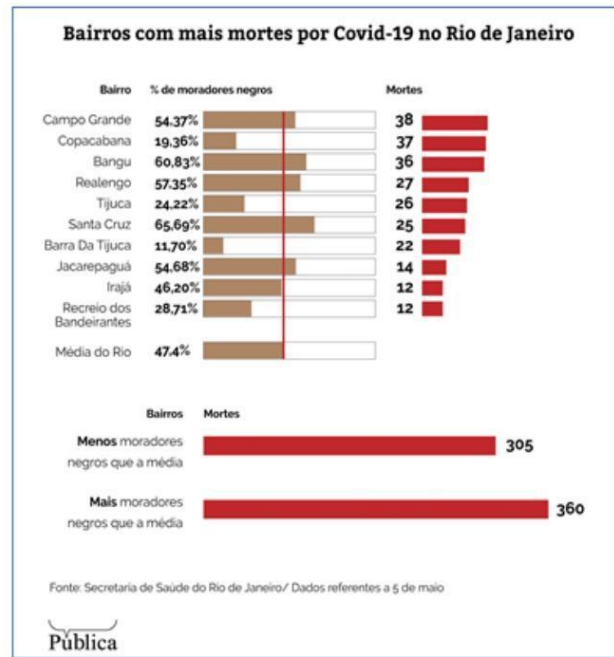


Figura 2. Comparativo de óbitos por Covid-19 em bairros da cidade do Rio de Janeiro (Brasil).
Fonte: Ver nota de rodapé 4.

Ainda que esses dados não sejam suficientes para descrever o risco que cada uma dessas populações – branca, parda, preta, amarela e indígena – corre, outros dados nos ajudam a pensar a incidência de um risco mais elevado de exposição e contágio da doença sobre as mulheres negras.

Uma informação que chama a atenção é o perfil dos profissionais de enfermagem no Brasil. Até a década de 1920, a enfermagem não era uma profissão, mas um ofício principalmente doméstico, prestado por homens e mulheres de classes mais baixas e pessoas escravizadas⁵.

⁵ Disponível em: <http://coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1790-artigo-revela-como-mulheres-negras-romperam-o-estereotipo-da-enfermeira-padrao-no-inicio-do-seculo-20.html?fbclid=IwAR0OI8Ovy0NEcp61DjfwrhX_0DOUIQGqbP5xqx_nLSyJLz3OJiVdzXNFq8g#!enfermeiras_historia2>. Acesso em: 9 jul. 2020.

Figura 17 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil.
Página 8

Revista Latinoamericana de Etnomatemática

Vol. 13, No. 1, de enero-abril de 2020

Uma pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Enfermagem (COFEM - Brasil), em parceria com a Fiocruz, publicada em 2013, mostra que existiam no Brasil, aproximadamente, 3,5 milhões de trabalhadores na área da Saúde, sendo que a equipe de enfermagem, composta por enfermeiras/os e técnicas/os, representa cerca de 50% desse total. Ainda segundo a pesquisa, na equipe de enfermagem, 86% são mulheres e 53% são negras e negros. Essas quase 800 mil mulheres negras enfermeiras ou técnicas de enfermagem estão na linha de frente no combate à pandemia, sofrendo grande exposição e, muitas vezes, levando o vírus para os seus lares, o que tende a agravar a situação.

Além da composição das equipes de enfermagem, é fundamental ressaltar que profissionais que atuam em serviços de limpeza, como copeiras e higienizadoras, também atuam em unidades de saúde e, em sua maioria, são mulheres negras, sendo ainda, essas mulheres, em sua ampla maioria, usuárias do sistema público de saúde. “A população negra, seja como trabalhadora da saúde ou usuária do SUS, é quem está mais exposta aos agentes nocivos à saúde (biológicos e/ou socioeconômicos) e à precarização do trabalho, como falta de equipamentos de proteção individual (EPI) – o COFEN recebeu 4598 denúncias de inadequação de fornecimento de EPI, de piso salarial e extensas jornadas de trabalho”⁶.

Outro dado que merece atenção é que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 47,8% das mulheres negras exercem trabalho informal no Brasil. Com a diminuição da oferta de trabalho, eleva-se o risco de essas trabalhadoras caírem na extrema pobreza.

Muitas vezes, a informalidade se dá na forma do trabalho doméstico, mesmo a legislação brasileira tendo avançado nos últimos anos para formalizar essas relações de trabalho. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), as mulheres negras representam mais de 64% da força de trabalho doméstico no Brasil. Ainda que o Ministério Público do Trabalho tenha orientado empregadores a dispensarem a trabalhadora doméstica de comparecimento no local de trabalho, tendo remuneração e outros direitos trabalhistas

⁶ Disponível em: <https://almapreta.com/editorias/o-quilombo/de-escravizadas-a-cuidadoras-mulheres-negras-na-linha-de-frente-da-luta-pela-saude-em-tempos-de-pandemia?fbclid=IwAR0Ac4nGRsR_IwTdPcRUW0kZ5v1-YS4HFpE60JsKqKqtrDdH70LNQBV0Tbg>. Acesso em: 16 maio 2020.

Figura 18 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil.
Página 9

Cássia. E. & Fernandes. F. (2020). A ESCRAVIDÃO COMO UM ETNO PARA MATEMÁTICAS NO BRASIL: a população negra feminina frente à pandemia do novo coronavírus. *Revista Latinoamericana de Etnomatemática*, 13(1), 67-85. DOI:10.22267/relatem.20131.46

garantidos durante o período de medidas oficiais de combate à pandemia, são diversos os relatos de trabalhadoras domésticas que ainda comparecem aos seus locais de trabalho.⁷

Em todos esses casos, não há apenas um maior risco de contágio, mas também o enfrentamento de adoecimento psíquico. Com a interrupção das atividades educacionais em creches e escolas, essas mulheres sentem de modo mais intenso suas duplas jornadas de trabalho, particularmente pela imposição patriarcal do cuidado da casa e dos filhos.

O drama que esses números indicam, mas, ao mesmo tempo encobrem, é o que nos provoca as indagações que aqui compartilhamos: *Como essas informações nos põem a pensar sobre a atual situação da pandemia e sobre questões de raça e gênero no Brasil? Como esse pensar se desdobra em posicionamentos no campo da Educação Matemática, particularmente na Etnomatemática?* Tentaremos sustentar e dar sentido a essas questões nas seções a seguir.

3. ESCRAVIDÃO: UM ETNO PARA MATEMÁTICAS NO BRASIL

Por que razão, no Brasil, em congressos de sociologia, psicologia ou outras áreas correlatas, onde é notório que a grande maioria dos pesquisadores são brancos, comumente não se questiona a não participação de negros, ou a participação quase irrisória de pesquisadores pertencentes ao grupo racial majoritário brasileiro? A não presença deles em eventos de cunho acadêmico indicaria segregação racial? Pesquisar história da Grécia Antiga ou da Europa é estudar o normal? Por que frequentemente essas pesquisas não são consideradas racializadas? Histórias de grupos europeus não são propagadas como se fossem exclusivamente de brancos? Por que pesquisadores brancos que estudam assuntos ligados à negritude não são acusados de enviesarem suas pesquisas? (Schucman, Costa & Cardoso, 2012, p. 17)

O excerto acima faz parte de um texto que discute a assimetria racial em pesquisas acerca de relações raciais no Brasil. Com essas questões, os autores mostram como, nos momentos de realização de trabalhos de campo durante a pesquisa, pesquisadores e pesquisados olham-se, mesmo que tacitamente, por meio de uma lente racializada. Essa racialização do olhar expõe assimetrias sociais, particularmente relações de opressão.

Ao se situar em relações oprimido/opressor, a Etnomatemática tem se restringido, muitas vezes, à investigação do oprimido, deixando de lado o opressor. A ideia de uma matemática

⁷ Informações disponíveis em: <<https://criola.org.br/guia-trabalhadoras-domesticas-remuneradas-durante-crise-do-coronavirus/>>. Acesso em: 16 maio 2020.

Figura 19 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil.
Página 10

Revista Latinoamericana de Etnomatemática

Vol. 13, No. 1, de enero-abril de 2020

de povos subalternizados, como indígenas, camponeses, quilombolas e outros, segue sugerindo que a opressão de certas formas de conhecimento é somente uma questão a ser investigada junto ao oprimido, de modo que o opressor não surge como elemento fundamental dessa relação.

Contrariamente a essa ideia, reivindicamos uma Etnomatemática que se ocupe com situações de opressão que permitem a emergência de certa Matemática em nossa sociedade colonial/patriarcal/capitalista, discutida na seção anterior. Particularmente neste texto, a investigação das populações negras femininas frente à pandemia nos faz situar o nosso *etno*, nosso solo cultural, como uma espécie de extensão da sociedade escravocrata, evidenciando como a mulher negra sofre mais severamente os efeitos da pandemia. Essa mulher negra, antes escravizada e forçada ao cuidado de seus senhores, se vê diante de outra posição de cuidado, agora da elite brasileira, assumindo a linha de frente no combate à Covid-19 e ficando mais vulnerável ao contágio.

Partindo da ideia de que “todas as culturas, todos os povos, estão à procura de explicações de lidar com a realidade que parte de modos, técnicas, habilidades, ou artes (TICAS) de explicar, conhecer, entender, aprender (MATEMA) através da realidade natural e sociocultural (ETNO)” (Santos, 2008, p. 33-34), reivindicamos neste texto uma Etnomatemática para a compreensão de modos, técnicas, habilidades e artes imputadas pelo *etno* colonizador sobre a população colonizada. Em outras palavras, podemos dizer que as *matemas*, os modos de fazer, sentir e conhecer o mundo, ocorrem de modos diferentes pelos que oprimem e pelos que sofrem opressão. Como desdobramento, pensamos que a *escravidão como um etno para matemáticas no Brasil* implica um olhar para as re-existências de dois grupos étnico-raciais envolvidos no escravagismo: europeus e africanos ou, mais contemporaneamente, brancos e negros. Estamos tratando de um *etno* em que a sobrevivência de certos modos de vida se construiu e ainda se constrói na escravização de outros.

Um grupo, a elite, herdeira de privilégios inerentes à brancura, vê e explica o mundo de uma forma extrativista, subjugando os não-brancos. As artes, habilidades ou técnicas desse grupo estão pautadas, entre outros aspectos, na apropriação cultural, na escravização de outros povos, no genocídio e no epistemicídio. Uma lógica que subtrai a força e a vitalidade dos não-brancos e anula suas epistemes e identidades. Trata-se de um *etno* que cria o “trabalho

76

Fonte: Elaborada pela autora

Figura 20 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil.
Página 11

Cássia. E. & Fernandes. F. (2020). A ESCRAVIDÃO COMO UM ETNO PARA MATEMÁTICAS NO BRASIL: a população negra feminina frente à pandemia do novo coronavírus. *Revista Latinoamericana de Etnomatemática*, 13(1), 67-85. DOI:10.22267/relatem.20131.46

forçado” para multiplicar suas posições e riquezas, distribuindo privilégios e lucros entre aqueles que carregam fenotipicamente características brancocêntricas.

As artes, habilidades ou técnicas de sobrevivência desses dois grupos são, portanto, demarcadas pelas estratificações social e racial, e as trabalhadoras negras em tempos de pandemia sofrem mais intensamente os efeitos dessa estratificação. O *etno* que se envolve na escravidão tende a apresentar atributos inéditos devido à nova realidade decorrente da Covid-19 e, se acreditamos que “a Etnomatemática está sendo, ela não é” (Fonseca et al., 2018, p. 28), podemos dizer que há uma Etnomatemática porvir.

3.1. Da mulher negra escravizada à mulher negra trabalhadora

Desde o início da pandemia, os noticiários repercutiam os casos crescentes de contaminação pelo novo coronavírus destacando, principalmente, a população branca das classes média e alta. Isso, a princípio, fez com que muitas pessoas acreditassem que se tratava de uma *doença de rico*. A fala “*O vírus não escolhe cor, religião, nem estrato social*”, no entanto, indica relações que configuram nossa estrutura social e que instituem como *normal* a população pobre e não-branca ser a principal vítima de catástrofes, ao passo a população branca das classes média e alta permanecia protegida.

Em um vídeo⁸ disponível no canal do Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros (APUBH), Nilma Lino Gomes, professora emérita da Faculdade de Educação da UFMG e ex-ministra do extinto Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos do governo brasileiro, destaca que essa normalidade continua sendo aquela apregoada pela *necropolítica*, a política de extermínio dos corpos, particularmente de corpos negros. No vídeo, a professora Nilma comenta:

Nós temos ouvido falar que a pandemia é universal no que se refere a sua capacidade de expansão e contaminação. Isso de fato é verdade. Mas também temos ouvido que a pandemia do coronavírus é democrática. Eu discordo disso. Primeiro, porque nenhuma doença é democrática. Segundo, porque ela atinge pessoas e povos diferentes de acordo com as desigualdades já existentes no Brasil e no mundo. Ao analisarmos o conceito de *necropolítica* de Achille Mbembe, analisamos o Estado não apenas como aquele que protege, mas que, por meio do biopoder, decide quem deve viver e quem deve morrer. Portanto, o racismo e a violência que é praticada contra a população negra estão

⁸ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2KCb7SC5eDs>>. Acesso em: 9 jul. 2020.

Figura 21 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil.
Página 12

Revista Latinoamericana de Etnomatemática

Vol. 13, No. 1, de enero-abril de 2020

especialmente nesse campo da necropolítica, decorrente do imaginário coletivo de que as pessoas negras são coisificadas, animalizadas. Isso é reproduzido nas práticas e nas estruturas. Há de se lembrar também que historicamente o aparato de poder e força do Estado não foi construído a favor do povo, mas sim a favor dos ricos, como pode ser visto no livro *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*, da autora Maria Helena Machado, no qual a polícia é utilizada enquanto serviço privado a fim de conter as rebeliões de africanos escravizados nas fazendas cafeeiras.

Necropolítica é um conceito cunhado por Achille Mbembe, escritor camaronês que publicou um ensaio questionando os limites da soberania quando o Estado escolhe quem deve viver e quem deve morrer, subjugando a vida ao poder da morte.

Acostumados à naturalização de uma *política de morte*, muitos brasileiros se espantaram ao assistirem à aparente quebra da política de extermínio da população mais pobre e, também, da população negra no início da pandemia. Naquele momento, parecia que a mortalidade assolava uma parte da população que era protegida pelo Estado. Esse espanto feria a normatividade produzida da escravidão colonial à formação da elite brasileira: vida para as pessoas brancas e ricas e morte para as pessoas negras e pobres.

A expressão máxima de soberania reside em grande medida no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem pode morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação do poder (Mbembe, 2016, p. 123).

Historicamente, os colonizadores utilizaram pessoas negras para a construção de sociedades escravocratas. O imaginário social da aristocracia, e posteriormente da classe média brasileira, atribuía à corporeidade negra atributos relacionados à saúde, à vitalidade e à força para o trabalho braçal e o cuidado do lar, o que se desdobrou, por exemplo, na crença de que o leite materno das mulheres africanas fosse mais forte e abundante que das mulheres brancas.

Por esse motivo, as mães-pretas ou amas-de-leite eram consideradas mercadorias distintas e lucrativas durante o período colonial, uma vez que podiam ser, inclusive, alugadas para outras famílias que tinham recém-nascidos. “Segundo a mentalidade escravocrata, as negras eram consideradas mais saudáveis e seu leite mais forte para o aleitamento das crianças senhoriais” (Silva, 2016, p. 302).

78

Fonte: Elaborada pela autora

Figura 22 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil.
Página 13

Cássia. E. & Fernandes. F. (2020). A ESCRAVIDÃO COMO UM ETNO PARA MATEMÁTICAS NO BRASIL: a população negra feminina frente à pandemia do novo coronavírus. *Revista Latinoamericana de Etnomatemática*, 13(1), 67-85. DOI:10.22267/relatem.20131.46

A dimensão do cuidado tornou-se, sob a óptica dos colonizadores, diretamente associada à figura da mulher negra. Ao chegarem no continente africano, os europeus se defrontaram com várias tecnologias, dentre elas a do *cuidado*, preservado por culturas milenares. De acordo com Bruna Farias (2020), na reportagem *De escravizadas a cuidadoras: mulheres negras na linha de frente da luta pela saúde em tempos de pandemia*⁹, em uma época em que a medicina ocidental ainda engatinhava, as tecnologias africanas eram avançadas nos conceitos de cura, benzeção, parto e cuidados com crianças e adultos.

Foi nesse contexto que uma parcela das mulheres negras no Brasil, da sociedade escravocrata à sociedade contemporânea, passaram de mães-pretas a cuidadoras e enfermeiras sendo, em ambas, inegavelmente, vítimas das mais variadas injustiças, uma delas a salarial. De acordo com a pesquisa *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça*, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁰, realizada em novembro de 2019, as mulheres negras (pretas ou pardas) continuam na base da desigualdade de renda no Brasil. Em 2018, elas receberam, em média, menos da metade dos salários dos homens brancos (44,4%) que desempenham a mesma função, que ocupam o topo da escala de remuneração no país. Atrás deles, estão as mulheres brancas, que possuem rendimentos superiores não apenas aos das mulheres pretas ou pardas, como também aos dos homens pretos ou pardos.

A Covid-19 revela, então, diversas desigualdades de nossa sociedade, particularmente aquelas vinculadas aos desdobramentos da escravidão na configuração de nossa atual estratificação social. No âmbito dessas desigualdades, focamos a seguir a herança colonial e a situação durante a pandemia de trabalhadoras domésticas no Brasil.

3.2. Serviço doméstico durante a quarentena: essencial ou permanência do colonial?

A primeira vítima da Covid-19 no estado do Rio de Janeiro (Brasil) foi uma empregada doméstica negra que provavelmente contraiu o vírus de sua patroa recém-chegada de uma viagem ao exterior. Sem perceber, a vítima levou o vírus para a sua comunidade, deixando

⁹ Disponível em: <https://almapreta.com/editorias/o-quilombo/de-escravizadas-a-cuidadoras-mulheres-negras-na-linha-de-frente-da-luta-pela-saude-em-tempos-de-pandemia?fbclid=IwAR0Ac4nGRsR_IwTdPcRUW0kZ5v1-YS4HFpE60JsKqKqrDdH70LNQBV0Tbg>.
Acesso em: 19 maio 2020.

¹⁰ Pesquisa divulgada em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/12/politica/1573581512_623918.html>.
Acesso em: 19 maio 2020.

Figura 23 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil.
Página 14

vulneráveis pessoas de seu convívio próximo. Foi por meio da elite que a pandemia entrou no Brasil, mas foi na população negra que ela provocou e tem provocado as maiores severidades.

A saúde da população negra, assim como tantos outros direitos, tem sido diligentemente negligenciada pelo poder público, tornando essa população mais vulnerável ao contágio de doenças. O fato de a população branca ter participação cada vez menor no total de mortes por Covid-19 no Brasil revela que, imbuídas de saúde, acesso à boa alimentação, prática de exercícios físicos e planos de saúde, as classes mais favorecidas economicamente conseguem se curar da doença; ao passo que as classes menos favorecidas, formada por uma maioria de pessoas negras, segue vivenciando mais fortemente as mazelas da pandemia.

A professora Nilma Lino Gomes¹¹ (2020) explica ainda que se o Brasil não voltar a sua atenção neste momento para problemas estruturais, por meio de políticas públicas específicas para a população negra, a sociedade assistirá a uma grande tragédia. Na visão de Nilma, isso incluiria a melhoria do Sistema Único de Saúde (SUS), público, que atende majoritariamente pessoas negras e periféricas.

O cuidado dedicado por mulheres negras a patrões e patroas brancos foi e ainda é uma característica marcante no Brasil. Dos donos de escravos à elite brasileira, a classe dominante insiste na ideia de posse das empregadas domésticas; e a despreocupação quanto à saúde e à qualidade de vida dessas mulheres revela que, para eles, essas trabalhadoras possuem um menor valor em relação à vida. As mucamas do passado são, agora, as empregadas domésticas da elite.

As “mucamas” arranjavam uma porção de quartos e alcovas, não só dos da casa, como também os dos hóspedes, quase sempre em grande número. Além disso, serviam os banhos em respeitáveis bacias de cobre, e pela manhã, levavam em bandejas igualmente respeitáveis o clássico café com leite, gemada ou chocolate, acompanhados de uma dezena de gulodices, cada qual mais apreciada. Havia “mucamas especializadas” que tomavam conta de tudo concernente a uma só pessoa, encarregando-se também, nas horas vagas, de contar histórias às crianças e de dar-lhes estalados cafunés, [...]. Uma corte de “crioulinhas” costurava fazia os serviços leves e, pela tarde, em turmas, areava as bacias, utilizando-se da cinza de guararema e de limões ao meio partidos (Moura, 1998, p. 190).

¹¹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2KCb7SC5eDs>>. Acesso em: 9 jul. 2020.

Figura 24 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil.
Página 15

Cássia. E. & Fernandes. F. (2020). A ESCRAVIDÃO COMO UM ETNO PARA MATEMÁTICAS NO BRASIL: a população negra feminina frente à pandemia do novo coronavírus. *Revista Latinoamericana de Etnomatemática*, 13(1), 67-85. DOI:10.22267/relatem.20131.46

Aos moldes da casa-grande, a elite brasileira permanece reproduzindo, além de hábitos, uma arquitetura colonial. Um resquício disso é o chamado *quarto de empregada*. Muitas domésticas são ou se veem obrigadas a dormir em seus locais de trabalho, passando mais tempo cuidando de seus empregadores do que da própria família.

Na escravidão como nosso *Etno* estão, então, matemáticas que expõem a casa-grande; um símbolo colonial que deve ser constantemente denunciado para que a crueldade escravocrata possa dar lugar a uma sociedade mais justa. A arquitetura de opressão senzala/quarto de empregada, os baixos salários, as péssimas condições de trabalho e as históricas violências sexuais são expostas por matemáticas que parecem se constituir em torno da opressão e da formação de uma branquitude acrítica moradora dos metros quadrados mais caros do território brasileiro.

Por isso, pensamos que a exposição de situações de exploração e de extermínio permitida pelas matemáticas da pandemia, reveladoras de uma branquitude que nega ou não considera seu próprio racismo, são um possível caminho para pensar a Etnomatemática. É disso que trataremos a seguir.

4. A BRANQUITUDE: UM CAMINHO PARA PENSAR A ETNOMATEMÁTICA

Palavras como *negro* ou *negritude* não estão distantes do vocabulário social brasileiro, ainda que sejam, muitas vezes, pejorativamente colocadas e interpretadas. A posição dessas palavras na linguagem revela como a população negra sempre foi tratada em uma dimensão racializada, ao passo que a população branca não se percebe junto a essa dimensão.

Lourenço Cardoso, partindo dos estudos da socióloga Ruth Frankenberg, caracteriza a branquitude como “um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial ‘injusta’ e racismo” (Cardoso, 2010, p. 661). Em outras palavras, a branquitude seria “um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo” (Cardoso, 2010, p. 661). Assim, na visão do autor, a patologia social do branco que não se identifica como sujeito racializado precisa se tornar objeto de estudo e

Figura 25- Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil.

Página 16

Revista Latinoamericana de Etnomatemática

Vol. 13, No. 1, de enero-abril de 2020

de ações intensas do Estado. Esse grupo, que permanece sob proteção em todas as esferas estruturais e institucionais, precisa ser compreendido no exercício da opressão que exerce sobre a população não-branca. A investigação e análise sobre da identidade racial branca busca problematizar aqueles que, em uma relação opressor/oprimido, exercem o papel de opressor, considerando o lugar do branco numa situação de desigualdade racial (Cardoso, 2010).

Como procedimento analítico e metodológico, Cardoso (2010) utiliza os conceitos de *branquitude crítica* e *branquitude acrítica*. A branquitude acrítica seria aquela que nega a existência de seu preconceito racial, sustentando o ser branco como uma condição especial de existência, hierarquicamente superior a todos não-brancos, e desqualificando o critério de raça na produção das desigualdades. O autor utiliza os termos *drácula* e *vampiro* para se referir a esse exercício da branquitude, pois, embora sejam protagonistas de grandes regimes de exploração e de extermínio, eles permanecem invisíveis e inimputáveis:

O vampiro que se esconde, o vampiro que não suporta a luz, não suporta ser focalizado, iluminado, “encarado” de frente, olhado nos olhos. O vampiro, o branco que pouco narra ou simplesmente não fala a respeito de si. O branco cuja imagem não reflete no espelho. Portanto, “não se enxerga”, “não se observa literalmente”. Observa somente os outros, os não-brancos, os não-Dráculas (Cardoso, 2014, p. 143).

Diferente da *branquitude acrítica*, a *branquitude crítica* torna-se uma aliada da luta antirracista e se coloca na linha de frente para proteção das populações não-brancas. São brancos diferentes dos *dráculas* e dos *vampiros*, que rompem ou tentam romper com o ciclo de privilégios e as práticas de opressão herdadas de seus antepassados. Eles têm, então, a coragem de olhar o espelho e encarar o próprio reflexo. São muitos os brancos que hoje têm feito esse movimento, contribuindo de várias formas para uma sociedade mais justa para opressores e oprimidos. Isso fica exemplificado na voz do ator Humberto Carrão:

O racismo é o principal problema do Brasil. O racismo é problema dos brancos. Nós, brancos, somos o principal problema do país. Ou começamos a destruir os nossos privilégios conquistados com a dor e morte do povo negro, ou esse nunca será um bom lugar. Miguel tinha cinco anos e morreu vítima de uma família branca estruturalmente fundada no racismo.¹²

¹² Trecho de fala disponível em: <https://todosnegrosdomundo.com.br/ator-humberto-carrao-desabafa-o-racismo-e-problema-dos-brancos-nos-brancos-somos-o-principal-problema-do-pais/?fbclid=IwAR1A1WGOmw3-aLxQedC2_Sf823RUQhW_sf06P7YHchEfcgHZmDKIkOju8fU>. Acesso em: 9 jul. 2020.

Figura 26 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil.
Página 17

Cássia. E. & Fernandes. F. (2020). A ESCRAVIDÃO COMO UM ETNO PARA MATEMÁTICAS NO BRASIL: a população negra feminina frente à pandemia do novo coronavírus. *Revista Latinoamericana de Etnomatemática*, 13(1), 67-85. DOI:10.22267/relatem.20131.46

Ficam-nos, assim, algumas questões: não seriam essas matemáticas da pandemia, particularmente aquelas associadas ao adoecimento e à morte da população negra feminina, reveladoras do sombrio e do vampirês de nossa sociedade? Não seriam esses números, tabelas e gráficos o evidenciar de uma atualidade gerada e gerida pela escravidão no Brasil? Como o *Etno* que sustenta essas matemáticas expõe desigualdades raciais e na configuração de uma elite de herança escravocrata e racista?

É com base nessas questões que propomos uma Etnomatemática que se ocupe, como imperativo e compromisso político, com os modos como a matemática pode se colocar em desobediência político-epistêmica, contribuindo com lutas intencionadas à sobrevivência das existências de diferentes grupos socioculturais no encontro com o atual padrão de poder mundial que, na visão de Quijano, consiste na articulação entre:

1) a colonialidade do poder, isto é, a ideia de “raça” como fundamento do padrão universal de classificação social básica e de dominação social; 2) o capitalismo, como padrão universal de exploração social; 3) o Estado como forma central universal de controle da autoridade coletiva e o moderno Estado-nação como sua variante hegemônica; 4) o eurocentrismo como forma hegemônica de controle da subjetividade/intersubjetividade, em particular no modo de produzir conhecimento (Quijano, 2002, p. 4).

Interessa a esse sentido de Etnomatemática, então, a exposição e o enfrentamento das classificações, dominações, padrões, controles, explorações e extermínios sociais que se dão, minimante, pelas vias da colonialidade, do patriarcado, do capitalismo e do eurocentrismo. Uma Etnomatemática pautada em lutas pela existência de sujeitos individuais e coletivos, que desobedeça política e epistemologicamente ao atual padrão de poder mundial ao expor os lados sombrio e vampirês de nossa sociedade, enfrentando, em todas as suas dimensões, as formas de exploração e extermínio em curso na contemporaneidade.

Por isso, propomos a emergência de uma discussão em Etnomatemática no contexto da desigualdade racial protagonizada por uma branquitude acrítica no mundo. Temos que reivindicar que o espaço científico-acadêmico majoritariamente branco assuma responsabilidades de modo a superar a invisibilização e a assimetria raciais nas pesquisas que desenvolve. Esse é, acreditamos, um novo compromisso político e social que a Etnomatemática pode assumir.

Figura 27 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil.
Página 18

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto buscamos evidenciar como matemáticas presentes no contexto da pandemia ajudam a expor as marcas da escravidão que sobrevivem em nossa sociedade. Ao centrar nossa atenção na população negra feminina, vimos como as mulheres negras tendem a suportar com maior prejudicialidade os efeitos do momento que vivemos, particularmente pelos postos de trabalho que assumem e que são determinados por uma herança colonial. Ao fazer esse exercício, o de revelar a escravidão como um *Etno* para matemáticas em nossa sociedade, assumimos uma postura decolonial em Educação Matemática.

Como destacam Giraldo & Fernandes (2020), a opção pela decolonialidade nos coloca em uma posição de resistência e insurgência frente às relações históricas e contemporâneas assumidas entre a matemática e a matriz colonial do poder. Trata-se de uma aposta que busca sustentar uma matemática em *desobediência político-epistêmica*, alinhando-a a lutas de ordem étnico-racial, territorial, econômico-financeira, social, geracional, de gênero e sexualidade e tantas outras que desafiam o atual padrão de poder mundial. No caso deste texto, a matemática expõe processos de opressão e dominação não só política, sociocultural, histórica ou econômica, mas também subjetiva, de uma sociedade que mantém sua trajetória escravocrata.

Esperamos que as discussões aqui presentes, ainda embrionárias, sensibilizem pesquisadores e pesquisadoras do campo da Etnomatemática, contribuindo com a produção de novos debates e ações sobre as relações étnico-raciais no interior do campo.

6. AGRADECIMENTO

Agradecemos afetuosamente à Profa. Dra. Maria da Conceição Ferreira Reis Fonseca (UFMG) pela inspiração para a elaboração deste texto e por sua leitura cuidadosa e sempre propositiva.

Figura 28 - Print do artigo - A escravidão como um etno para matemáticas no Brasil.
Página 19

Cássia, E. & Fernandes, F. (2020). A ESCRAVIDÃO COMO UM ETNO PARA MATEMÁTICAS NO BRASIL: a população negra feminina frente à pandemia do novo coronavírus. *Revista Latinoamericana de Etnomatemática*, 13(1), 67-85. DOI:10.22267/relatem.20131.46

REFERÊNCIAS

Cardoso, L. (2014). *O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil* (Tese de doutorado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Disponível em http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/ciencias_sociais/3146.pdf

Cardoso, L. (2010). Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 8(1). 607-630. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cinde-umz/20131216065611/art.LourencoCardoso.pdf>

Fonseca, A. et al. (2018). Por que múltiplas vozes. *Educação Matemática em Revista*, 23(60). 20-29. Disponível em https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/11439/1/ARTIGO_PorqueM%c3%baltiplasVozes.pdf

Giraldo, V. & Fernandes, F. S. (2020). Caravelas à vista: giros decoloniais e caminhos de resistência na formação de professoras e professores que ensinam matemática. *Perspectivas da Educação Matemática*, 12(30). 467-501. Disponível em <https://seer.ufms.br/index.php/pedmat/article/view/9620>

Mbembe, A. (2016). Necropolítica. *Artes & ensaios*, 32(1). 123-151. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/issue/view/669>

Moura, C. E. M. (Ed.). (1998). *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX: memórias, depoimentos, evocações*. Cotia: Ateliê Editoria.

Quijano, A. (2002). Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, 17(37). 4-28. Disponível em http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/NOR/NOR0237/NOR0237_02.PDF

Schucman, L. V.; Costa, E. S. & CARDOSO, L. (2012). Quando a identidade racial do pesquisador deve ser considerada: paridade e assimetria racial. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)*, 4(8). 15-29. Disponível em <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/247>

Santos, E. C. (2008). As “tícas” de “matema” de um povo um povo africano: um exercício para a sala de aula brasileira. *Revista Latinoamericana de Etnomatemática*, 1(2), 27-50. Disponível em <http://www.etnomatematica.org/v1-n2-julio2008/Costa.pdf>

Silva, R. R. (2016). A presença das amas-de-leite na amamentação das crianças brancas na cidade de São Paulo no século XIX. *Antíteses*, 9(17). 297-322.



Esse foi o primeiro artigo escrito com meu orientador, Filipe, publicado em uma revista de Educação Matemática.

Até aquele momento, eu sentia que minha produtividade estava indo bem. Minha Lua em Áries estava bem estabilizada e os conflitos entre o *Eu racional* e o *Eu emocional* bem equilibrados. Talvez, porque o meu orientador estivesse fazendo um papel de *Wendy*¹⁰ na minha vida acadêmica, ou seja, escrevíamos artigos juntos e eu era mais participativa no grupo de pesquisa. Então, de certo modo, não me sentia sozinha.

O tema trágico da Covid-19 bloqueou meu ascendente em Gêmeos, meu jeito brincalhão e infantil que tanto amo. Inevitável não ser impactada por aquele momento de intenso sofrimento em todas as partes do país e do mundo.

Todos estavam de luto.

Vi de perto pessoas da minha própria família falecerem. Perdi minha avó, Maria Bernardina, morta pela inadimplência de um governo genocida. Ela teria ficado orgulhosa em ver uma neta concluindo o mestrado. Vovó teve uma vida parecida com a vida de muitas mulheres negras e pobres. Na sua juventude, saiu do interior, da cidade mineira de Perdígão (MG), para ser empregada doméstica, em uma casa de família de imigrantes italianos, em Belo Horizonte. Serviu durante muitos anos, até que conheceu meu avô, Altair Pinto. Casaram-se e moraram por um tempo no bairro Sagrada Família e, depois, mudaram-se para o bairro Nazaré ou Gorduras, Região Nordeste de Belo Horizonte.

Essa mulher, matriarca da minha família, foi apenas uma das milhares de mulheres negras assassinadas pelo negacionista que governa nosso país. A negligência do atual governo causou a letalidade de mais de 600 mil pessoas.

¹⁰ A personagem *Wendy* da história do Peter Pan é utilizada na psicologia para ilustrar a personalidade de pessoas que cuidam, minuciosamente, de outras.

Ainda me recordo de um dos desabafos de meu pai, sobre o atual governo, no dia em que ela morreu: “Bolsonaro é que matou minha mãe, esse filho da puta!” É uma dor inenarrável. Só quem passa por isso sabe o vazio que as pessoas que amamos deixam dentro de nós.

Isso não teria acontecido se as vacinas tivessem sido compradas com antecedência. Uma parte de mim havia morrido, ali. Era impossível me sentir bem naquele momento. A hora exigia reverência e respeito.

O país assistiu, com estarrecimento, Bolsonaro dizer que “não é coveiro”;¹¹ demonstrar total distanciamento à dor e ao luto das famílias; não usar máscaras¹²; fazer motocicletas sem o uso de capacete¹³ e negar, a si mesmo, a vacinar.¹⁴ De repente, o planeta Terra deixou de ser redondo, para assumir uma forma plana e emergiram diversas teorias da conspiração, sendo Olavo de Carvalho um dos proponentes mais respeitados pelos bolsonaristas.¹⁵

Confesso que não foi fácil pesquisar sobre as consequências da pandemia da Covid-19 e suas intersecções com a população negra. Em pouco tempo, após a definição desse tema de projeto, eu estava exausta. É difícil lidar com tragédias,

¹¹GOMES, Pedro. 'Não sou coveiro, tá?', diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por coronavírus. Globo. 20 de abril de 2022. Disponível em : <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>> . Acesso em 15 de maio de 2023.

¹² G1. Sem máscara, Bolsonaro é multado pela 6ª vez pela Vigilância Sanitária estadual em SP. 21 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2021/08/21/sem-mascara-bolsonaro-e-multado-pela-6a-vez-pela-vigilancia-sanitaria-estadual-em-sp.ghtml>> . Acesso em 15 de maio de 2023.

¹³ Metro 1. Bolsonaro participa de motocicleta sem capacete pela terceira vez desde a morte de Genivaldo. 01 de outubro de 2022. Disponível em <https://www.metro1.com.br/noticias/politica/124157.bolsonaro-participa-de-motocicleta-sem-capacete-pela-terceira-vez-desde-a-morte-de-genivaldo>. Acesso 15 de maio de 2023.

¹⁴ Globo. Bolsonaro diz que não tomará vacina; ciência recomenda imunização de quem já teve Covid. 13 de outubro de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/10/13/bolsonaro-diz-que-nao-tomara-vacina-ciencia-recomenda-imunizacao-de-quem-ja-teve-covid.ghtml>. Acesso em 15 de maio de 2023.

¹⁵ EL País. Olavo de Carvalho, o onipresente oráculo do bolsonarismo. 13 de abril de 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/14/politica/1555201232_670246.html Acesso em 15 de maio de 2023.

quanto mais aquelas que me afetam diretamente, pelo grupo racial do qual faço parte.

Isso porque sou uma esponja ambulante. Absorvo tudo ao meu redor. Consequência da Lua em Áries, acredito. Então, cara leitora e caro leitor, não vou mentir pra você não, viu? Pesquisar sobre a letalidade da população negra durante esse período da Covid-19, suas vulnerabilidades, especialmente das mulheres negras trabalhadoras domésticas, foi algo que “acabou comigo”, porque absorvi a dor de milhares de pessoas.

Eu estava um “caco” de tanto ler e assistir a reportagens que expressavam essa tragédia nacional, essa *Maafa*¹⁶ coletiva (ANI, 2015). Confesso que bateu um arrependimento de escolher um tema de pesquisa tão “pesado”. Fiquei depressiva pesquisando isso. E senti uma pitadinha de inveja de colegas que haviam escolhido “temas cor-de-rosa” ou “temas-unicórnios” para pesquisar. Meu projeto era “duro” e temi não ter forças para conduzi-lo até o final. Mas, o tempo todo, meu orientador via força em mim. Ele acreditou no meu potencial mais do que eu mesma.

Não vou romantizar. Tem uma “pá de gente” da educação matemática que continua achando que artigos-denúncia, desse tipo, são “militantes e ativistas demais” ou que “não há espaço para esse tipo de tema no nosso campo de pesquisa”.

Quem primeiro se interessou por esse tema foi o Filipe e, depois, ele me chamou para escrevermos juntos. Então eu não fui “apedrejada” sozinha. Filipe é um homem branco, privilegiado. Pesquisador amplamente conhecido e respeitado na Educação Matemática. Ele me deu “cobertura” contra os ataques conservadores vindos de nossos pares.

¹⁶ De acordo com a pesquisadora Ani (2015), *Maafa* é um dos termos mais apropriados para expressar a grande tragédia ocorrida com a população africana desde os primeiros contatos com os povos europeus colonizadores, o tráfico de seres humanos pelo Atlântico, até chegar às Amérikkas (SHAKUR, 2016).

Sim, existe uma heterogeneidade dentro do nosso campo de pesquisa. Não quero dizer que isso seja ruim, mas sempre observei um grande número de educadoras e educadores levantando a bandeira do tradicionalismo epistêmico como sinônimo de “educação neutra”. Uma educação matemática que não participa da vida política de uma sociedade. É lamentável que haja educadoras e educadores que pensem dessa forma. E não são poucos. São profissionais que pensam que “matemática é matemática” e “sociologia é sociologia”, “ou 8 ou 80”. Esses parecem ter uma mente fechada para qualquer definição de matemática ou de educação matemática que não seja a hegemônica e, por isso, acham um absurdo nós, das ciências exatas, nos metermos com temas raciais, políticos etc. O educador matemático, para essas pessoas, deve ser um ser alienado da realidade, não envolvido pelos problemas sociais e, portanto, pessoas proibidas de sentir empatia ou compaixão pelos oprimidos. Ou, pelo menos, um educador que se envolva com as ciências humanas, mas sem compromisso político com suas causas mais urgentes. “Cada um no seu quadrado”, como diz aquela letra de funk.

E eu, boa funkeira que sou, irei enfrentar o dogmatismo epistêmico com compromisso e responsabilidade, não fechando os olhos para os problemas que afligem milhares de pessoas. Essa postura dentro da Educação Matemática é de causar incômodos, colocar nossos pares para pensar, militando no exercício de nossas profissões para desvelar opressões.

Pelo visto, meu orientador e eu discordamos dessas pessoas que, normalmente, são as mesmas que nos acusam de “identitaristas”, “esquerdistas”... Gente que se aproxima mais do pensamento apregoadado pela matemática hegemônica intocável, a sagrada ciência da abstração, dos números, completamente reféns do sistema capitalista que as governa.

Esse pessoal, de “patente alta”, está nos altos cargos de chefia. São eles que ditam o que pode e o que não pode ser estudado na Matemática e na Educação Matemática. Fazem “vista grossa” para pesquisas que falam de raça, gênero e classe. Têm alergia a esses temas e suas interseccionalidades. Então, por favor,

fiquem à vontade para me acusar de identitarismo, porque sei que não se trata disso.

O identitarismo é uma sobreposição de direitos específicos de um grupo social em detrimento de outros. No caso do Movimento Negro, isso não ocorre e, mais do que isso, acusar o Movimento Negro de ser identitarista é um crime, porque, nós, pessoas negras, só queremos o que é nosso por direito.

Ao contrário dos supremacistas brancos, nós do Movimento Negro não almejamos fazer o mesmo que os brancos fizeram conosco. O Brasil tem 56% de sua população, fenotipicamente, negróide, ou seja, pessoas que se autoidentificam pretas ou pardas. Então, é só fazer uma proporção simples. O que queremos é que 56% de pretos e pardos em todas as esferas. Isso não pode ser classificado como “identitarismo”. Assim o seria se a pauta do Movimento Negro desrespeitasse outros grupos raciais e isso nunca ocorreu. Por isso, quando me perguntam se sou uma educadora matemática militante, eu digo que sim; identitarista, não.

Porque sou mulher, sou preta, sou periférica, sou um ponto fora da curva que desenha a Academia. Sou o pesadelo deles. Bato de frente com o sistema. Sou da gangue dos pesquisadores militantes. A gente não tem medo de conservador, não! “Vamos tacar o terror”. Nesse arquétipo de guerreira, sinto-me verdadeiramente Leonina, com L maiúsculo. Sinto-me poderosa, como se nada, nem ninguém tivesse o poder de me rebaixar. Essa sou eu!

Alguns intelectuais nos acusam de identitarismo, sob a alegação de que estaríamos fortalecendo um discurso colonialista, como se os termos *negro*, *gay*, *quilombola*, *indígena* e tantos outros fossem uma forma de segmentar a “luta de classes”, enfraquecendo-a. Esquecem que cada grupo, vítima de opressão, carrega uma bandeira e nossas reivindicações **não se sobrepõem** umas às outras. Não se trata de conflito de interesses. Indígenas não estão brigando contra os negros ou contra as pessoas LGBTQIA+...

Ontem mesmo, 05 de outubro de 2022, eu soube de um novo Movimento Social, que visa o combate da aporofobia, termo que eu desconhecia a existência,

mas que se torna essencial para nós, educadoras e educadores. Aporofobia significa:

Repúdio, aversão ou desprezo pelos pobres ou desfavorecidos; hostilidade para com pessoas em situação de pobreza ou miséria. [Do grego á-poros, 'pobre, desamparado, sem recursos' + -fobia.]o neologismo aporofobia foi criado pela filósofa espanhola Adela Cortina, professora de Ética e Filosofia Política da Universidade de Valência e membro da Real Academia de Ciencias Morales y Políticas. O termo – eleito a palavra do ano de 2017 pela Fundación del Español Urgente (Fundéu BBVA) – foi usado em vários dos seus artigos jornalísticos e em livros em que ela adverte sobre o fato de que se empregam palavras como “xenofobia” ou “racismo” para classificar o rechaço a imigrantes ou refugiados, quando na verdade essa aversão não advém da condição de estrangeiros e sim da situação de pobreza em que eles se encontram.¹⁷

Aqui, no Brasil, um grande militante contra a aporofobia é o Padre Júlio Lancelotti¹⁸, que coordena projetos de acolhimento às pessoas em situação de rua e discute a arquitetura aporófoba da cidade: pedras colocadas abaixo dos viadutos e bancos contra humanos, são alguns exemplos das variadas desumanidades praticadas contra essa população. É a própria criminalização da pobreza. Como se essas pessoas tivessem escolhido viver nas ruas, em extremas condições de vulnerabilidade social. São chamados de “vagabundos” pelos aporófobos. Portanto, cada uma dessas causas humanitárias, são legítimas manifestações da luta por justiça social.

Concordando com a filósofa Djamila Ribeiro (2019), nós, militantes sociais, não podemos deixar que essa visão equivocada seja reproduzida. Sobre essa visão universalista, de que os movimentos sociais apenas enfraquecem a luta de classes, a pesquisadora afirma:

É muito comum feministas negras, como bell hooks, serem chamadas de “**identitárias**”, assim como vemos no debate virtual pessoas dizerem coisas como “**os movimentos identitários não discutem questão de classe**”, “**violentos identitários**” e por aí vai. Pessoas que se consideram progressistas se utilizando desse tipo de “crítica” para pessoas ligadas a **movimentos negros, feministas, LGBT**, certo? A autora que vos escreve

¹⁷Academia Brasileira de Letras. Nossa língua: Novas palavras: Aporofobia Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/aporofobia>. Acesso em: 7 nov. 2022.

¹⁸ GloboNews. Padre Júlio Lancellotti faz campanha contra a aporofobia no país; conheça o significado. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/globonews-em-pauta/video/padre-julio-lancellotti-faz-campanha-contr-a-aporofobia-no-pais-conheca-o-significado-10119558.ghtml>. Acesso em 15 de maio de 2023.

conhece bem essa realidade. Linda Alcoff, novamente, nos provê uma reflexão muito interessante sobre isso. A filósofa panamenha chama atenção para o fato de que, para **descolonizarmos o conhecimento**, precisamos nos ater à **identidade social**, não somente para evidenciar como o **projeto de colonização** tem criado essas identidades, mas para mostrar como certas identidades têm sido historicamente **silenciadas e desautorizadas** no sentido epistêmico, ao passo que outras são fortalecidas. Seguindo nesse pensamento, um projeto de descolonização epistemológica necessariamente precisaria **pensar a importância da identidade**, pois reflete o fato de que experiências em localizações são distintas e que a localização é importante para o conhecimento. Nossos argumentos poderão receber críticas de que mais uma vez estamos voltando à **política identitária**, que **somos metafisicamente não sofisticados e politicamente retrógrados**, uma crítica que também tem sido brandida da metrópole para as periferias da academia global. A crítica da política identitária tem mantido muitos “escravos” da acusação de um essencialismo político grosseiro e de falta de sofisticação teórica. Acredito que a **inclinação anti-identidade** tão prevalente na teoria social hoje é outro **obstáculo ao projeto de descolonização do conhecimento**, uma vez que isso **debilita nossa habilidade de articular o que está errado com a hegemonia teórica do Norte global**. Além disso, muitas pessoas envolvidas em movimentos sociais por justiça têm aceitado a ideia de que a política identitária é algo diverso da luta de classes. Movimentos políticos baseados na identidade são por definição **inclusivos em termos de classe**, porém, mais do que isso, **são vistos como sectários** de uma agenda baseada em classes, como identidades propensas ao fetichismo, que **apresentam identidades de um modo essencialista e a-histórico**, obscurecendo o fato de as identidades serem produtos históricos e capazes de mudanças dinâmicas. Tais críticas à identidade são feitas pela **direita, pelos liberais, pela esquerda**, todos unidos na argumentação de que a política identitária fratura o corpo político, isto é, enfatiza as diferenças às custas das comunalidades e que seu foco sobre identidades só oferece **uma política reducionista**, que reduziria ou substituiria uma avaliação de uma visão política da pessoa por uma avaliação de sua identidade. (...) Essa insistência em não se perceberem como marcados, em discutir como as identidades foram forjadas no seio de sociedades coloniais, faz com que **pessoas brancas, por exemplo, ainda insistem no argumento de que somente elas pensam na coletividade**; que pessoas negras, ao reivindicarem suas existências e modos de fazer político e intelectuais, sejam vistas como **separatistas** ou **pensando somente nelas mesmas**. Ao persistirem na ideia de que são **universais** e **falam por todos**, **insistem em falar pelos outros**, quando, na verdade, **estão falando de si ao se julgarem universais** (RIBEIRO, 2019, p. 135-172, grifos meus).

Esses, que se julgam universais, compõem o que denominamos por *etno dos opressores*. Mas isso não aparece de modo explícito na sociedade. Frequentemente, assistimos as opressões partindo de sujeitos pertencentes à classe opressora. Então, é nisto que a Educação Matemática pode colaborar: desenvolvendo um projeto de justiça social, no caso do Brasil, país

majoritariamente negro; um projeto centralizado nos valores culturais africanos e afrobrasileiros, sem omitir a cultura dos povos originários deste território. Tal projeto já vem sendo executado por várias e vários educadores e educadoras matemáticas, por meio de pesquisas alinhadas com as culturas ancestrais.

No entanto, a nosso ver, esse projeto deve ser complementado pelos estudos críticos da branquitude, para que o racismo possa ser visto de outras perspectivas. Isso significa que, além dos estudos e pesquisas sobre Etnomatemática africana, quilombola, afrobrasileira, indígena e seus mais diversos artefatos, é necessário olhar, cuidadosamente, para “o que os brancos estão pensando de tudo isso”. Sim, porque são eles, os brancos, que estão nos espaços de poder e que têm decidido o que se pode e o que não pode aprender nas escolas e nos cursos de formação de professoras e professores de matemática. São eles, os brancos, que vem decidindo e definindo o que é e o que não é matemática e educação matemática.

Tudo bem se eles pertencessem a um país de maioria branca, mas esse não é o caso do Brasil. A população brasileira é, majoritariamente, preta e parda. Somos 56%. Portanto, pela lógica e pela ética, são as pesquisadoras e os pesquisadores negras e negros que têm o direito de definir o que é e o que não é matemática e educação matemática. O mesmo vale para os indígenas que, hoje, são a minoria racial no Brasil, mas que já foram, há 520 anos, a maior população de Pindorama/Brasil.

Meu orientador leu e discordou, em certa medida, do que eu escrevi no parágrafo anterior. Então, sinto que preciso explicar um pouco melhor o que eu quis dizer com “negras e negros têm o direito de definir o que é e o que não é matemática”, trecho que incomodou o Filipe.

Não faço tal afirmativa com a lógica colonizadora dos brancos, pois eles parecem ter medo de que nós, negras e negros, rebelemo-nos e façamos com eles as mesmas maldades que eles têm feito a nós, durante esses 520 anos. Definitivamente, quando eu afirmo ser direito

da população negra “decidir” – e eu gosto muito dessa palavra, quando atrelada aos grupos sub-representados, é que “decidir” as coisas sempre foi algo que os brancos negaram aos negros e, também, aos indígenas.

“A matemática dos 56%” vocês, brancos, não têm permitido acontecer. Há 520 anos, nós negros, estamos nos submetendo à matemática dos brancos e, como sabemos, as ferramentas dos brancos não desmantelam a matemática branca.¹⁹ E não foi só eu que compartilho desta opinião. Várias intelectuais do Movimento Negro, especialistas das relações etnicorraciais, a excelentíssima Nilma Lino Gomes, por exemplo, afirma que é preciso ter, pelo menos, 56% em todas as esferas de poder.

Nós, negras e negros, somos a maioria dos trabalhadores domésticos e outras atividades criadas, desde o período colonial, para servir aos brancos. Nós, mesmo sendo a maioria da população, existimos para servir uma minoria... A conta não fecha, entendem, brancos? Então, a conta só pode fechar quando nós, negras e negros, ocuparmos os espaços de poder que vocês, brancos, vêm ocupando desde a invasão de Pindorama.

Isso, a princípio, pode assustá-los. Porque ter 56% de negras e negros nos espaços de poder – e não nos cargos coloniais que vocês querem que ocupemos – implica em perda de privilégio para vocês, não é mesmo?

E vocês, estão pensando como será isso?

Alguns de vocês, brancos, veem isso como o fim do mundo, o fim dos privilégios e sabemos que vocês não querem abrir mão deles.

¹⁹ Em referência a Audre Lorde, “Pois as ferramentas do mestre nunca vão desmantelar a casa do mestre” ou “as ferramentas do senhor nunca vão desmantelar a casa-grande.” Este texto foi lido pela autora numa conferência realizada em 1979. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-as-ferramentas-do-mestre-nunca-irao-desmantelar-a-casa-do-mestre/>. Acesso em 15 de maio de 2023.

Mas o Movimento Negro está articulado. Há pessoas qualificadas para executar esse plano de democracia racial. Nilma Lino Gomes é uma dessas personalidades.

A sociedade brasileira vai mudar, significativamente, quando as pessoas negras forem maioria no Congresso, nos Ministérios, nas reitorias das Universidades, na docência universitária, na Presidência do país e entre os cientistas, entre pesquisadoras e pesquisadores de todas as áreas, inclusive na Educação Matemática e na Matemática. Isso porque só nós, negros e negras, sabemos o que, verdadeiramente, é importante para nós.

Vocês brancos podem e devem fazer alianças conosco; podem nos pesquisar, podem falar por nós, mas não podem ser negros. Então, o branco precisa aceitar um fato matemático muito real: são vocês a minoria neste país.

Nós precisamos das nossas próprias ferramentas para nos libertarmos dos grilhões que vocês brancos criaram. Nós, indígenas, negras e negros, estamos acorrentados, reféns das decisões da minoria branca, da matemática branca, das prioridades brancas, que não são nossas prioridades.

Daí porque tanta gente tem raiva dos movimentos sociais e acusam-nos de identitarismo, porque, no fundo, sabem que a classe que hoje domina o Brasil é uma minoria. E seu maior medo é a perda dos privilégios construídos por seus ancestrais europeus.

Não querem perder a “mamata”. Os brancos sempre se alimentavam do leite das mulheres africanas, desde o período colonial. Eles não querem perder esse leite, porque é ele que os fortalece.

Mas nós temos o direito de afirmar que “negras e negros têm o direito de definir o que é e o que não é matemática”: exploração indígena e africana não é a matemática que queremos; maioria de brancos no poder e espaços significativos de decisão não é a matemática que queremos; maioria de professoras e professores brancos nas escolas e universidades não é a matemática que queremos; fluência em inglês para uma minoria brancas não é a matemática que

queremos; maioria de juizes brancos e de tantos outros cargos importantes no Brasil, não é o que queremos...

Nós queremos apenas o que é justo. Justiça para os povos indígenas, africanos e afrobrasileiros; e isso, sim, implica conceder a nós o poder de decidir qual matemática queremos.

Os brancos, talvez, sintam-se não representados por essa política de inclusão dos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros. Talvez sintam que eles estariam perdendo poder, tornando-se invisibilizados... Será que os brancos, no fundo, sentem-se ameaçados com a possibilidade de um país governado por negros e indígenas? Talvez se sintam ameaçados porque eles só conheceram a supremacia branca, ou seja, toda a experiência que os brancos conhecem é pautada no poder centralizado neles. Então, é natural que se sintam ameaçados por nós, negros e indígenas.

A subjetividade da branquitude - esta, que teme a perda de privilégios construídos às custas da escravidão indígena e africana - é um possível foco para as nossas pesquisas: a etnomatemática compreende branquitude? A Educação Matemática compreende o impacto da branquitude? A educação brasileira está preparada para formar docentes conscientes do letramento racial? Como nós, educadoras e educadores, iremos responder as perguntas com tom de discordância por parte da branquitude? Ou melhor, como podemos conscientizar as e os docentes em formação sobre a importância da justiça social e da igualdade de oportunidade?

Essas não são questões para a branquitude, apenas, pois há um “mar” de pessoas negras sem letramento racial em nosso país e essa “ausência” foi arquitetada pela própria branquitude que teme ser descoberta.

Vai ser preciso, portanto, que nós, educadoras e educadores matemáticos, busquemos construir nossa consciência racial, seja como pessoa ou nação

brasileira. Nós não temos isso ainda! As pessoas precisam primeiro compreender porque o Brasil é um país com 56% de pessoas negras e, no passado, foi muito mais! As escolas precisam ser escolas formadoras dessa consciência racial, desse letramento racial.

Esse assunto pode ser abundante em algumas linhas de pesquisa e entre alguns pesquisadores e algumas pesquisadoras, mas não é consenso em todos os cursos de formação de professoras e professores no Brasil.

Isso significa que teremos um desafio enorme pela frente porque, de um lado, temos educadores que estudam, que se informam e que se engajam na luta antirracista; do outro, temos educadoras e educadores que sequer sabem o básico do básico sobre qualquer tema ligado à história colonial deste país, tanto menos sobre letramento racial.

Essa é uma denúncia grave! E o que nós iremos fazer para mudar esse quadro? A meu ver, nós devemos investir mais tempo, mais disciplinas nas grades curriculares para os temas etnicorraciais em todos os cursos de licenciatura e não apenas nesses, mas deveria ser obrigatório, pelo menos, uma disciplina de relações etnicorraciais em todos os cursos técnicos ou do ensino superior. Porque não são apenas os professores que devem compreender sobre esse assunto, mas toda a sociedade brasileira.

Isso só poderá ser feito quando os cursos de formação de professoras e professores de Matemática compreenderem a importância do empoderamento da classe oprimida. E aí reside outro problema, pois esses mesmos cursos de formação de professoras e professores são, normalmente, coordenados por pessoas desinformadas no campo das relações etnicorraciais. Além da desinformação, esbarra-se também no problema da falta de interesse que pode ter origem na própria incompreensão do racismo estrutural.²⁰

²⁰ ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra: 2020.

Esse, obviamente, não é um problema exclusivo da Educação Matemática. De um modo geral, com exceção dos especialistas, poucas pessoas compreendem a importância do enfrentamento das exclusões geradas pelo racismo.

Infelizmente, ainda vivemos em um país onde há pessoas que, inclusive, negam a existência do racismo. Mas, no fundo, a abstenção de estudos sérios sobre esse racismo estrutural é o que tem mantido os privilégios da branquitude.

A partir do momento em que o tema etnicorracial passar a ser esmiuçado em todas as esferas institucionais com seriedade, as pessoas negras vão se perceber oprimidas e vão começar a questionar esta estrutura. Essa é apenas uma hipótese de uma educadora que olha para essa situação com otimismo. Mas, na prática, ninguém sabe quais serão os resultados disso porque, simplesmente, o sistema educacional brasileiro não é pró-negros, pró-indígenas, pró-sem terras etc.

Ainda que tenhamos Paulo Freire como patrono e, antes dele, tivemos grandes personalidades na luta contra o sistema colonial, patriarcal e capitalista - como Dandara e Zumbi dos Palmares, grandes rebeliões de escravizados africanos pelo país - isso não foi o suficiente para sensibilizar aqueles à frente do Ministério da Educação.

Parece-me que o nosso sistema de ensino não é ativista, insurgente ou descolonizador. Ao contrário, ainda estamos reféns de um jeito hegemônico de educar nossas crianças e nossos jovens. E, após a vitória de Bolsonaro na eleição de 2018, os educadores mais progressistas ficaram ainda mais acuados e intimidados, devido à forte onda de conservadorismo que emergiu por todo o país, materializada, por exemplo, no projeto de “escola sem partido”.

O que esta dissertação propõe vai de encontro a essa ideologia do fascismo. Afirmo isso porque tenho consciência da minha responsabilidade. Pois, se eu estou viva hoje e estou ocupando este espaço na pós-graduação, é porque meus ancestrais idealizaram, sonharam que eu estivesse aqui para cumprir meu propósito que é de levar o debate racial para dentro da Educação Matemática.

Não sou a primeira a fazê-lo. Antes de mim vieram Ubiratan D'Ambrosio, Paulus Gerdes, Henrique Cunha Jr., Eliane Santos, Valdirene Rosa e Filipe Santos Fernandes, Victor Giraldo, Vanísio, Arthur Powel, Jorge Costa, José Carlos... só para citar algumas pessoas, embora haja dezenas de nós. Todos com trabalhos maravilhosos: alguns com foco em elementos da geometria africana presente na arquitetura, arte, trama de tecidos e cestarias; outros, levando o debate para a formação de professores, mas poucos olhando para o *etno opressor*, para a “**branquitude acrítica**” (CARDOSO, 2010).

Pontua-se, aqui, a palavra “cultura”, mas ao trazer o conceito estamos pontuando a palavra “insurgência”. Ou seja, queremos levar para os cursos de formação de professoras e professores mais do que a Lei 10.639/2003²¹, o que, sabemos, já é um desafio, mas queremos formar professoras e professores comprometidos com a luta contra o racismo. Não apenas pelo estudo da cultura africana, afrobrasileira e indígena, mas agregando estudos que escancarem as vulnerabilidades da população mais numerosa do país: os negros.

Nós não somos a “minoría”, como querem nos convencer. **Somos a maioria da população** (IBGE, 2021) e nós, educadoras e educadores do campo progressista, estamos sedentos por uma revolução, novas rebeliões contra o *etno opressor*. Estamos cansados da passividade com que os cursos de formação de professoras e professores vêm formando as e os docentes. Não haverá libertação do povo negro sem o comprometimento de todos nós, educadoras e educadores, e isso inclui educadoras e educadores matemáticos, obviamente. É uma luta silenciosa que, hoje, tem sido interpretada como “ativismo esquerdista”, “identitarismo barato” ou “militância”. Sim, essa é uma questão para todas as áreas de ensino, para todos os cursos de formação de professores da educação básica e do ensino superior.

²¹ Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira",

A meu ver, o *etno opressor* é aquele que nega a justiça social a grupos sub-representados. Nega-os por meio de uma postura conservadora, não admitindo outras formas de existência, senão a branca, cristã e heterossexual. Interesses de grupos específicos que querem expandir suas terras em nome de um “agro é tec, agro é pop, agro é tudo”, estão aniquilando as etnias indígenas e devorando suas terras. A mídia reage com naturalização às centenas de assassinatos de lideranças indígenas, do MST, de ribeirinhos, camponeses, quilombolas.

O grupo dominante é a minoria. Mas detêm a maior parte do capital de valor financeiro e poder junto à justiça. É esse grupo a quem chamamos de *opressor*. Por coincidência, são brancos. Coincidência, não! A sociedade tal como a conhecemos foi pensada por esse *etno*. E muitas das matemáticas a ele inerente entram em conflito de interesses com os movimentos sociais. Por isso, sustento que as identidades são importantes e devem ser mantidas e fortalecidas até que todos os grupos oprimidos tenham suas demandas e direitos atendidos.

O *etno das mulheres negras*, em pleno século XXI, ainda reflete a matemática pensada pelo *etno opressor*, uma vez que a maioria dessas mulheres ainda se ocupa com trabalhos relacionados ao cuidado com a classe dominante. A Educação Matemática pode colaborar, dentre outras coisas, expondo os “vampiros e dráculas frente ao espelho” (CARDOSO, 2010), ajudando a dismantelar a falsa imagem de “salvadores da pátria”, “descobridores” e da superioridade com a qual eles, meticulosamente, disseminam por meio da mídia e outros espaços de poder.

Cabe a nós, educadoras e educadores matemáticos, o comprometimento, a denúncia e a proposta de soluções práticas capazes de alterar os cursos de formação de professoras e professores de matemática; fazer com que elas e eles vejam as pessoas por detrás dos números. É preciso mais investimento na Educação Matemática Crítica, na Etnomatemática, nos Estudos Críticos da Branquitude e de outras frentes que possam combater o racismo. Fazer com que professoras e professores de matemática ampliem seus conceitos “do que ensinar por meio da matemática”. Precisamos desenvolver livros didáticos que tragam

questões sobre branquitude, cultura indígena, cultura africana e afrobrasileira, questões de classe, de raça, de gêneros e sexualidades e muitas outras. A Matemática precisa se envolver e se identificar mais com as lutas sociais. Ela, a matemática, não pode continuar sendo ditada pelo *etno opressor*.



Essa discussão toda “me pegou de jeito”. Finalmente, havia encontrado pesquisadoras e pesquisadores que estavam estudando sobre um tema que atravessa o debate racial, tão caro a mim. Fiquei instigada e feliz por saber que dentro da Educação Matemática haviam pesquisadoras/ pesquisadores se debruçando sobre essa questão...

Essa curiosidade culminou no artigo abaixo, que representa um ponto de partida para um tema instigante e de alta relevância para o campo científico.

Figura 29 - Print do artigo Discutindo Racismo em Educação Matemática. Página 1



IX ENCONTRO MINEIRO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA
Os desafios e possibilidades da Educação Matemática durante e pós-pandemia
Pouso Alegre – Minas Gerais
Outubro de 2021

DISCUTINDO RACISMO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA: (um grito entalado na garganta) continuamos uma comunidade de pesquisadores covardes?

Ellen de Cássia Pinto¹

RESUMO

David Stinson publicou, em 2011, um polêmico artigo em que chama 96% dos educadores categorias de raça/etnia e racismo em suas pesquisas. O resultado obtido por Stinson se deu por meio da revisão de literatura e pesquisa quantitativa. Neste ensaio, temos por objetivo pensar a pesquisa realizada por Stinson no contexto lusófono com foco no caso brasileiro, para mapear o interesse pela categoria raça/etnia e racismo dando continuidade ao apelo proclamado por teóricos da Educação Matemática Crítica (EMC) quanto a urgência desse debate. Partimos de questões como: seriam os pesquisadores brasileiros da Educação Matemática matemáticos (anglófonos) estadunidenses de “covardes” por se negarem a discutir covardes, no sentido postulado por Stinson, no enfrentamento do racismo? Se sim, quais seriam as implicações disso? Qual é o comprometimento com a luta antirracista? A metodologia se pauta na revisão da literatura e contém também uma parte qualitativa seguindo os mesmos passos seguidos por Stinson (2011) para obter os dados dos cálculos percentuais. Os resultados revelaram que o grau de interesse por temas raciais nos EUA passou de 4% para 7% entre 2011 e 2020, mas, no Brasil, no mesmo intervalo de tempo cresceu de 0,4% para 1%. As pesquisas de Martin (2009, 2013), Stinson (2011, 2017), D'Ambrosio et al. (2013) atribuem tal desinteresse a: (a) configuração étnico racial predominante entre os pesquisadores da EM que é atravessada pela supremacia branca; (b) pela desvalorização imputada pela academia aos temas raciais; e (c) falhas na formação dos pesquisadores.

Palavras-chave: Educação Matemática. Raça/etnia. Racismo. Supremacia branca. Branquitude.

INTRODUÇÃO

O racismo é real na sociedade. Mas será que todas as pessoas acreditam nisso ou reconhecem sua existência? E, reconhecendo, o que fazem? Lutam ou silenciam-se diante dele? Resignam-se, por se verem impotentes diante dessa estrutura? Ou se resignam porque, consciente ou inconscientemente, colhem benefícios dele? Quem são os que lutam contra o racismo e aqueles que permanecem em silêncio? Todas essas questões poderiam ou deveriam ser feitas por cada um de nós, seres humanos, imersos na atual conjuntura colonialidade que naturaliza o projeto da supremacia branca e a opressão da população não-branca/melaninada. Mas, neste ensaio, queremos direcionar esse debate

¹ Mestranda da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail ellenpcassia@gmail.com

Figura 30 - Print do artigo Discutindo Racismo em Educação Matemática. Página 2

especificamente aos nossos pares. Afinal de contas, existe, de fato, uma preocupação que se reflete nas pesquisas quando o assunto é a vida de grupos vítimas de opressões coloniais? Essas questões são de interesse de pesquisadores da Educação Matemática? O enfrentamento ao racismo é visto como prioridade? Os educadores matemáticos estão comprometidos com a luta antirracista? Compreendem sua importância? O que uma revisão de literatura e os números podem nos dizer? São algumas das questões que desejamos abordar neste breve ensaio.

O título *Discutindo racismo em Educação Matemática: (um grito na garganta) continuamos uma comunidade de pesquisadores covardes?* faz menção à pergunta feita por David Stinson (2011), no artigo *Race in Mathematics Education: Are We a Community of Cowards?* O termo *covardes* utilizado por ele foi uma provocação aos seus pares e serviu para chamar atenção ou adverti-los sobre um tema praticamente ausente em trabalhos acadêmicos. De modo semelhante, é nosso objetivo neste ensaio chamar a atenção de nossos pares, pesquisadores brasileiros da Educação Matemática, para as lacunas científicas que orbitam o tema raça/etnia, delineando possíveis causas e consequências.

Por coincidência, a partir da advertência feita por Stinson (2011) e por outros educadores matemáticos, o grau de interesse teve um certo aumento, o que foi aferido percentualmente por nós na busca feita no *Google Scholar* no intervalo de 2012 a 2020, utilizando os mesmos descritores utilizados por Stinson. Desse modo, o grau de interesse subiu de 4% para 7% em relação ao tema raça/etnia e racismo nas pesquisas de Educação Matemática em língua inglesa (anglófonas).

Agradecemos não apenas a Stinson, mas a tantas outras pesquisadoras e pesquisadores da Educação Matemática pela coragem de enfrentar um tema tão caro. Por isso destacamos também os trabalhos de Danny Martin (2009, 2013), Bob Moses (2001), Sarah Lubienski e Andrew Bowen (2000), Amy Parks e Mardi Schmeichel (2011), Arthur Powell (1997, 2012), Ubiratan D'Ambrosio (2007), Gelsa Knijnik (1996), Paula Groves Price e Roxanne Moore (2016), Ole Skovsmose (2001), Marilyn Frankenstein (1997,2010), Victor Giraldo e Filipe Fernandes (2019) comprometidos com um projeto de justiça social e equidade para a Educação Matemática. Seus esforços influenciaram outros pesquisadores não apenas em seus países, mas em outras partes do mundo. O grito ecoado por eles reverbera

Figura 31 - Print do artigo *Discutindo Racismo em Educação Matemática*. Página 3

neste ensaio, no qual intencionamos investigar qual o grau de interesse pelo tema raça/etnia e racismo entre as pesquisas da Educação Matemática escritas em português (lusófonas), atingindo, portanto, grande parte da produção acadêmica brasileira. Com isso, queremos chamar a atenção de nossos pares brasileiros e verbalizar o grito que está entalado em nossa garganta, pesquisadoras e pesquisadores negros que insistentemente resistem na academia. Convidamos a todas, todos e todes, que se sentirem tocados a se unirem a nós em uma rede colaborativa na luta antirracista.

APRESENTANDO AS PESQUISAS NORTE-AMERICANAS: grau de interesse pelo debate racial na Educação Matemática aferida em pesquisas anglófonas

Revisando a Literatura anglófona, apresentamos algumas pesquisas realizadas por pesquisadores da Educação Matemática estadunidenses começando pela pesquisa de David Stinson (2011), a partir de sua pesquisa utilizada como inspiração metodológica para analisar o contexto brasileiro na próxima seção. Em seguida, abordamos a pesquisa de Danny Bernard Martin (2009) e as problematizações em torno da supremacia branca. Por fim, trazemos fragmentos de uma conversa, realizada em 2013, com os pesquisadores Beatriz D'Ambrosio, Danny Martin, Marilyn Frankenstein, Rochelle Gutiérrez, Signe Kastberg, Judit Moschkovich, Edd Taylor e David Barnes para tecer reflexões sobre como o tema raça/etnia e racismo vem sendo abordado em pesquisas anglófonas, particularmente nos Estados Unidos da América (EUA).

Em 2011, David Stinson escreveu o artigo *Race in Mathematics Education: Are We a Community of Cowards?* Nele, o pesquisador revisa a literatura anglófona e compara os resultados obtidos em duas pesquisas. A primeira, de 2000, de Sarah Lubienski e Andrew Bowen, realiza um levantamento das pesquisas em Educação Matemática que tinham como categoria os conceitos de *race/ethnicity*. Eles identificaram 112 pesquisas de um total de 3.011 trabalhos publicados em periódicos da área, ou seja, 3,7%, mostrando a pouca expressividade da temática em trabalhos do campo. A segunda pesquisa foi realizada por Amy Parks e Mardi Schmeichel onze anos depois. Eles encontraram 320 artigos de um total de 8.326 utilizando os mesmos métodos de busca, encontrando o resultado de 3,8%. Isso

Figura 32 - Print do artigo Discutindo Racismo em Educação Matemática. Página 4

significa que, em quase uma década, o interesse pelos temas sobre raça e etnia entre os pesquisadores da Educação Matemática permaneceu praticamente constante “pode-se inferir que as questões/temas sobre equidade são do interesse de apenas 4% para a comunidade de educação matemática” (STINSON, 2011, p. 4, tradução nossa).

Escrevemos este ensaio em julho de 2021, quase duas décadas após a pesquisa feita por Lubienski e Bowen. É razoável, portanto, saber se o grau de interesse pela pauta racial diminuiu, aumentou ou manteve-se constante entre 2012 e 2020. Optamos por buscar pesquisas através do *Google Scholar*, que hoje é uma das ferramentas disponíveis mais abrangentes para esse objetivo. Por meio dessa ferramenta, buscamos o descritor “*mathematics education*” nesse intervalo de tempo, obtendo 95.800 resultados (denominador da razão). Imbricando os descritores “*race/ethnicity*” + “*mathematics education*” foram encontrados 6.670 trabalhos acadêmicos (numerador da razão). Isso em percentual representa, aproximadamente, 0,069 ou 6,9% o que nos leva a concluir que os apelos, esforços e enfrentamentos feitos por pesquisadores militantes surtiu efeito. O interesse pelo tema raça/etnia nos EUA ou pesquisas anglófonas quase dobrou em oito anos, entre 2012 e 2020. Esses números sugerem que o grau de interesse pelo tema raça/etnia e racismo aumentou nas pesquisas anglófonas, sendo boa parte delas estadunidenses. Mas não iremos nos aprofundar neste artigo em determinar exatamente quantas dessas pesquisas anglófonas são estritamente estadunidenses.

Danny Martin (2009) é um proeminente professor e pesquisador na Universidade de Illinois em Chicago. Seu principal interesse está em analisar as experiências de ensino e aprendizagem de matemática nas crianças afro-americanas. Mas logo se deparou com um problema: a falta de teorização racial nas pesquisas da Educação Matemática. Ele afirma que não se tratava apenas de escassez de trabalhos, mas sim do preocupante enviesamento provocada pela ausência da categoria raça/etnia. Martin cita, por exemplo, a dificuldade na realização da revisão de literatura sobre crianças afro-americanas. Simplesmente porque a raça dos sujeitos sequer é mencionada em pesquisas sobre ensino e aprendizagem de matemática entre crianças. Em suas conclusões, destaca que as crianças da maior parte dessas pesquisas eram brancas e, por isso, a categoria

Figura 33 - Print do artigo Discutindo Racismo em Educação Matemática. Página 5

“criança” nessas pesquisas não incluíam as afro-americanas. Martin afirma que isso ocorria por causa da supremacia branca que, de modo consciente ou inconsciente, atravessa os pesquisadores da Educação Matemática (MARTIN, 2009, 2013). Martin (2013, p. 319, tradução nossa) utiliza o conceito de supremacia da intelectual Ansley:

De acordo com Ansley (1997, p. 592), a supremacia branca é um sistema político, econômico e cultural no qual os brancos controlam majoritariamente o poder e os recursos material, imateriais e epistemológicos, tendo as ideias de consciência e inconsciência de superioridade generalizadas. A relação de dominação branca e subordinação não-branca é encenada diariamente em uma ampla gama de instituições e configurações sociais (MARTIN, 2013, p.319, tradução nossa)

Ao citar o trecho acima, Martin (2013) relaciona os educadores matemáticos (e pesquisadores) à supremacia branca. O pesquisador, assim como Stinson (2011), observara que essa relação era a causa de equívocos frequentes nas pesquisas de Educação Matemática: a não racialização dos sujeitos e as graves falhas teóricas sobre o tema raça/etnia e racismo estavam diretamente ligadas ao grupo que controla os principais espaços de poder, representados majoritariamente por brancos.

As pesquisas de Stinson e Martin não se limitam a mostrar a necessidade da racialização das crianças para a compreensão dos processos e experiências de ensino e aprendizagem, mas também demonstraram que a causa de falhas epistemológicas e teóricas estão imbricadas na subjetividade resultante do projeto da supremacia branca. Em outros trabalhos, os mesmos pesquisadores procuram problematizar a supremacia branca utilizando-a mais do que a categoria racismo, por acreditarem que o conceito de racismo é insuficiente para falar de um fenômeno que possui um agente racializado.

Paula Groves Price e Roxanne Moore são também pesquisadoras estadunidenses da Educação Matemática preocupadas e comprometidas em discutir raça/etnia e racismo/supremacia branca. No artigo *(Re)claiming an activist identity as criticalmathematics educators: addressing anti-black racism because #BlackLivesMatter* (GROOVES PRICE; MOORE, 2016), as autoras reforçam o apelo feito por Martin (2015) no 8º Encontro Internacional de Educação Matemática e Sociedade (MES-8), quando questionou: “onde a educação matemática crítica se posiciona e demonstra uma ação inequívoca contra o racismo negro, terror racial e

Figura 34 - Print do artigo Discutindo Racismo em Educação Matemática. Página 6

supremacia branca global?”. Elas concluem que é preciso mais empenho dos educadores matemáticos na luta antirracista para mitigar as ações da supremacia branca e do racismo antinegro:

Se educadores matemáticos críticos não adotarem sua identidade ativista, especialmente se posicionando contra o racismo antinegro e a supremacia branca global, o genocídio de estudantes negros deixará poucos motivos para discutir os obstáculos pedagógicos e epistemológicos no ensino e aprendizagem da matemática. Visto que parte da identidade do educador para educadores de matemática crítica é a rejeição da dicotomia mente-corpo, reconhecer que as vidas dos negros são importantes é um precursor importante para a capacidade de ensinar mentes negras (GROVES PRICE; MOORE, 2016, p. 94, tradução nossa).

Ao longo do artigo, elas reforçam a importância da “identidade futurística” preconizada por Powell (2012), ou seja, de que todo educador matemático crítico assuma a tríplice *função de matemático, educador e ativista*. Além disso, citam um fato ocorrido na cidade de Quebec sobre a crise na Somália, quando:

Durante a reunião [a reunião especial de um dia do Congresso Internacional de Educação Matemática (ICME-7)], muitos indivíduos acharam difícil discutir questões curriculares sem atender à crise na Somália, uma crise que impedia qualquer forma de educação para a maioria das pessoas. Nós nos concentramos nas ações imediatas que o CmEG poderia tomar relevantes para o ICME-7. Desenvolvemos uma declaração observando que o número relatado de vidas perdidas na Somália excedeu a população da cidade de Quebec e, além disso, que um congresso como o ICME-7 tinha a responsabilidade de falar sobre as condições que negavam às pessoas as necessidades fundamentais para sustentar a vida, necessidades que são pré-requisitos para participar na educação matemática. Inicialmente, por meio de uma petição, instamos os funcionários do Congresso a expressar o sentimento dos participantes do ICME-7 ao secretário-geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali, que a ONU tome medidas imediatas para acabar com esta situação trágica. Enviamos nossa declaração, endossada por cerca de trezentos participantes, a funcionários do ICME-7. Como sessão de encerramento do ICME-7, o presidente da ICMI [Comissão Internacional de Instrução Matemática], Miguel de Guzman, leu nossa declaração e convidou outras pessoas a assiná-la, o que gerou centenas de assinaturas adicionais. O executivo do ICME encaminhou a petição assinada, contendo 503 assinaturas, e a declaração ao Secretário-Geral da ONU em 31 de agosto de 1992. (POWELL, 2012, p. 29 apud GROVES PRICE; MOORE, 2016, p. 92).

As autoras, portanto, ao citarem o ativismo dos educadores matemáticos na situação do Quebec e da Somália, reforçam o apelo de Powell para que sejamos mais participantes dos direitos civis, lutando pela vida dos mais vulnerabilizados, cobrando uma postura mais politizada dos educadores matemáticos. Concordamos

Figura 35 - Print do artigo Discutindo Racismo em Educação Matemática. Página 7

com esses autores, salientando que ainda é preciso manter atenção e ação enquanto houver desigualdades e injustiças sociais/raciais presentes no mundo. No mesmo artigo, as autoras citam o Movimento *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam) e conclamam os educadores matemáticos a se unirem a este e a outros movimentos sociais para vencer a supremacia branca global e o racismo antinegro. Em 2013, os educadores matemáticos Beatriz D'Ambrosio, Danny Martin, Marilyn Frankenstein, Rochelle Gutiérrez, Signe Kastberg, Judit Moschkovich, Edd Taylor e David Barnes (D'AMBROSIO et al., 2013) publicaram trechos de uma conversa que tiveram sobre o racismo na Educação Matemática, levantando reflexões sobre a compreensão de campos de pesquisa fora da Educação Matemática; os tipos de processos de racialização que ocorrem para alunos, professores e pesquisadores; o contexto social dos alunos; a lacuna de realização e o papel da Educação Matemática na produção da raça. Barnes começa afirmando que os pesquisadores da Educação Matemática estão mais preocupados com a questão racial. O primeiro a discordar é Martin, que afirma não acreditar nisso porque

Há um número seletivo de pessoas que estão fazendo isso e tentando fazer bem [com responsabilidade] e acho que há uma diferença entre falar sobre isso e desconstruí-lo, olhando como realmente criamos significados para raça e o tipo de trabalho que fazemos. Se falamos de um estudo que só tem alunos brancos e não mencionamos o fato de que se tratar de um estudo que envolve alunos brancos, estamos dando um significado a "raça" (D'AMBROSIO et al., 2013, p. 23-24, tradução nossa).

Em seguida, Gutiérrez afirma que, normalmente, quando o racismo é abordado de alguma forma, é apenas em estudos supostamente sobre alunos de cor [melaninados/negros/latinos]. "Eu acho que existe uma crença por aí que de alguma forma se numa sala de aula de matemática só há brancos, não há racialização ali. Na verdade, todo mundo é racializado", diz (D'AMBROSIO et al., 2013, p. 24). Ou seja, nessa declaração, ela afirma haver uma dificuldade para a racialização de pessoas brancas e ao mesmo tempo uma naturalização do branco enquanto não-racializado.

Essa postura é tratada por pesquisadores brasileiros da branquitude, como Maria Aparecida Bento (2002), Lourenço Cardoso (2008) e Lia Schucman (2012). Esses autores explicam haver uma tendência de neutralidade, humanização e normalidade em torno da subjetividade das pessoas brancas porque o colonialismo elegeu o caucasiano como padrão, o que se reflete em todas as instâncias e

Figura 36 - Print do artigo Discutindo Racismo em Educação Matemática. Página 8

estratificações da sociedade. O branco, portanto, é detentor de privilégios inseparável de sua ancestralidade produtora das hierarquias raciais. Na nossa opinião, o colonialismo histórico que ainda perdura na sociedade dificulta a passagem da “branquitude acrítica” para a “branquitude crítica”, ou seja, os brancos possuem uma dificuldade em refletir sua própria branquitude. O mesmo não ocorre para as pessoas negras e indígenas, visto que são cotidianamente rotulados de “racializados” pelos brancos.

Retomando a fala de Martin, ele afirma haver não apenas desinteresse pelo tema raça/etnia e racismo nas pesquisas da Educação Matemática, como também uma superficialidade teórica que conduz a produção do próprio significado de raça. Gutiérrez concorda e acrescenta o fato de que todas as pessoas são racializadas. Provavelmente, quando Barnes afirma haver um determinado interesse na discussão racial entre os pesquisadores de Educação Matemática, esteja pensando somente nos 4% encontrados na pesquisa de Stinson (2011). A conversa prossegue com Gutiérrez afirmando acreditar haver muita coisa internalizada nos brancos e isso estaria os impedindo de abordar o racismo. É como se as pessoas brancas não soubessem dizer qual o seu papel na luta antirracista ou como abordar da forma correta o tema racismo em pesquisas ou na sala de aula. O branco se sente perdido quanto a esse assunto. Em seguida, Frankenstein afirma:

Bem, acho que algumas pessoas provavelmente acham que, se não mencionarem racismo, isso significa que não existe. Portanto, há relutância aí, e em geral há essa ideia de que a educação é neutra, que não devemos lidar com questões polêmicas e tudo isso, do qual acho que este painel discorda, mas que muitas pessoas acham que é esse o caso (D'AMBROSIO et al., 2013, p. 25, tradução nossa).

Acreditamos que a fala de Frankenstein expressa a unanimidade da opinião de professores de matemática. Acreditamos haver ainda a crença na neutralidade não apenas na matemática hegemônica quanto nas ciências exatas de uma forma geral. Concordamos também que o racismo é considerado um assunto polêmico, quase um tabu, o que é explicado pelos teóricos da branquitude como sendo parte da subjetividade das pessoas brancas. Outra possível causa para o desinteresse é apontada por Moschkovich como sendo a própria desvalorização imputada pela academia as pesquisas que tenham como assunto raça/etnia de grupos

Figura 37 - Print do artigo *Discutindo Racismo em Educação Matemática*. Página 9

vulnerabilizados (p. 25), o que, segundo Frankenstein, não ocorre apenas com pessoas brancas, mas também com pessoas de cor: “já conversei com muitas pessoas de cor que admitiram dificuldade na abordagem de temas raciais” (p. 26). Martin prossegue dizendo

Acho que se dermos alguns passos para trás e olharmos apenas para nosso domínio, teremos que admitir que vivemos no que venho chamando de espaço em branco. A maioria dos pesquisadores é branca ou pode ser identificada ou identificada como branca. Eles foram treinados por outros pesquisadores brancos. Para ignorar esses padrões de socialização, esses padrões de produção dos pesquisadores, não deveria nos surpreender que raça e racismo não sejam abordados na pesquisa. Em meu próprio trabalho com o racismo, tento a me concentrar menos nos indivíduos, porque eles farão o que farão. Tento olhar para a estrutura. Uma das coisas que podemos dizer sobre a educação matemática é que a educação matemática como uma disciplina e um domínio está profundamente implicada na produção da “raça” neste mundo e nesta sociedade. Não podemos contornar isso ((D'AMBROSIO et al., 2013, p. 25-26, tradução nossa).

No nosso entendimento, o “espaço em branco” ou “espaço branco” na Educação Matemática é real e pouco problematizado porque se os brancos estão em maior número e detém posições de poder constituem uma supremacia branca e, desse modo, não podem ou não conseguem refletir sobre sua própria branquitude (CARDOSO, 2008). Quando Martin diz que devemos olhar para a estrutura, e não apenas para os indivíduos, entendemos que a luta é contra um sistema e, portanto, deve ser encarado ou tratado como um problema institucional. A conversa entre os pesquisadores segue cada vez mais calorosa e a preocupação com a educação das crianças negras aparece em vários momentos de suas falas. Parece haver um consenso de que professores brancos não estão preparados para lecionar para crianças negras (de cor/afro-americanas) porque não receberam uma formação acadêmica desvinculada da supremacia branca e desse modo acabam reproduzindo o racismo. Outro consenso expresso na conversa se refere à dificuldade que professores negros de matemática possuem para falar de racismo na sala de aula. Ou seja, que isso não se limita apenas às pesquisas científicas, mas também no ambiente escolar.

A última fala registrada na conversa é a de Frankenstein, que afirma:

Eu gostaria apenas de acrescentar que os professores precisam ter um compromisso profundo em que tipo de mundo eles querem viver. Você sabe, não apenas o superficial, nós queremos paz e todas essas outras

Figura 38 - Print do artigo Discutindo Racismo em Educação Matemática. Página 10

coisas, mas realmente entender as diferentes estruturas. Não vejo como você poderia ensinar sem ter um compromisso com o tipo de mundo em que deseja viver, que seja profundo, e deve incluir o antirracismo. Quer dizer, ninguém que é professor, espero que ninguém escolha o racismo. Quer dizer, eles têm duas opções: ter um mundo racista ou um mundo antirracista. Então, em outras palavras, fugir de algumas dessas coisas de neutralidade é importante e que devemos emocionalmente, intelectualmente, eticamente, dizer que temos que defender aquilo em que acreditamos e o que isso significa (D'AMBROSIO et al., 2013, p. 35, tradução nossa).

A conversa desses educadores matemáticos estadunidenses expressa uma série de preocupações com o branco-pesquisador e com o negro-pesquisador não comprometidos com questões etnicorraciais e revela o descompromisso dos cursos de formação de professores ao invisibilizar o racismo. O silêncio frente ao racismo, segundo eles, pode ocorrer devido a culpa que isso causa ou pelo despreparo teórico-epistemológico. Os pesquisadores deixam explícita a necessidade de que todas as pesquisas sejam devidamente racializadas em profundidade e não superficialmente ou erroneamente como tem sido de regra. Essa conversa consegue trazer elementos para pensar o que pesquisadoras e pesquisadores da Educação Matemática Crítica (EMC) vivenciam e vivenciaram no seu campo de pesquisa.

No entanto, acreditamos na necessidade de expansão desse debate para todas as áreas da Educação Matemática em concordância a opinião de Frankenstein de que “um dia toda a educação matemática seja crítica” (FRANKENSTEIN, 2010). A seguir, trazemos, de modo breve, o panorama das pesquisas em Educação Matemática lusófonas com foco nos pesquisadores brasileiros e, depois, tecemos conclusões por meio da apuração de semelhanças entre Brasil e Estados Unidos. Advertimos, porém, que o cenário que será apresentado a seguir pode ser um pouco mais catastrófico que o anterior. Se Stinson considerou seus pares covardes ou, pelo menos, o fez se dirigindo a 96% deles, o que diria ele em relação aos pesquisadores brasileiros?

APRESENTANDO AS PESQUISAS BRASILEIRAS: grau de interesse pelo debate racial na Educação Matemática aferida em pesquisas lusófonas

Figura 39 - Print do artigo Discutindo Racismo em Educação Matemática. Página 11

Inevitavelmente, o contexto brasileiro da Educação Matemática é atravessado por características que marcam a produção científica no Brasil: a presença majoritária de pesquisadoras e pesquisadores brancos e detentores de poder de decisão sobre a maior parte dos temas de pesquisa, eventos, projetos; os que normalmente escolhem os teóricos a serem estudados, quem mereceria ser ouvido e quem não merecia. Por meio de pactos narcísicos (BENTO, 2002), esses pesquisadores de modo inconsciente eram atravessados pela subjetividade contida na supremacia branca que, dentre outras coisas, reproduz de modo natural e normatizado a camaradagem ou cumplicidade branca. Isso se materializa em corpos brancos cada vez mais populosos nos espaços de poder. Esse é o *modus operandi* da branquitude (SCHUCMAN, 2012) que expansivamente ocupa os espaços considerados mais valorosos das instituições, mas o faz de modo tão naturalizado que se torna quase imperceptível. Quase, porque os Estudos Críticos da Branquitude tanto nos EUA quanto no Brasil não estão de olhos fechados para este perigoso fenômeno.

Perigoso, porque ele tem sérias consequências negativas não apenas para os não-brancos (negros, indígenas e pessoas melaninadas de uma forma geral), mas também para os brancos porque equivocam-se sobre sua superioridade racial. Por isso, acreditamos que é necessário um olhar atento para esse grupo racial que detém o poder de decisão na maioria dos cursos de formação de professores de matemática.

Os dados que trazemos a seguir falam sobre nossos pares e acendem um sinal de alerta em nosso meio. Esperamos que as informações ajudem a pincelar um breve quadro da gravíssima situação sobre categorias raciais nas pesquisas da Educação Matemática no Brasil. Diante do racismo estrutural e institucional presente na sociedade, qual seria o papel dos pesquisadores da Educação Matemática? Concordando com Stinson e Martin, acredito que ela deva ser um campo de estudos comprometida com a justiça social. Mas, para isso, é preciso não se acovardar diante dos desafios demandados por esse compromisso. O levantamento percentual que afere o interesse de pesquisa imbricado na raça/etnia que será apresentado é preocupante. Se os números atestam um baixo interesse desse tema nas pesquisas norte-americanas, eles são ainda mais infinitesimais entre as pesquisas brasileiras. O método empregado foi semelhante ao que foi

Figura 40 - Print do artigo Discutindo Racismo em Educação Matemática. Página 12

utilizado por Stinson (2011). Ao fazer uso da mesma ferramenta de busca (*Google Scholar*) e os descritores no idioma português, “raça/etnia”+“ educação matemática”, sem um intervalo determinado, são encontrados 487 trabalhos de um total de 160.000. O que representa, aproximadamente, 3 trabalhos a cada mil. Percentualmente, não chegam a 1%. Sendo mais exata, a razão corresponde a 0,003 ou seja 0,3%.

Se o valor de 4% foi suficiente para indignar os alguns pesquisadores estadunidenses, taxando de covardes os 96% dos educadores matemáticos, o que eles diriam se vissem os números referentes ao interesse dos educadores matemáticos brasileiros? Praticamente 99,7% das pesquisas em Educação Matemática não debatem questões sobre raça/etnia e Martin e Stinson atribuem esse desinteresse a subjetividade entranhada na branquidade étnica e epistemológica da maioria dos pesquisadores.

Outros descritores também foram testados na Revisão de Literatura para a dissertação de mestrado e gostaria de compartilhar os resultados com você, leitora/leitor. “Raça”+ “racismo”+ “educação matemática” retornou 730 trabalhos, cuja razão, considerando o total de 160.000 pesquisas, representa 0,004 ou seja 0,4% ou 4 em mil. “Racismo” + “educação matemática” retornou 1.510 trabalhos, cuja razão matemática resulta em 0,009 ou 0,9% ou 9 em mil trabalhos científicos. Utilizando apenas os descritores “raça”+ “educação matemática” o resultado sobe para 0,02 ou 2%, o que significa que a palavra raça aparece em pelo menos 3.690 trabalhos científicos no campo da Educação Matemática. Porém, isso não significa necessariamente que a categoria raça esteja presente no título ou entre as palavras-chave. Significa tão somente que o termo raça foi utilizado de algum modo no corpo do texto.

Nessas buscas não foram utilizados intervalos de tempo. Outros números também chamam a atenção. Enquanto o descritor “mathematics education” retornou 753.000 resultados, “educação matemática” retornou 160.000 resultados, ambos no Google Scholar sem limitação do intervalo de tempo. Significa, portanto, que o número de trabalhos científicos na Educação Matemática escritos no idioma inglês é quase cinco vezes maior que em português. Outra disparidade evidente é no próprio percentual de interesse pelo tema raça/etnia nos entre os anos até o ano 2011 que enquanto nos EUA correspondia a 4% no Brasil alcançava apenas 0,003

Figura 41 - Print do artigo Discutindo Racismo em Educação Matemática. Página 13

(três milésimos), ou seja, três trabalhos científicos a cada mil. Entre 2012-2020, esses números melhoraram um pouco. Enquanto nos EUA o interesse subiu para 7%, no Brasil subiu para 1%, ou seja, os pesquisadores estadunidenses da Educação Matemática pesquisam sete vezes mais o tema raça/etnia que seus pares brasileiros.

Resultados e conclusões

Considerando que em ambos países existiu o marco histórico da escravidão contra os povos originários e contra os povos africanos em diáspora que traz duras consequências as essas duas raças ainda na contemporaneidade, os pesquisadores da Educação Matemática não podem permanecer alheios e indiferentes a essa ferida. Ainda que nem todos os corpos sintam ou percebam a dor causada pela escravidão, há de se fazer consideráveis esforços para manter esse debate sempre aceso.

Isto é, se queremos que a Educação Matemática seja comprometida com a equidade e justiça social, devemos, como pesquisadoras e pesquisadores comprometidos com a vida, soltar o “gritar” entalado na garganta e dizer que vidas negras importam, vidas indígenas importam, a vida dos grupos oprimidos importa. E isso implica em um macroprojeto pedagógico de reeducação dos pesquisadores da Educação Matemática quanto à necessidade das pautas de racialização. Implica, inclusive, ensiná-los o que é raça, etnia, racismo, relações etnicorraciais, negritude(s), branquitude(s), África, Brasil, Pindorama, povos indígenas, supremacia branca, quilombos etc. Ou seja, esses temas e conceitos precisam fazer parte do cotidiano dos educadores matemáticos se queremos ter uma sociedade melhor para se viver.

Os resultados encontrados referentes ao grau de interesse pelo tema raça/etnia entre os pesquisadores da Educação Matemática no Brasil são mais preocupantes que no contexto norte-americano. Isso acende um sinal de alerta: o que a Educação Matemática está fazendo para se comprometer com a equidade e com a justiça social? Como as pesquisas dos educadores matemáticos refletem comprometimento na luta antirracista? Se for preciso que todo o campo da Educação Matemática se ponha a pensar a respeito, que assim seja. O que não

Figura 42 - Print do artigo Discutindo Racismo em Educação Matemática. Página 14

pode continuar é a naturalização do silenciamento, ferramenta muito utilizada pela supremacia branca para a manutenção de seu poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, M.A.S. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, p. 5-58, 2002.

CARDOSO, L. **O Branco invisível: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil**. Orientador: Boaventura de Sousa Santos, 2008, 232 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Economia Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, FEUC CES, Portugal.

D'AMBROSIO, B. *et al.* Addressing racism: JRME Equity Special Issue Editorial Panel. **Journal for Research in Mathematics Education** v.44, n.1, p.23-36, 2013.

D'AMBROSIO, U. Peace, social justice and ethnomathematics. **International Perspectives on Social Justice in Mathematics Education**, v.1, n.37, 2007.

FRANKENSTEIN, M. Critical Mathematics Education: An Application of Paulo Freire's Epistemology. **Philosophy of Mathematics Education Journal**, v.25, 2010.

GIRALDO, V.; FERNANDES, F.S. Caravelas à vista: giros decoloniais e caminhos de resistência na formação de professoras e professores que ensinam matemática. **Perspectivas da Educação Matemática**, v. 12, n. 30, p. 467-501, 2019.

GROVES P. P.; MOORE, R. (Re)claiming an activist identity as critical mathematics educators: addressing anti-black racism because #BlackLivesMatter. **Revista Latinoamericana de Etnomatemática**, v.9, n.3, p. 77-98, 2016.

LUBIENSKI, Sarah Theule; BOWEN, Andrew. Who's counting? A survey of mathematics education research 1982–1998. **Journal for research in mathematics education**, v. 31, n. 5, p. 626-633, 2000.

PARKS, A. N.; SCHMEICHEL, M. Theorizing of race and ethnicity in mathematics education literature. In: **annual meeting of the American Educational Research Association**, New Orleans, LA. 2011.

MARTIN, D. B. Race, racial projects, and mathematics education. **Journal for Research in Mathematics Education**, v.44, n.1, p.316-333, 2013.

Figura 43 - Print do artigo Discutindo Racismo em Educação Matemática. Página 15

MARTIN, D.B. Researching race in mathematics education. **Teachers College Record**, v. 111, n. 2, p. 295-338, 2009.

MOSES, B. **Radical equations: maths literacy and civil rights**. Boston: Beacon Press, 2001.

PARKS, A.N.; SCHMEICHEL, M. Obstacles to addressing race and ethnicity in the mathematics education literature. **Journal for Research in Mathematics Education**, v. 43, n. 3, p. 238-252, 2012.

POWELL, A. B. The historical development of Critical mathematics Education. *In*: WAGER, A. A.; STINSON, D. W. (Orgs.). **Teaching mathematics for social justice: conversations with educators**. Reston: National Council of Mathematics Teachers (NCTM), 2012. p. 21-34

POWELL, A. B.; FRANKENSTEIN, M. **Ethnomathematics: Challenging Eurocentrism in mathematics education**. Albany, NY: SUNY Press, 1997.

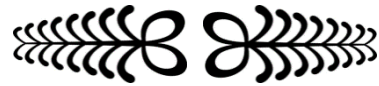
SCHUCMAN, L.V. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. Orientadora: Leny Sato. 160f. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia. Área de concentração: Psicologia Social). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

SKOVSMOSE, O. **Educação matemática crítica: a questão da democracia**. Campinas: Papirus, 2001.

STINSON, D. "Race" in Mathematics Education: Are We a Community of Cowards? **Journal of Urban Mathematics Education**, v.4, n.1, p. 1-6, 2011.

KNIJNIK, G. **Exclusão e resistência: educação matemática e legitimidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

ZAMUDIO, M.; RUSSELL, C.; RIOS, F.; BRIDGEMAN, J. L. **Critical race theory matters: Education and ideology**. New York, NY: Routledge, 2011.



Sobre a questão do trabalho doméstico, especificamente, permito-me chamar ao debate a pesquisadora Jordana Cristina que, em uma entrevista concedida ao *Café Filosófico*²², relatou:

Ninguém sobrevive sem o trabalho doméstico. O trabalho doméstico é o que sustenta os domicílios. Quando a gente pensa na funcionalidade de um domicílio, enfim, refeições que são preparadas, roupas que são lavadas, crianças que são levadas para a escola, toda parte de higiene, contas que são pagas, enfim, tudo isso é trabalho doméstico (porque são tarefas que garantem o funcionamento de um domicílio). E isso do início ao fim da vida. Quando somos crianças, demandamos mais trabalho doméstico, depois na adolescência e na fase adulta demandamos um pouco menos e com o passar do tempo, quando nossa saúde se deteriora e ficamos idosos, voltamos a demandar uma carga maior de trabalho doméstico novamente. O trabalho doméstico não é apenas o cuidado com a casa, mas o cuidado com as pessoas que nela residem. Nosso mundo como conhecemos, não funcionaria sem o trabalho doméstico (não-remunerado). E, existem algumas assimetrias nesse trabalho doméstico. Se é um trabalho demandado por todas as pessoas e se hoje no Brasil temos 210 milhões de habitantes, quem é que está fazendo esse trabalho doméstico? A assimetria reside aí, pois a maioria das pessoas que realizam esse trabalho são mulheres. É um treinamento desde a infância. A menina ganha brinquedos que a ensinam a cuidar da casa e dos futuros filhos: panelinhas, bonecas, fogãozinho, enfim. E esse treinamento não é feito na mesma medida para os homens. O trabalho doméstico é feito na esfera privada e a sociedade tende a valorizar mais os trabalhos que são feitos na esfera pública. Portanto, o trabalho doméstico não é valorizado. E dessas 210 milhões de pessoas que vivem no Brasil, que demandam trabalho doméstico diário para sobreviver, 83% de todo ele é feito por mulheres. Como esse fato pode não fazer parte da economia? Como números tão expressivos podem ficar invisibilizados? Como podemos discutir sobre nossa sociedade omitindo o trabalho doméstico? Haveria sociedade sem trabalho doméstico? Portanto é invisibilizado por ocorrer na esfera privada e por ser feito majoritariamente por mulheres. Estamos falando aqui do trabalho doméstico não-remunerado, pois o trabalho remunerado é uma troca mercantil onde se percebe explicitamente a quantidade de horas que aquela ou aquele profissional teve que se dedicar para realizá-lo. Tudo isso se explica pelo histórico colonial do nosso país. Já as trabalhadoras e trabalhadores domésticos remunerados só foram reconhecidos na legislação trabalhista há poucos anos atrás e mesmo assim vem sendo mal remunerados. Quando uma mulher contrata uma empregada doméstica é uma mulher transferindo trabalho para outra mulher. Então a coisa continua sendo resolvida apenas entre mulheres. No Brasil, temos 8 milhões de trabalhadoras domésticas remuneradas, ou

²² Youtube. CAFÉ FILOSÓFICO | Trabalho doméstico não remunerado com Jordana Cristina. 27 de outubro de 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GLLHSMJl8uc>>. Acesso em: 7 nov. 2022.

seja, mulheres que cuidam da casa e da família de outras pessoas e a pergunta que fica é: então quem cuida da casa dessas trabalhadoras domésticas? As pesquisas vão mostrar que são as filhas delas, meninas muito jovens, menores de idade, pobres que, desde a tenra idade, já começam a cuidar da casa na ausência da mãe e dos irmãos mais novos. Isso é trabalho infantil. As meninas, filhas das empregadas domésticas passam por um treinamento desde jovens. Treinadas para cuidar. E essa não é uma preocupação das meninas mais ricas. Na minha tese de doutorado eu identifiquei que as meninas mais pobres se tornam responsáveis pelo trabalho doméstico não remunerado, em média, aos 13 anos de idade. Isso só vai ocorrer para as garotas mais ricas aos 23 anos de idade. Temos, portanto, uma distância de 10 anos entre mulheres pobres e ricas quanto à responsabilidade pelo domicílio. E é claro que isso tem consequências, né? Como essas meninas mais pobres vão ter tempo para se dedicar aos estudos? E assim vão somatizando as desigualdades. Quanto à racialização, geralmente a mulher contratada é uma mulher negra, pois dessas 8 milhões de mulheres trabalhadoras domésticas remuneradas, a maioria é autodeclara parda ou preta. A contratante, seja branca ou negra, normalmente vai contratar uma mulher negra para fazer a substituição. As mulheres negras de classe mais baixa tendem a ser direcionadas para esse mercado. As mulheres, em média, transferem 4 horas de trabalho doméstico diariamente (seja cuidando da casa ou das pessoas). Enquanto os homens, 1 hora diária, em média. De acordo com os nossos estudos, uma pessoa adulta demanda 2 horas de trabalho doméstico diário, em média. Então se as mulheres estão desempenhando 4 horas, isso significa que ela está transferindo para terceiros a metade desse tempo. E se os homens adultos demandam por 2 horas e desempenham apenas a metade, isso significa que eles estão recebendo trabalho doméstico. Os homens, portanto, são chamados de consumidores líquidos do trabalho doméstico, enquanto as mulheres são as transferidoras líquidas. Então vamos contabilizar isso. Digamos que um dia nenhum trabalho doméstico seja realizado sem remuneração. Quanto isso custaria? Nossos cálculos demonstraram que isso representaria 11% do PIB (Produto Interno Bruto) só para manter os domicílios funcionando. Em 2013, por exemplo, esses 11% do PIB seriam mais de 580 bilhões de reais. Isso é mais do que o governo gasta com a previdência social no Brasil, para se ter uma ideia. Ou seja, manter o sistema de previdência social no Brasil sai mais barato que a manutenção dos domicílios. Por isso, como é possível que essa quantidade de trabalho que vem sendo feita seja inviabilizada? Também podemos falar no quanto o trabalho doméstico não remunerado afasta essas mulheres do mercado de trabalho. Primeiro temos um grupo de mulheres que não estão no mercado de trabalho porque cuidam da casa, as donas de casa. Isso não significa que apenas as donas de casa façam o trabalho doméstico, porque todas as mulheres, em média, realizam algum tipo de trabalho doméstico. O que acontece é que, aquelas que estão sem um trabalho remunerado acabam se dedicando mais horas. Portanto, o trabalho doméstico não remunerado é feito tanto por donas de casa quanto por mulheres assalariadas. Mas se olharmos para o grupo de mulheres mais pobres, elas tendem a escolher empregos mais precarizados para poder conciliar com as tarefas domésticas. Normalmente subempregos e, na maioria dos casos, na informalidade. Porque são os trabalhos precários que permitem que elas trabalhem menos horas e, dessa forma, consigam manter seus domicílios funcionando. E são justamente essas trabalhadoras que vivem na

informalidade que ficarão fora da previdência social, lá na frente. Então, temos a seguinte situação: mulheres cuidam dos domicílios e o que elas recebem em troca? Seria justo essas mulheres ficarem fora da previdência social? É por isso que estamos levando esse debate pois esse trabalho merece ganhar visibilidade. As desigualdades de alocação acontecem em todos os países. Uns mais, outros menos. Na Finlândia, por exemplo, as mulheres fazem duas vezes mais trabalho doméstico que os homens. No Brasil, elas fazem quatro vezes mais que os homens. Pensando agora no trabalho do Estado, quando se criam creches e escolas de educação infantil, essa é uma forma de minimizar o trabalho das mulheres, possibilitando que as famílias se organizem para que essa mulher consiga um trabalho remunerado. A participação do Estado é a diferença crucial na vida dessas mães. Algumas vezes o Estado delega para as famílias o ônus da educação das crianças e colhe lá na frente o bônus, ou seja, a criança que se tornou adulto e agora é uma mão-de-obra a serviço desse Estado. Portanto, o custo de se ter uma criança é privado e o ônus é da mulher que inclusive é mal vista no mercado de trabalho quando tem filhos ou filhas. Já para os homens é o contrário porque ser pai aumenta suas chances no mercado de trabalho, pois um homem-pai é visto como um ser responsável, portanto os homens colhem o bônus pela paternidade. O bônus de se ter uma criança bem cuidada, bem educada é coletivo, porque essas crianças se tornarão pessoas adultas mais aptas para o mercado de trabalho. O ônus é feminino. O Estado, portanto, pode agir para diminuir essas desigualdades. A quem deve interessar diminuir essas desigualdades? Me parece que essa deveria ser uma tarefa do Estado. São obrigações do Estado que deveria atender as demandas das famílias. Interessante que, há 30 anos atrás, a feminista afro-americana, Ângela Davis, perguntou se o trabalho doméstico não estava ficando obsoleto já que ele impedia que as pessoas pudessem ocupar outros espaços, outras funções no mercado de trabalho. Uma das propostas que ela faz é da industrialização/automatização da atividade doméstica. A sociedade já automatizou tanta coisa... Por que não automatizou o trabalho doméstico? A resposta para isso pode estar no nosso histórico escravocrata, pois até ontem o Brasil era colonial. E ainda hoje é relativamente barato contratar um trabalhador doméstico. O próprio padrão de limpeza nos domicílios brasileiros já é, em si, um padrão alto, justamente, por termos vivenciado o período da escravidão. A arquitetura das casas, a forma como eram servidas as refeições, os tecidos a ser engomados, enfim, o modo de vida no Brasil colonial funcionava daquela forma porque haviam pessoas para limpar, cozinhar, engomar etc. O padrão de casa arrumada no Brasil é o ideário mostrado e reforçado nas novelas. As pesquisas têm mostrado que mulheres que diminuem esse padrão seja por não terem tempo para se dedicar tanto à casa ou porque o parceiro não quer dividir as tarefas, essas mulheres estão adoecendo por não conseguirem atingir o padrão de limpeza preconizado nas telenovelas. E as novelas sempre trazem a figura da empregada doméstica. Então, o modo como nós experimentamos o trabalho doméstico hoje no Brasil diz muito sobre o trabalho doméstico realizado durante o período de escravidão. (Trechos da entrevista da pesquisadora e professora doutora Jordana Cristina ao Café Filosófico).



De várias pesquisadoras e pesquisadores que estudam e analisam o trabalho doméstico no Brasil, a que mais me impactou foi a pesquisadora Jordana Cristina e por isso fiz questão de trazer, para esta dissertação, a fala dela.

O que mais me afetou, de início, foi o fato do pouco que se é falado sobre trabalho doméstico não remunerado. Parece se tratar de algo tão comum que causa estranhamento o termo técnico para nomeá-lo.

O fato é que o “trabalho doméstico não remunerado” é o que mantém nossa sociedade funcionando, tal como a conhecemos. Mas, sem a pesquisa da Jordana Cristina, confesso que não teria conseguido perceber a relação direta que essa atividade possui com a economia de um país.

Quando assisti e reassisti sua entrevista para o *Café Filosófico*, tomei um susto. Eu já tinha lido uma quantidade considerável de pesquisas sobre o trabalho doméstico, mas, no fundo, alguma coisa na minha intuição me dizia que não havia chegado ao “pulo do gato”. Não desmerecendo as pesquisas e as autoras e autores que li, mas eu sentia que eu conhecia aquelas histórias. Eu estava familiarizada com elas porque, desde quando me aproximei do Movimento Negro, em 2016, passei a saber mais sobre a história de minha mãe, tias e avós. As trajetórias eram semelhantes.

Por exemplo, a obra clássica *Proteção e Obediência*, da autora Sandra Lauderdale Graham, traz uma rica descrição da vida entre as “criadas” e seus “patrões” no Rio de Janeiro, entre 1860 a 1910:

Durante a década de 1870 estima-se que 61% e 65% das mulheres trabalhadoras livres eram servidoras domésticas e, junto com cerca de 87% a 90% das escravas, as criadas compreendiam 71% de todas as mulheres trabalhadoras. [...] O âmbito de trabalho que chamo doméstico inclui, em um extremo, as mucamas e amas-de-leite e, no outro, as carregadoras de água ocasionais, as lavadeiras e costureiras. Até mesmo as mulheres que vendiam frutas, verduras ou doces na rua eram geralmente escravas que, com frequência, desdobravam-se também em criadas da casa durante parte do dia. A meio caminho estavam as cozinheiras, copeiras e arrumadeiras. O que as distinguia não era apenas o valor aparente de seu trabalho para o bem-estar da família, refletido no contato diário que cada uma tinha com os membros desta, mas também o

grau de supervisão. Uma mucama ou ama-de-leite, que entrava nos aposentos mais íntimos da família para servir a patroa ou cuidar de uma criança, era a mais estreitamente vigiada de todas. A cozinha e os trabalhos gerais da casa ocupavam o dia inteiro e, por isso, essas criadas também testemunhavam as idas e vindas da casa enquanto uma patroa supervisionava suas tarefas rotineiras. Em contraste, transportar água ou lavar roupa no chafariz significava que algumas criadas trabalhavam fora da circunscrição da casa e do olhar da patroa. Lavadeiras e, o que era ainda mais comum, costureiras podiam trabalhar para diversas famílias durante o dia enquanto viviam independentes em seus próprios lares (GRAHAM, 1992, p. 18-19).

A autora Lorena Féres da Silva Telles, no livro *Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo de 1880-1920*, descreve, de modo semelhante à historicidade do livro de Graham, as estratégias de sobrevivência de mulheres livres e escravas, de cor de pele retinta às de pele mais claras:

Este livro nos apresentava com inúmeras histórias de vida e de luta permanente contra estratégias de dominação, que se infiltravam nos contratos de serviços. Contra estas estratégias de dominação, lutaram as empregadas através de uma contínua troca de patrões, caracterizando um infundável ir e vir de uma casa para a outra, que torna o fenômeno do trabalho doméstico semelhante a um trabalho rotativo. As cadernetas referem-se às entradas e saídas do emprego, fato que aparece na documentação sempre sob a rubrica sem motivo, e que se repete infundáveis vezes. Estupros, assédios sexuais, salários baixos demais, desdobramentos de horas de trabalho escravo, do qual faziam questão a qualquer custo de manter-se à distância. Por isso, em certas ocasiões, mal ficavam por 15 dias no emprego, outras chegavam a permanecer por um ou dois meses, mas no geral estavam continuamente mudando de ocupação. Era a sua estratégia de sobrevivência como alugadas, sinônimo naquela época de trabalhadoras domésticas que se pretendiam livres. Das entrelinhas dos textos consultados, emergiam mulheres insolentes, desobedientes, as quais, segundo os patrões, eram 'provocadoras da desordem no seio da família', da discórdia entre os criados. Majoritariamente apresentadas como pardas, embora os patrões reiteradamente se referissem a sua cor como preta, as forras representavam três quartos (3/4 ou 75%) do conjunto de população de alugadas, para apenas um quarto de mulheres ainda escravas. Sob o termo de domésticas, forras ou libertas, escondiam-se pessoas dos mais diferentes perfis, das mais diversas procedências e experiências de vida as mais singulares. [...] também presentes como domésticas eram mulheres africanas, consideradas livres por terem sido importadas depois da proibição formal do tráfico em 1831. [...] O trabalho doméstico infantil não-remunerado sobrevivia ao fim da escravidão. [...] As ideias clientelistas de suposta proteção não passavam de estratégias para manter a continuidade do trabalho escravo. [...] Em vez de protegidas, as alugadas aparecem como mulheres conscientes de sua liberdade e dispostas a

afirmar sua autonomia frente a costumes ásperos e as ordens de serviço violentas (TELLES, 2013, p. 11-17).

Escolhi citar trechos mais longos dessas duas autoras, Sandra Graham (1988) e Lorena Telles (2013), porque é incrível como, ainda hoje, há detalhes dessa história colonial que desconhecemos, desde os leigos aos especialistas. Então, esse tema nunca se esgotará. Mas o que mais me chama a atenção nisso tudo, de todo esse compilado de informações sobre o trabalho doméstico remunerado e não remunerado, é que ele nunca foi tratado por nós, cidadãs e cidadãos brasileiros, como um tema sério e relevante para ser debatido.

O brasileiro fala abertamente sobre política, religião, futebol, novela... Mas a educação brasileira não caminha na mesma velocidade em que caminham as chamadas “paixões nacionais”. A maior parte das escolas, sejam elas públicas ou privadas, operam na mesma lógica colonial, omitindo temas relevantes da nossa história nacional e gastando o seu tempo com conteúdos que apenas preenchem o tempo dos estudantes.

Digo isso pensando em como seria uma escola diferente dessa reprodução em massa. Como seriam os estudantes se tivessem a oportunidade de compreender profundamente a história brasileira, pindorâmica e africana. Além disso, fico me perguntando como seria uma escola sem faxineiras, sem copeiras, sem cozinheiras, sem porteiros...

Mucamas, arrumadeiras, copeiras, negras de tabuleiro, criadas de servir, criadas para alugar, mães-de-leite, escravas reprodutoras, costureiras, engomadeiras, carregadoras de água, lavadeiras de roupa, passadeiras, cuidadoras de criança e “tutoras/professoras particulares” (FREITAS, 2017), dentre outras funções que, certamente, as historiadoras e os historiadores vão desvendando, aos poucos, dessa grande história colonial. A “casa grande” era uma reprodução da “pompa” das grandes realezas europeias, que moravam em casas enormes, com vários móveis e objetos de valor, um estilo de vida não minimalista, rebuscado e culturalmente burguês que exigia um grande número de pessoas para manter o seu funcionamento.

Não terei tempo para analisar, nesta dissertação, as características detalhadas do “trabalho doméstico” realizado nessas duas culturas, africana e pindorâmica/indígena. Será feito, posteriormente, em artigos ou em um livro, quem sabe.

Isso tem muitos elementos de matemática para serem pensados. Ou seja, para nós, negros/africanos na diáspora na *Maafa* brasileira e para nossos irmãos, pindorâmicos/indígenas, não é normal, orgânico, saudável a criação de “casas grandes”. Portanto, essa é uma herança estritamente europeia e colonial.

Então, isso me induz a concluir que, se quisermos um dia romper com a cultura instituída pelas “casas grandes” e suas demandas intermináveis para a manutenção desses domicílios, precisaremos rever a forma como entendemos o próprio conceito de “domicílio”.

Não nego que se trata de um assunto de alta complexidade. Porque não é apenas “automatizar o trabalho doméstico”, como sugere a querida Ângela Davis (informação obtida na mesma entrevista da pesquisadora Jordana Cristina). E enfatizo o “querida”, primeiro, porque não vejo mal algum em fazer demonstrações afetivas em trabalhos acadêmicos; e, segundo, porque Davis declarou isso há muitos anos e concordo com ela da necessidade de “tornarmos obsoleto o trabalho doméstico”. Mas, hoje, o mundo conta com quase 8 bilhões de seres humanos, onde, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), cerca de 1 bilhão destas pessoas vivem na mais profunda miséria. O que os governos mundiais estão fazendo para “montar as peças desse quebra-cabeça?” Portanto, parece-me um problema para além do território brasileiro.

É um bom problema matemático para pensarmos, não acha cara leitora/caro leitor? Nós, educadoras e educadores matemáticos, não precisamos ficar enchendo a cabeça dos estudantes com “probleminhas de comprar bananas, distribuir morangos ou vender laranjas.” Toda a sociedade pode se envolver com problemas matemáticos, realmente dignos de reflexão. A solução não é do tipo $1 + 1 = 2$. Quem dera fosse.

Além da problemática em torno dos trabalhos domésticos (remunerado e não remunerado) e os atravessamentos com uma colonização não finalizada, há outro problema importante a ser enfatizado: em breve, o mundo entrará na quinta revolução industrial que irá desempregar milhões de pessoas (LIMA; ESTEVES; SOUZA; CHAVES; GOMES, 2019).

Por isso, esse tema me preocupa tanto e vejo interseccionalidades diretas dele com os trabalhos domésticos (remunerado e não remunerado); parece-me um problema matemático monstruoso em sua complexidade e que nós, pobres mortais, meros cidadãos, seremos, talvez, os últimos a compreendê-lo e os primeiros a serem prejudicados por ele. Portanto, a automatização generalizada de vários setores vêm crescendo de forma exponencial ao longo dos anos. E o que faremos com as 06 milhões de trabalhadoras domésticas que trabalham em outros domicílios? E o que faremos com os milhares de atendentes de telemarketing, com os trocadores que trabalham nos transportes coletivos e com quem sabe, nós, professores? Ninguém sabe ao certo qual a lista de profissões que será extinta em breve, mas as pesquisas indicam que não haverá emprego para a maioria das pessoas. Mas os domicílios precisam continuar funcionando e, para funcionar, precisam de pessoas que realizem trabalho doméstico.

Em breve, não haverá emprego para todas as pessoas do planeta terra. E as poucas pessoas que estarão empregadas, digo, vendendo sua mão-de-obra no mercado de trabalho, fora dos espaços privados dos domicílios, vão demandar trabalho doméstico, ou seja, vão transferir trabalho doméstico para outras pessoas de forma remunerada. E a grande maioria das pessoas estarão desempregadas, pois foram substituídas por máquinas. Neste cenário, é que será criada, espera-se, a “renda básica”²³ para que a espécie humana não seja extinta da face da terra.

O trabalho doméstico vai ser realizado pela maioria das pessoas sem transferência porque elas passarão mais tempo dentro de casa. Será? E essas

²³ Renda básica que queremos. Disponível em: < <https://www.rendabasica.org.br/> > Acesso 15 de maio de 2023.

tarefas domésticas passarão a ser desempenhadas de forma igualitária para homens e mulheres. Será? Essas perguntas ficarão sem resposta. Os governos vão pagar a “renda básica” a todas as pessoas ou iremos assistir pela televisão os noticiários anunciando a morte de bilhões de pessoas por fome e desnutrição?

Portanto, eu fico pensando se a Covid-19 já não seria um prenúncio do que está por vir... Mas enquanto a quinta revolução industrial não chega, o que podemos fazer agora? Será que tem algo que possamos fazer? Eu não tenho respostas para essas questões. No entanto, compreendo-as como problemas de vários âmbitos, inclusive matemáticos, e seria incrível envolver nossas e nossos estudantes e professores para pensar sobre eles.

A meu ver, em breve, teremos que descobrir outras formas de viver, outras formas de relação com nossos domicílios. Quem sabe teremos que viver de forma mais minimalista para nos distanciarmos das demandas criadas pelas “casas grandes”? Ter menos objetos para limpar, menos cômodos para organizar, menos roupas para lavar e passar, menos coisas. Pode ser que essa seja a solução de alguns problemas... Menos pessoas dirigindo, menos carros nas ruas, menos poluição. E, estando mais tempo dentro de casa, as pessoas precisarão reaprender a conviver, porque em muitas famílias os pais não veem os filhos. E as implicações para o trabalho doméstico não remunerado podem ser diversas.

Outro fator que me chama a atenção é a própria palavra “trabalho”: será que todas as pessoas precisam trabalhar fora? Naturalizou-se que todo ser humano deve ser um trabalhador que acorda de madrugada, pega ônibus e metrô, chega cansado e angustiado no trabalho, passa oito horas se esforçando para enriquecer o dono da empresa, bate cartão, volta para casa exausto e, no outro dia, começa tudo de novo. Se essa pessoa for homem brasileiro, vai demandar trabalho doméstico e, se essa pessoa for uma mulher, irá transferir trabalho doméstico para outras pessoas, como afirmou a pesquisadora Jordana Cristina. Portanto, o verbo “trabalhar” vai começar a ser mais refletido pela sociedade.

Um filósofo que eu gosto muito e que já fala sobre essa questão do “trabalho” é Antônio Bispo dos Santos, mais conhecido por Nego Bispo. Inclusive, sugiro fortemente a leitura de um livro dele, *Colonização, Quilombos: modos e significados* (SANTOS, 2015). Nesta obra, Bispo, problematiza o “trabalho” como um “castigo” criado por Deus para punir Adão e Eva pelo pecado de comer do fruto da árvore proibida, a “árvore do conhecimento do bem e do mal”. É interessante a interpretação de Bispo, do trabalho como castigo. Porque é justamente isso que os colonizadores pensavam naquela época, ou seja, para eles, nós africanas/africanos éramos descendentes de Caim, o filho amaldiçoado de Noé, e, por isso, deveríamos trabalhar de graça para pagar nossos pecados, servindo-os em obediência e gratidão. O texto bíblico que Bispo se apoia para construir sua análise é Gênesis 3:17-19:

já que você deu ouvidos à sua mulher e comeu da árvore cujo fruto eu lhe tinha proibido comer, maldita seja a terra por sua causa. Enquanto você viver, você dela se alimentará com fadiga. A terra produzirá para você espinhos e ervas daninhas, e você comerá a erva dos campos. Você comerá seu pão com o suor do seu rosto até que volte para terra, pois dela foi tirado, você é pó e ao pó voltará. (Gn 3:17-19)

A população africana que atravessou o Atlântico para pagar seus pecados no território pindorâmico está aqui há 500 anos pagando essa conta que lhes foi imputada. Nós, negras e negros, africanas e africanos na diáspora, estamos trabalhando, incessantemente, para enriquecer o país. Nós construímos, forçadamente, a arquitetura dessa imensa “casa grande” que é o Brasil.

Mas pode ser que todos esses anos de trabalho forçado estejam prestes a acabar, pois os robôs, as máquinas irão ocupar os postos de trabalho e a população negra será diretamente impactada, por compor 56% da população brasileira e ser também aquela com menos escolaridade. Isso significa que a “renda básica” vai ser uma forma de “reparação”. As pessoas não teriam mais que “se matar”, “dar o sangue” para comprar os alimentos. Acredito que essa seja uma problematização matemática fantástica para ser pensada, pois são tantas as implicações disso, tantas incertezas...

Mas, voltando aos “modos de viver em uma sociedade automatizada/robotizada/maquinizada”, consequência inevitável do desenvolvimento tecnológico e aumento da ambição das empresas, a “fome incessante por lucro” obrigará os governos mundiais a sustentar, financeiramente, a maior parte da população mundial e isso pode ser algo bom, algo que nos fará olhar para formas mais saudáveis de ser e de estar no mundo. Talvez seja um momento que possamos migrar para os campos, territórios rurais, longe dos grandes centros urbanos e tentar “formas sustentáveis de interação com a terra” (SANTOS, 2015). Pois, para Bispo, nesse modo de viver não existe “trabalho”, mas sim uma interação cuidadora com a terra, de forma espiritualizada, respeitosa, orgânica.

Ailton Krenak tem uma opinião semelhante à de Bispo. Em algumas *lives*, inclusive algumas em que Bispo e ele estiveram juntos, o “trabalho”, tal como o conhecemos, foi duramente criticado. No livro *A vida não é útil*, Krenak (2020) afirma que:

O pensamento vazio dos brancos não consegue conviver com a ideia de viver à toa no mundo, acham que o trabalho é a razão da existência. Eles escravizaram tanto os outros que agora precisam escravizar a si mesmos. Não podem parar e experimentar a vida como um dom e o mundo como um lugar maravilhoso. O mundo possível que a gente pode compartilhar não tem que ser um inferno, pode ser bom. Eles ficam horrorizados com isso, e dizem que somos preguiçosos, que não quisemos nos civilizar. Como se “civilizar-se” fosse um destino. Isso é uma religião lá deles: a religião da civilização. Mudam de repertório, mas repetem a dança, e a coreografia é a mesma: um pisar duro sobre a terra. A nossa é pisar leve, bem leve (KRENAK, 2020, p. 53).

Portanto, quando falamos em trabalho doméstico, tema da segunda parte desta dissertação, assumimos nossas vulnerabilidades e limitações para compreender a complexidade do problema e seus desdobramentos na pandemia e pós-pandemia, com uma possível quinta revolução industrial, em continuidade à quarta revolução, iniciada em 2010. Colocamos algumas indagações e problematizações para serem pensadas como problemas matemáticos e as potencialidades deste tema para a formação dos estudantes nas escolas de educação básica e superior.

Poderia ser um momento de nos aquilombarmos, tentarmos outras arquiteturas de convivência, de modo a não reproduzir a “casa grande”. Seria o momento de prestarmos mais atenção aos filósofos indígenas e quilombolas, tais como Ailton Krenak e Nego Bispo, e fazermos as pazes com a terra, nossa Mãe.

Muito em breve teremos a oportunidade de voltarmos a viver como nossos ancestrais afropindorâmicos, longe do movimento industrial, perto do pulsar da natureza, longe dos engarrafamentos e filas bancárias, perto das circularidades dos quatro elementos.

Se os brancos criaram e desenvolveram o mundo capitalista, criando um problema matemático de alta complexidade, um sistema com muitas incógnitas e poucas equações, pode ser que os brancos não consigam ferramentas para chegar à solução desse problema-monstro que eles mesmos criaram! Porque a solução não está em mais desenvolvimento e progresso. A solução pode estar na *Sankofa*, ou seja, “olhando para trás”, para o modo simples e amoroso com que os povos orgânicos (africanos e pindorâmicos) viviam.

Esse complexo sistema matemático criado pelos brancos, esse modo de viver baseado no trabalho enquanto castigo, trabalho para castigar os pecadores descendentes de Caim, trabalho para sustentar a elite, trabalho para o enriquecimento dos brancos, trabalho doméstico seja de origem remunerada ou não; isso pelo qual tantos pensam ser o motivo de suas existências. A ausência de trabalho irá tornar o ser humano em algo diferente do habitual. Por isso, precisamos aprender com os mestres Krenak, Bispo e tantos outros e outras. Em breve, precisaremos nos adaptar a uma vida menos capitalista, mais minimalista, menos agro, mais agroflorestal. Muito provavelmente nossas casas serão autossustentáveis, voltaremos a plantar nossos alimentos no quintal, gerar energia limpa por meio de biodigestores, respirar terra dentro de casa por meio de tijolos de adobe ou pau-a-pique. Autossustentabilidade.

Não haverá mais trabalhadoras domésticas cuidando das “casas grandes”. Essas mulheres, em sua maioria negras, vão precisar “reaprender” a viver, porque

a sociedade as condicionou, desde crianças, a servir os ricos e, quando falamos em ricos no Brasil, estamos falando de cor da pele. Nós, mulheres negras, fomos treinadas para servir os brancos.

Mas, em um novo cenário, onde não haja a necessidade de vender o corpo, a mão-de-obra para a sobrevivência, nós, mulheres negras, poderemos descobrir quem realmente somos. Praticar *Sankofa*, aprofundar no autoconhecimento, curar as feridas de anos de servidão e trabalho doméstico em casas de família. Isso não significa, necessariamente, o fim do trabalho doméstico não-remunerado, esse que mantém nossos lares em funcionamento: o lavar, o limpar, o cozinhar, o cuidar das pessoas. Mas podemos fazer isso de outro jeito, redescobrir jeitos e não precisamos que os brancos nos mostrem o caminho, porque eles já ditaram muitas coisas. Eles têm arquitetado e matematizado muitas coisas para o benefício deles mesmos. Não precisamos de sugestões que venham deles. Agora é a hora da *Sankofa* dos povos escravizados.



Antes, vamos recapitular alguns fatos: a pesquisa sobre as *Estratégias de sobrevivência de mulheres negras, trabalhadoras domésticas na pandemia da Covid-19* seguia, mas eu não tinha selecionado, ainda, as sujeitas que participariam comigo da entrevista ou da etnografia.

Pesquisando contatos aqui e ali, lembrei-me que uma das integrantes do *Grupo de estudos de Autoras Negras*, era coordenadora de um Coletivo de trabalhadoras domésticas, que ofertavam faxinas em Belo Horizonte (MG).

Antes de fazer contato com a coordenadora, fui ao *YouTube* e assisti todos os vídeos e entrevistas dela. Entrei em contato com amigas que a conheciam e tudo levava a entender que elas poderiam me ajudar a compreender como se davam essas estratégias de sobrevivência durante a pandemia.

Naquele momento, o país vivia uma tensão sobre o público-alvo do Auxílio Emergencial. O governo liberou o auxílio emergencial para as trabalhadoras domésticas informais, diaristas que trabalham sem vínculo empregatício, ou seja, aquelas que fazem faxinas até duas vezes por semana, em uma mesma residência. Elas, em tese, receberam R\$600,00.

Na prática, porém, como apontou diversas vezes nos noticiários, essas trabalhadoras tiveram dificuldades para se cadastrar no programa assistencial. Nesse período, o Brasil assistiu atônito filas quilométricas em frente às agências bancárias. Pessoas chegavam de madrugada para conseguir atendimento e muitas voltavam sem ter seus cadastros realizados. Além disso, o governo criou um aplicativo com a finalidade de agilizar o cadastramento. Porém, esqueceu-se que grande parte dessas pessoas não tinha celular. Ou, quando tinha, tratava-se de um modelo não compatível com o aplicativo. Ainda nas reportagens, era denunciado os erros frequentes no cadastramento pelo aplicativo. Mensagens como “CPF inválido” ou “espere mais alguns instantes” etc. impossibilitava que as pessoas concluíssem com êxito a operação.

O resultado foi que milhares de pessoas ficaram fora do cadastro e não receberam o auxílio emergencial. Em contrapartida, meses depois, descobriram que militares estavam recebendo o auxílio emergencial e outros grupos de pessoas que não estavam em insegurança alimentar...

O coletivo de diaristas com o qual eu comecei a fazer contato, engajou-se para conseguir pelo menos cestas básicas mensais e participar de alguns editais. Por motivos éticos, optamos pela omissão dos nomes das participantes, bem como do nome do coletivo. Elas fizeram muitos corres.

Até a linha de Educação Matemática do PPGE/UFMG, da qual faço parte, auxiliou-as ao redigir uma carta de referência para que participassem do edital Elas Periféricas. O mesmo apoio receberam do Centro Franciscano de Belo Horizonte (MG), até que algo aconteceu...



As sujeitas da pesquisa, do Coletivo de diaristas com quem eu me dispusera a fazer a pesquisa, comunicaram-me sobre a impossibilidade de continuarmos nossa parceria.

Dentre os motivos estavam questões de saúde e financeiras. Estávamos vivendo um dos momentos mais tensos da pandemia da Covid-19. As pessoas não estavam mais demandando serviços de faxina porque tinham medo do contágio e o isolamento social era a regra. É claro que algumas pessoas continuavam consumindo trabalho doméstico terceirizado e, nesses casos, elas tomavam todo tipo de cuidado: uso constante de máscaras com trocas a cada quatro horas, uso de álcool em gel, distância de dois metros para conversar com pessoas, lavar as mãos e fazer testes de Covid-19. Assim sendo, as meninas do coletivo perderam quase a totalidade de sua clientela e isso afetou-as de todas as formas.

Por isso, após longas conversas com a representante do Coletivo, compreendi, com empatia, tudo que elas estavam vivenciando. Grande parte delas reside em periferias e, naquele momento, já casada há dois anos e longe dessa realidade das favelas, senti-me extremamente comovida e afetada pelas dificuldades que cada uma delas estava enfrentando. E por isso as ajudei de algumas formas.

Respeitei a decisão tomada pela coordenadora do Coletivo que ponderou não ser o melhor momento para participar da pesquisa. Se eu insistisse nessa ideia, eu estaria “forçando a barra”, sendo antiética, desrespeitando a decisão das participantes.

Meu orientador e eu as enviamos um e-mail de agradecimento e, desde então, não tive mais contato com nenhuma das integrantes do coletivo, porque entendi que elas precisavam focar em suas necessidades cotidianas.

Fiquei muito pensativa por semanas. No tom de voz da coordenadora do Coletivo, senti que talvez “eu estivesse tirando proveito de um momento delicado delas”. Era como se, nas entrelinhas, ela me dissesse que aquele não era o melhor momento para realizar esse tipo de pesquisa, em meio à dor, à dificuldade que cada uma delas estava enfrentando.

Fiquei imaginando, por algum tempo, o que eu estaria fazendo se estivesse no lugar delas. Como minha vida seria diferente se eu fosse uma diarista, uma trabalhadora doméstica remunerada. Ao pensar sobre isto, bateu, em mim, uma profunda tristeza, porque eu não gostaria de estar nesta situação um dia. Ainda mais tendo feito duas faculdades e, agora, finalizando o mestrado, fazer faxina não seria minha primeira opção. Não é que essa profissão seja menos que as outras, mas porque sinto que eu estaria reproduzindo a trajetória de minhas avós e de minha mãe que sofreram todo tipo de violência ao trabalhar em casas de família.

Fui sendo tomada por uma melancolia e uma angústia. Um verdadeiro nó na garganta. Eu pensava o tempo todo nas meninas do Coletivo e no que eu poderia fazer para ajudá-las. Eu somatizava as dores delas no meu corpo e pensava: “meu Deus, quantas pessoas nessa pandemia estão passando necessidades...”.

Lembrei-me do trabalho solidário dos freis franciscanos e fiz ponte para ajudá-las. Doamos cestas básicas. Ao mesmo tempo, elas se organizavam para arrecadação de verba, campanhas e “vaquinhas” *online* e conseguiram juntar um valor que deu para dividir entre todas elas, por algum tempo. Enquanto isso, o noticiário mostrava as vulnerabilidades para além das diaristas e empregadas domésticas.

Filas intermináveis de pessoas pedindo doações de comida e materiais de limpeza. Engana-se quem pensa que só as pessoas moradoras de comunidades carentes estavam entre os pedintes; até a classe média passou dificuldades.

Mesmo não sendo evangélica, eu participava, eventualmente, de um grupo chamado *Madrugada com Carinho*, da Igreja Batista, onde distribuíamos alimentos aos moradores em situação de rua, na Região Central de Belo Horizonte (MG). Era

muito bom participar destes momentos. Eles continuaram firmes e fortes com o voluntariado, mesmo com o decreto do isolamento social vigente. Senti vergonha de mim mesma, porque eu tive medo e não continuei os auxiliando. Tive medo da contaminação pelo vírus. Ninguém sabia ao certo como funcionava o risco de contágio.

Se fosse hoje, eu saberia que o risco era grande, mas que eu poderia utilizar duas máscaras de proteção, luvas e cumprir o distanciamento de segurança. Mas, outras pessoas se arriscaram com tudo e não deram importância a estes protocolos de segurança. Colocaram a vida dos moradores de rua e pessoas em vulnerabilidade social em primeiro lugar. Eu queria ter sido uma delas. Fui medrosa e covarde. Não pratiquei o Evangelho. Fui egoísta, pensando apenas na preservação da minha vida. Sinto arrependimento de tudo isso.

Caos. O número de pessoas em insegurança alimentar não parava de crescer.

Enquanto o governo tentava regularizar o cadastramento das pessoas em vulnerabilidade social, outros milhares sequer tinham documentação pessoal e celular. O governo se esqueceu que pobre mesmo não tem celular e a população de rua nem sempre tem documentos pessoais.

O resultado foi catastrófico, famílias inteiras passando fome.

Teve o caso de uma criança que telefonou para a polícia para pedir comida²⁴, porque ele, seus irmãos menores e sua mãe só tinham água dentro da geladeira.

É muito triste e grave a situação do nosso país. Em especial, durante esse período acometido pela pandemia da covid-19 e sob o desgoverno de Jair Messias Bolsonaro, um traidor da pátria, pessoa insensível, rancorosa e despreparada para gerir um país.

²⁴ UOL. Menino de 11 anos liga para a polícia e pede comida para a família em MG. 03 de agosto de 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/08/03/menino-de-11-anos-liga-para-a-policia-e-pede-comida-para-a-familia-em-mg.htm?cmpid=copiaecola>

Minhas preocupações eram diversas. E as dores também. A propósito, perder as sujeitas da minha pesquisa era uma gota num copo d'água, se comparado aos problemas gravíssimos que milhares de brasileiras e brasileiros estavam sofrendo naquele momento.

Após algum tempo, eu precisava retomar a escrita da dissertação. Mas como, exatamente? Como continuar a dissertação sem a presença das sujeitas participantes? E, naquela altura do campeonato não dava mais tempo de escolher outras pessoas e enviar o projeto para o Comitê de Ética e Pesquisa. O que fazer?

Começo



Choro, raiva, melancolia, desesperança. Cheguei a pensar que minha militância pela população negra era vã.

Quando meu marido chegou do trabalho, contei tudo a ele e disse que não sabia o que fazer.

No dia seguinte mandei áudio para o Filipe, meu orientador, e ele fez o que sempre faz: acalmar-me e dizer que não estou sozinha. Ele disse que juntos encontraríamos uma solução: *“Calma, Ellen! Estou do seu lado, viu? Há várias opções... Você pode fazer uma dissertação com suas escrevivências, também pode ser uma dissertação-manifesto, denunciando situações de racismo...”*.

Enquanto eu ouvia Filipe me apontando as opções, fui imaginando os possíveis planos de C à Z, aumentando a ansiedade e a aflição.

Passados alguns dias, tivemos uma reunião *online*, quando Filipe me disse: *“Ellen, você pode incluir elementos ficcionais, também, brincar com as narrativas. Você já leu a tese do professor Carlos Roberto Vianna? Você precisa soltar a escrita, brincar um pouco, perder o medo de escrever e parar de comparar sua escrita com a de outras pessoas.”*

E eu dizia: *“Mas, Filipe, eu nunca vou conseguir escrever tão bem quanto você escreve. Sua escrita tem uma estética tão bonita, lírica, leve, serena...”*. Filipe me respondeu: *“Ellen, pare de querer escrever como um homem branco”*.

Fiquei muda após a resposta dele.

No fundo era isso mesmo que eu buscava, pois eu queria reescrever toda a dissertação em um “tom leve e sereno”, mas percebi que não conseguiria porque leveza e serenidade não são atributos de uma leonina militante do movimento negro, muito menos com Lua em Áries. Além disso, “leveza e serenidade” não combinam com o momento de luto da pandemia da Covid-19. Mas sou otimista.

Acredito que esses dois atributos são objetivos a longo prazo e vão se materializar quando a justiça e a reparação social atingirem a população negra.

Ao analisar os burburinhos do meu *Eu emocional* e meu *Eu racional*, constatei que o desafio de escrever, as crises de choro, as múltiplas neuroses etc., sinalizaram que algo não estava bem. E, isso estava sendo relatado por grande parte das alunas e alunos de pós-graduação, sem que nada, ou quase nada, fosse feito por nós.

Então, achei importante destacar isto nesta dissertação, em especial porque, durante o curso de Licenciatura Matemática, não temos disciplinas voltadas para o desenvolvimento da escrita acadêmica. A gente sai “cru” quando se forma. Os responsáveis pela elaboração da grade curricular do curso ignoram o fato de que muita gente tem o sonho de fazer mestrado em uma área das Ciências Humanas – como no meu caso, por exemplo. Assumem, como verdade, que todos vão seguir uma carreira na área de exatas e, por isso, recheiam o currículo com um excesso de disciplinas de Matemática, Física e Programação. Ah, esquecem que professor de matemática precisa prestar concurso público, que terá algumas questões discursivas para serem respondidas. Essa é só uma das incontáveis críticas que podem ser feitas à estrutura do curso de formação de professor de matemática na UFMG.

Ou seja, se nós, enquanto discentes, tivéssemos aprendido e dominado a escrita acadêmica, entraríamos e permaneceríamos de modo mais tranquilo na pós-graduação, evitando esses problemas descritos.

Foi impressionante a serenidade do meu orientador nesta altura do campeonato. Isso me fez lembrar uma das frases faladas, frequentemente, por meu pai: *“nós só sabemos quem é realmente bom, equilibrado e inteligente na hora da dificuldade, pois quando as coisas estão bem, todo mundo é bonzinho. É no meio da tribulação que a gente sabe quem a gente realmente é”*.

“Ah, sim. Que ótimo” – pensei. Então quer dizer que eu sou uma merda mesmo, porque não faço a menor ideia do que fazer daqui pra frente.

A serenidade de Filipe era antagônica ao meu desespero, às minhas incertezas e inseguranças. Tive que confiar que as coisas iriam dar certo, mesmo sem ver a luz no fim do túnel.

Na verdade, eu não estava vendo nada, sentia-me cega, sem saber até se iria conseguir entregar a dissertação. Mas Filipe sempre confiou. Doido, né? Ele diz que sabia desde o início que eu iria vencer.

Um homem branco me dizendo essas coisas... Por quê? Por que eu e tantas outras mulheres negras não confiam em si mesmas? Arrisco uma resposta: nós não tivemos referências dentro de nossas famílias! A escravidão foi muito cruel e feriu nossa autoconfiança.

Essa geração foi uma das primeiras que ganhou oportunidade de fazer um mestrado ou um doutorado (obrigada Lula, querido!). Ou seja, nossas mães, nossos pais, avós, tias, tios... Elas e eles não sabem como nos ajudar. Por isso, nos sentimos tão sozinhos, tão solitários, na maior parte do tempo, e isso é um dos principais desafios que a gente enfrenta: o sentimento de profunda solidão, de desamparo e um medo, grande temor de desagradar os brancos e nossos orientadores. Afinal de contas, a gente escreve uma pesquisa para gente ou para agradar nosso orientador/ nossa orientadora?

Fico triste toda vez que encontro com uma amiga ou amigo e ela ou ele me diz sentirem-se reféns de seus respectivos orientadores. Isso não deveria acontecer. Frequentemente, esse é um dos principais motivos da evasão de discentes e do adoecimento mental. E esse é mais um daqueles assuntos que todo mundo põe um pano por cima, finge que não existe e “bola pra frente”!

Quando a gente entra no mestrado ou no doutorado, refletimos sobre as três relevâncias fundamentais de uma pesquisa: social, pessoal e científica. Ou seja, o benefício de um trabalho acadêmico não se restringe apenas aos âmbitos sociais e científicos; a gente reflete pouco sobre a importância da relevância pessoal e o que isso significa na prática. Essa foi uma das coisas que tive “sorte”, pois o Filipe nunca me obrigou a utilizar um aporte teórico x ou y. Ele me concedeu

o direito de dialogar com autoras e autores com as quais eu me sentisse mais à vontade, pessoas que falavam à minha alma e isso foi um dos pontos mais positivos da orientação.

É claro que nem tudo são flores e eu estaria mentindo se fosse. Cheguei a chamar de “quatro cavaleiros de apocalipse” os autores brancos europeus mais clássicos da intelectualidade decolonial. Por que fiz isso? Para me divertir um pouco e para problematizar o monopólio de “vozes” ditas “hegemônicas”, que acabam reproduzindo uma característica própria do sistema colonial: o uso de corpos brancos para falar de modo “universal” pelos povos oprimidos. A famosa polêmica de que “todos os povos latinos são oprimidos”, conhecem? Pois é. Isso sempre me incomodou muito. Muito mesmo. E não só a mim. A própria Lélia Gonzáles criou um termo para fazer oposição a esse pensamento, chamando-o de “amefricanidade”:

Já na época escravista, ela se manifestava nas revoltas, na elaboração de estratégias de resistência cultural, no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre, cuja expressão concreta se encontra nos quilombos, cimarrones, cumbes, palenques, marronages, maroom societies, espreiadas pelas mais diferentes paragens de todo o continente. (...) Reconhecê-la é, em última instância, reconhecer um gigantesco trabalho de dinâmica cultural que não nos leva para o lado do Atlântico, mas que nos traz de lá e nos transforma no que somos hoje: amefricanos. (GONZALES, 1988)

Portanto, não basta falarmos em “latinidade”, colocando todo mundo dentro do mesmo “balaio” se, no fundo, bem sabemos quais são os grupos entre esses “latinos” que mais sofrem opressões. Esse argumento de que “somos todos latinos” é parecido com aquele velho discurso de “somos todos iguais; todos humanos”: irritante e ofensivo para nós, negros e indígenas.

A branquitude, que insiste em propagar essa ideia, precisa repensar, conversar mais com pessoas negras e indígenas e esforçar-se para entender o nosso ponto de vista. Sim, porque com o passar do tempo a gente vai ficando cansado de ter que explicar mil vezes as mesmas coisas para os brancos.

E esse é um dos tantos motivos para o adoecimento de nós, negros e indígenas: ter que alfabetizar a branquitude.

Por isso tem uma galera adoecendo de cansaço mesmo, querendo “chutar o balde” e desistir do diálogo com os brancos. Muita gente já decidiu sair desse lugar de “educador da branquitude”, por este motivo; confesso que estou quase chegando a este nível também.

Sem mais delongas, quero dizer que nós, pessoas negras e indígenas, precisamos praticar o autocuidado em todos os momentos da vida, em especial quando estamos na Universidade, seja na graduação ou na pós, porque ainda somos a minoria lá dentro e a convivência com os brancos traz profundos prejuízos à nossa sanidade.

No meu caso, procurei me desligar da pesquisa por um tempo do grupo de pesquisa *inSURgir* e de outros grupos que eu participava, porque estava me deixando extremamente estressada.

Fiz terapia com algumas profissionais, de psicanálise à terapia com florais. Voltei a me permitir descansar aos finais de semana e ter momentos de comunhão com amigos e família. Voltei a ler coisas que não tinham relação direta com o tema da dissertação, passeava de vez em quando em parques, *Feira Hippie*, *shoppings*. Viajei com meu marido para a Serra do Cipó... Enfim, prometi a mim mesma que não colocaria a dissertação acima de tudo na minha vida.

Foi difícil porque meu lado racional martelava na minha cabeça, o tempo todo, que eu não tinha direito de descansar, que eu deveria ficar o tempo todo, 24 horas por dia, dedicada à dissertação.

Eu odeio o meu *Eu racional*. Tive que dar um basta nisso! Chega!

Nem que eu tivesse que adiar o prazo de entrega, eu decidi que não iria me matar, me escravizar dessa forma para ter um diploma. Não quero entrar em colapso, perder a sanidade mental para deixar o currículo *Lattes* bonitinho, para a branquitude me aplaudir. No fundo, não se importam se a gente vai morrer ou

viver... Eles só querem manter o CAPES nota 7 e a gente é que se exploda. Todo mundo sabe disso.

Eu decidi que não vou morrer. Não agora!

Esta, talvez, tenha sido a parte mais difícil da dissertação, mas é importante rir do próprio desespero, aceitar as circunstâncias adversas com as quais a vida nos presenteia e agradecer ao Universo... Agradecer? Eu estava é maldizendo! Brincadeira! Mas quase cheguei a esse ponto.

Pode parecer difícil, mas nadar contra a correnteza é bem pior. A partir de agora, a pesquisa toma um rumo mais criativo, mais leve (será?), mais ousado e mais parecido com minhas características astrológicas.



Escrevivência. Palavra que conheci há pouco tempo, mais, particularmente, após minha aproximação com os Coletivos Negros da UFMG e, depois, mais intimamente durante os estudos no Coletivo de Autoras Negras, grupo idealizado por minha amiga Sílvia Regina e executado por mim, onde, semanalmente, mulheres negras se reuniam para refletir, juntas, em torno de textos de autoras negras. Foi lá que aprendi sobre esse conceito, mas a reflexão em torno dele nunca se esgota. Sempre há algo para refletir sobre as narrativas das pessoas negras.

E para escrever este trecho, revisei leituras e vídeos. Revi umas três vezes a última aula da disciplina da professora Shirley Miranda, no PPGE, que contou com a participação dos admiráveis Conceição Evaristo e Jeferson Tenório. Fiquei me sentindo um máximo, tão importante pelo privilégio de poder dialogar com esses dois gênios da literatura brasileira...

Mas o que me chamou realmente atenção foi a resposta que um aluno de cinco anos de idade deu à Conceição Evaristo, quando interrogado sobre o que era *escrevivência*. Evaristo nos contou que, em visita a uma escola pública, foi surpreendida por esta fala de uma criança: “*escrevivência é a escrita de nós*”. Não

“nós”, “nóis”, com o “i” bem gutural. “Pretuguês” (GONZALEZ, 1988). Essa criança dizia com poucas palavras muita coisa. Porque *escrevivência* é uma escrita de *nóis* por nós mesmos. Somos nós, pessoas negras, pretas, pardas, afropindorâmicas, afrobrasileiras, afrodiaspóricas, que falamos, em primeira pessoa, sobre as nossas próprias experiências. É uma narrativa autobiográfica única, de pessoas melaninadas, cujos fenótipos africanos produzem trajetórias marcadas pela experiência racializada que produz o racismo. Toda pessoa negra tem uma *escrevivência*...

Mas, não é só isso. A subjetividade das pessoas negras na diáspora está, intrinsecamente, ligada ao sujeito branco. O “preto” só existe por causa do branco. Esse sujeito europeu que se coloca como centro do mundo e dominador é o algoz que retira a cultura, proíbe a religiosidade/espiritualidade africanas. Ele é quem deseja passar uma borracha na história africana, fazendo uma lavagem cerebral, produzindo uma docilização dos corpos, inferioridade, vergonha, medo, trauma. Por isso é que Franz Fanon e Grada Kilomba afirmam ser necessário compreender, primeiro, o sujeito branco para entender o sujeito negro, pois a branquitude projetou sobre as pessoas africanas tudo aquilo que eles não reconhecem em si mesmos: “destruição”, “assassinatos”, “criminosos”, “ladrões”, “feiura” etc. Adjetivos projetados sobre os colonizados, a fim de produzir a subjetividade dos escravizados.

A superioridade branca se produziu pela negativa dos crimes europeus, atribuindo a si qualidades como “decência”, “beleza”, “ética”, “riqueza”, “humanidade”, etc. Isso fortaleceu a identidade branca, mas são adjetivos mais ligados aos africanos escravizados. Por isso, na *escrevivência* não se fala apenas de narrativas de pessoas vítimas de racismo, a *escrevivência* é também um lugar que expõe e denuncia-se os crimes, as sombras da branquitude. Pois quase todas as *escrevivências* falam de um lugar de dor e injustiças sociais que foram ativamente produzidas pelos brancos. Ela expõe o que os brancos têm medo de ver. A *escrevivência* é uma escrita autobiográfica com objetivo pedagógico prático, porque traz ensinamentos diversos para além dos conteúdos escolares.

A escrita-manifesto, produzida pelas pessoas negras é, em si, uma *escrevivência*, pois é uma escrita que denuncia os crimes protagonizados pelos brancos e os desdobramentos das subjetividades negras no cotidiano.

Voltando ao vídeo da última aula da disciplina, chamou-me atenção um trecho da fala do professor Jeferson Tenório, quando ele afirma que, após passar por uma graduação tradicional, permeada pela leitura de autores brancos europeus, deu-se conta de que, durante todo aquele tempo, não conhecia a literatura de autores negros. E a partir dessa descoberta, ele passou a entender que não precisava da filosofia europeia para refletir sobre a vida, precisava da filosofia produzida no seio da sua própria família e que era vasta.

E a fala dele me fez lembrar, imediatamente, do meu pai que, desde que eu me entendo por gente, ensinava-me a filosofia da vida, vivida por pessoas negras, na perspectiva dele, um homem negro, pai de família, trabalhador de chão de fábrica, que trabalhava duro por 10, 12 horas por dia e que era obrigado a engolir a dor de ser um “homem de cor” em uma sociedade explicitamente racista. Aprendi e ainda aprendo muito com meu pai, que sempre me falou para tomar cuidado com as filosofias dos brancos e desconfiar dos ricos, porque a riqueza deles, não raro, era herança das caravelas, de gente de coração ruim, que, em nome do ouro e da prata, mataram milhares de africanos e indígenas.

Você, cara leitora ou caro leitor, pode achar que ele me falava essas coisas quando eu era mocinha, mas não. Eu ouço essas coisas desde os cinco anos de idade. Meu pai me ensinou a olhar os brancos de outro jeito, sob outras perspectivas.

Eles não eram a personificação da beleza, bondade, ética e generosidade que tanto se esforçavam para transmitir nas novelas e nos filmes. Além disso, quantas vezes meu pai conversou comigo, por longas horas, para refletir sobre a vida, sobre as pessoas, sobre a sociedade. Meu pai é uma *pessoa-escrevivência*.

Cada pessoa é um livro. Mas os livros das pessoas negras têm uma característica própria que lhes confere o lugar de *escrevivência*. Para não parecer pouco academicista, vamos a algumas referências:

Escrevivência, antes de qualquer domínio, é interrogação. É uma busca por se inserir no mundo com as nossas histórias, com as nossas vidas, que o mundo desconsidera. Escrevivência não está para a abstração do mundo, e sim para a existência, para o mundo-vida. Um mundo que busco apreender, para que eu possa, nele, me autoinscrever, mas, com a justa compreensão de que a letra não é só minha. Por isso, repito uma pergunta reflexiva, que me impus um dia ao pensar a minha escrevivência e de outras. Indago sobre o ato audacioso de mulheres que rompem domínios impostos, notadamente as mulheres negras, e se enveredam pelo caminho da escrita. (EVARISTO, 2005, p.35)

Acho interessante quando Evaristo diz que *escreviver* é se inserir no mundo. Quais tipos de pessoas podem estar vivas e sem estar inseridas na sociedade? Viver e estar inserido são coisas diferentes e somos nós negros que estamos habilitados a essa “autoinscrição”, pelo menos, enquanto os brancos continuarem negando nossa existência. Eu quero ler as escrevivências das pessoas em situação de rua, das profissionais do sexo, dos periféricos e favelados, pessoas portadoras de deficiência, mães solo, empregadas domésticas, faxineiras, diaristas, cozinheiras, copeiras, motoristas de aplicativo, motoristas e cobradores de transporte público, operadores de caixa e toda uma massa de pessoas invisíveis aos olhos da sociedade. É como se ao escrever, passássemos a existir, de fato. Escrever legitima nossa existência. São *escrevivências* não academicistas; *escrevivências* de pessoas reais, que vivem as barreiras e problemas do mundo real. Por isso, a *escrevivência* não pode ser “decolonial”, pois “decolonial” foi sequestrado pelos intelectuais dos gabinetes. Os decoloniais teorizam porque não vivem a opressão na pele, não a conhecem de perto. Nós negros, africanos na diáspora, a conhecemos bem essa realidade e estamos habilitados para falar com propriedade:

Nossa escrevivência traz a experiência, a vivência de nossa condição de pessoa brasileira de origem africana, uma nacionalidade hifenizada, na qual me coloco e me pronuncio para afirmar a minha origem de povos africanos e celebrar a minha ancestralidade e me conectar tanto com os povos africanos, como com a diáspora africana (EVARISTO, 2005, p. 30).

Evaristo afirma, ainda, que a *escrevivência* é uma escrita coletiva, pois ela reverbera muitas vozes. Isso porque nem todas/os querem ou têm condições de *escreviver* com os códigos gráficos hegemônicos.

Primeiro, porque a escrita não é uma ferramenta de domínio de todas as pessoas subalternizadas. Quantas pessoas tiveram a oportunidade de frequentar uma escola de qualidade? Quantas delas são realmente apaixonadas pela escrita e pela literatura? A vida difícil dessas pessoas as impossibilita de ter tempo para essas coisas.

Há exceções, claro. Carolina Maria de Jesus era uma catadora de papel, vivia na favela e escrevia para se inserir no mundo, mas, para isso, precisou de alguém que quisesse ouvir sua voz, voz expressa em diários escritos em papéis amassados, encontrados no lixo. Escrever e viver, para Carolina, eram verbos que se complementam. Graças aos seus cadernos, pessoas do mundo inteiro puderam conhecer a realidade que a branquitude se esforçava para esconder.

A vida de milhões de pessoas que sobreviviam do que era descartado, toneladas de resíduos de plásticos, papel, nylon, poliéster, couro, algodão, comida estragada e tantas outras variedades de objetos que iam parar nos canteiros, nos quartos de despejo. Objetos preciosos para quem não tinha nada. Pessoas invisíveis aos olhos da sociedade. Milhões de Carolinas ainda existem no mundo. Mulheres negras catadoras de resíduos. Pessoas que muitas vezes retiram o alimento das latas de lixo nas vias públicas. Lixo. Pessoas que são tidas como lixos. Mas a *escrevivência* é isso também. Como dizia Lélia Gonzales, “agora o lixo vai falar”. Essa é uma postura contracolonial, pois o “lixo”, pessoas preteridas pela elite, precisa se expressar, denunciar e exigir justiça social para a produção de dignidade.

Portanto, a *escrevivência* também tem essa função de responsabilidade política na produção de uma sociedade mais igualitária, humana, rumo à democracia racial. As *escrevivências* ajudam o Estado a pensar políticas públicas para a maioria da população: nós, pessoas negras. Esse pode ser o compromisso político deste trabalho.

Precisamos produzir mais “Carolinas de Jesus”, homens e mulheres de todas as idades, encorajados para *escrever* suas histórias, por toda a parte. Já pensaram uma “Carolina moradora de rua”, “Carolina trabalhadora doméstica”, “Carolina

motorista de aplicativo”, “Carolina dona de casa”, “Carolina vendedora ambulante/camelô”, “mil e uma Carolinas” para denunciar as injustiças sociais? Quem dera se tivéssemos Carolinas, *escrevíveis* em cada categoria de pessoas subalternizadas...

Escrevivência, portanto, é escrita coletiva, é a materialização das vozes abafadas pela “máscara de Anastácia” (KILOMBA, 2020). Mas é também escrever com o coração, com a alma, e isso não é fácil para todas as pessoas negras, porque o colonialismo nos fez criar bloqueios emocionais. Essa ferramenta foi necessária para suportar a dor diária de estar em um corpo escravizado. O bloqueio emocional protege o coração, faz com ele vá batendo cada vez mais devagar também.

Às vezes, você nem percebe que está respirando. Isso ocorre porque quanto menos ar chegam aos pulmões, menos emoções a gente sente. O problema é que, ao bloquear as emoções ruins por meio do déficit de ar nos pulmões, acabamos por bloquear também as emoções boas, como o amor, a paz e a alegria. Pode ser por isso que tantas pessoas negras sofrem até os dias de hoje. Eu mesma, quantas vezes já me senti assim? Por isso *escrever* é tão raro. Nós, negras e negros, temos medo de acessar nossas emoções. Quantas vezes fugimos de acessar nosso coração, quer dizer, se ele ainda estiver ali... O fato é que, desde os tempos imemoriais, livros africanos, realmente milenares, tais como o *Livro de Ptahotep*, o coração era um tema recorrente. Mas isso é assunto para ser tratado em outra oportunidade, pois a deusa *Maat* vai falar muito sobre a dicotomia entre mente e coração no final desta dissertação.

Retomando, acredito que *escrever* seja *corazonar*, como ensina Patricio Aras. E, para fazer reviver o coração, é preciso ter coragem de desbloquear as emoções ruins, para então, ter acesso às boas. Eu sou a prova viva disso! Vocês não fazem ideia do quanto foi difícil *corazonar* e, portanto, *escrever* nesta dissertação. Eu passei a maior parte da minha vida reprimindo emoções para suportar o racismo e outras formas de opressões que me atravessavam. Tudo por ter nascido em uma sociedade que inferioriza mulheres negras da periferia. Este

corpo precisa criar uma armadura - uma “pele de crocodilo” como diz meu pai - para suportar as “dororidades” (PIEDADE, 2017) do cotidiano.



Eu Emocional - É neste momento da dissertação que eu mais tenho pena da Ellen, tadinha. Ela entrou em um estado de depressão profunda e lutou de todas as formas para se reerguer.

Eu racional - Eu não tenho pena dela! Se dependesse de mim, ela faria uma dissertação bem quadradinha, certinha, dentro dos manuais de metodologia de pesquisa! Seria uma dissertação bem cartesiana, bem matemática mesmo, e não essa coisa louca!

Eu Emocional - Ei, ei! Peraí! A Ellen não tem controle sobre o Universo não, viu?! Lembre-se que veio a pandemia e ela teve que abandonar o projeto com os quilombos e, depois, foi o incidente com as participantes da pesquisa dela, lembra? As meninas não puderam continuar participando. Foi por isso que ela e o Filipe propuseram as escrituragens, para compor a terceira parte da dissertação que, ao meu ver, é uma escrita transparente, verdadeira: eles não escondem nada das leitoras e leitores. Todos (ou quase todos) os altos e baixos vivenciados, durante esses três anos de mestrado, estão registrados aqui. É um relato fidedigno, a radiografia de uma pesquisa e da pesquisadora.

Eu mesma - Aí, gente! *Calmalá*, por favor! Eu Racional e Eu Emocional, preciso que vocês se unam para me ajudar e não para me arruinar. Já bastam os imprevistos da vida e, agora, vou ter que dar conta de vocês também? Por favor, me ajudem! Preciso de paz para continuar escrevendo...



Passei alguns dias refletindo a respeito da “escrita”. Fiquei pensando: será que a professora Nilma Lino Gomes, ou professor Rodrigo Ednilson, ou Achille Mbembe, ou Djamila Ribeiro, ou Aza Njeri, ou Katiúscia Ribeiro, ou a Val, ou a Liu, ou outras intelectuais negras teriam passado por isso também? Se Liu ou Val estiverem na minha banca gostaria de saber como elas lidam com a “escrita” durante o doutorado...

Creio que nenhum destes citados tenha sentido insegurança. Digo isso porque, quando leio algum texto de um deles ou de uma delas, vejo que está tudo alinhado conforme os padrões acadêmicos.

Está aí um dos motivos pelos quais não penso em fazer doutorado e receio escrever artigos (embora tenha escrito alguns bem bonzinhos, como vocês observaram até aqui): detesto a ditadura de uma escrita “única”, “hegemônica”, “padrãozinho”. E, outra coisa: minha escrita tem que refletir quem sou e, por isso, pelo menos na dissertação, preciso me sentir à vontade para me expressar de modo confortável.

Filipe é tão doido quanto eu nesse quesito. Quem conhece sabe que ele adora formatos “diferentes” de trabalhos acadêmicos. Quanto mais loucura melhor desde que tenham “compromisso ético, estético e político” – ele diz, sempre! Meu orientador está sempre incentivando seus orientandos a experimentar outras formas de expressão, ousar na escrita, politizar os discursos etc. Libriano, né? Eles têm uma veia artística, uma tendência ao “belo”, ao equilibrado e esteticamente singelo. Este é o Filipe: um arte-pesquisador. Ele, certamente, não tem e nunca terá problemas com a escrita.

Bem-nascido, professor universitário, fino, elegante, privilegiado... Quem dera se todes tivessem um pouco desses privilégios. Ele mesmo me disse não ter passado por esses momentos tensos de bloqueio de escrita etc. Filipe nem sabe o que é isso na pele, porque é um ponto fora da curva e é ótimo que pessoas assim estejam nos cargos de poder e destaque de grandes instituições, mas ao mesmo tempo, elas não fazem ideia das coisas que 99% da população estão vivendo...

Uma das autoras negras com as quais eu mais me identifico é Grada Kilomba. Um dos motivos é porque ela tenta se expressar com o maior grau possível de veracidade. Ela não esconde os processos penosos pelos quais passou ao escrever a obra *Memórias da Plantação*, bem como suas marcas de personalidade:

Escrever este livro foi, de fato, uma forma de transformar, pois aqui eu não sou a “Outra”, mas sim eu própria. Não sou o objeto, mas o sujeito. Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político. O poema ilustra o ato da escrita como um ato de tornar-se e, enquanto escrevo, eu me torno a narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e a autoridade na minha própria história. Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminou (KILOMBA, 2020, p.27-28).

Acho esse trecho um dos mais intensos desse livro, pois ilustra o que eu sinto quando escrevo. E, particularmente, nesta terceira parte da dissertação, onde trago a *escrevivência* como eixo, vejo-me mais conectada com a Grada, como se ela estivesse ao meu lado, ajudando-me a escolher as melhores palavras para expressar meus sentimentos e minha trajetória.

Além disso, o livro *Memórias da Plantação* foi um dos livros que mais impactou a mim e as meninas do *Grupo de estudos de Autoras Negras*, do qual faço parte. Nele, Grada Kilomba escreve com tanta propriedade sobre episódios do racismo cotidiano, particularmente os que ela vivenciou na universidade, de modo que, a maioria de nós, mulheres negras acadêmicas, identificamo-nos de uma forma ou de outra. É um livro que eu leio e releio sempre que me sinto sozinha em meio a branquitude acadêmica.

Grada Kilomba é uma mulher que vivenciou na pele o que é ser uma das poucas negras nesse ambiente. Ser olhada de forma discriminatória por terceiros, ser confundida com as funcionárias da limpeza e receber um tratamento diferente por parte dos porteiros da universidade, como se ela não tivesse “cara de estudante”. Episódios semelhantes acontecem com a juventude negra que ingressa na graduação ou na pós.

A escrita da Grada Kilomba é fundamentada no desconforto com a língua portuguesa que contém uma predominância do gênero masculino:

No original inglês, o termo *subject* não tem gênero. No entanto, a sua tradução corrente em português é reduzida ao gênero masculino - o sujeito -, sem permitir variações no gênero feminino - a sujeita - ou nos vários gêneros LGBTQIA+ - xs sujeitxs -, que seriam identificados como erros ortográficos. É importante compreender o que significa uma identidade não existir na sua própria língua, escrita ou falada, ou ser identificada como um erro. Isto revela a problemática das relações de poder e violência na língua portuguesa, e a urgência de se encontrarem novas terminologias. Por esta razão, opto por escrever em itálico: *sujeito* (KILOMBA, 2020, p.15).

A visceralidade da escrita de Grada Kilomba me faz lembrar a escrita de Lélia Gonzalez e a da professora pesquisadora Leticia Carolina, pensando em escritoras do meio acadêmico. Mas, às vezes, pontualmente, identifico traços da minha escrita semelhantes à da escritora Carolina Maria de Jesus.

Quem me dera poder entregar essa dissertação com todos os “erros” originais. “Erros” de ortografia, gramática, semântica... “erros”... Eu queria aprender a aceitá-los, a gostar deles, ocasionalmente. Pois *Quarto de Despejo* não seria *Quarto de Despejo* sem as marcas gráficas da autora... Que bom que mantiveram o “pretuguês” (GONZALEZ, 1979) de Carolina.

Nem mesmo *Quarto de Despejo* preservou a originalidade. Foram feitos ajustes aqui e ali, mas os “erros” permanecem lá. “Erros” renomeados por Lélia Gonzáles de “pretoguês”, escrever do jeito que se fala. Será que a Universidade teria aceito o estilo de Carolina Maria de Jesus como textos acadêmicos? Esta dissertação será aceita como um texto acadêmico? Lembro-me mais uma vez da fala da professora Leticia, permitindo-me parafrasear um de seus ditos: “se é científico ou não pouco importa, pois nossa luta não é meramente acadêmica, nossa luta não se faz em gabinetes ou engordando currículo *Lattes*. Nossa militância social é pelos grupos vulneráveis”.

No meu caso, no caso desta dissertação, é pelas pessoas negras, especialmente para as mulheres negras. Espero que minha escrita possa encorajá-las, que possam se sentir menos solitárias no ambiente acadêmico, pois eis aqui

uma dissertação plano C, pois o plano A e B falhou. O primeiro em decorrência da pandemia e do fechamento dos quilombos e, o segundo, pela impossibilidade de fazer a pesquisa com as sujeitas que haviam sido escolhidas.



Negros

Pretos

Pardos

Africanas e africanos em diáspora

Afrodescendentes

Afro-brasileiros

Melaninados

Retintos

Filhas e filhos de Rá

Filhas e filhos do Sol

Morena

Moreninha

Marrom bombom

Mulata

Cor de café com leite

Brigadeirinhos

Chocolate

Pretinhas e pretinhos

Nega

Nego

Cada pessoa, fenotipicamente negroide, identifica-se com um ou muitos dos adjetivos acima. É o indivíduo que se denomina da forma com a qual mais se sente à vontade.

Meu processo de autoidentificação é complexo. Desde criança, meus pais imputaram, em mim, um sentimento positivo sobre minha própria negritude. E, ao mesmo tempo, diziam-me que eu deveria ser forte e ser “a melhor” em tudo que eu fizesse, conscientes de que a vida não facilita as coisas pra gente que nasce negro e pobre.

Duro, né? Concordo. E isso me trouxe angústia e autocobranças em níveis estratosféricos. Eu não via os pais ou as mães de amigas negras dizendo essas coisas a elas.

“Sou negra”, nunca tive problemas em afirmar isso. Mas confesso que, no dia a dia, eu gostava de me referir a mim mesma como “morena”. Por quê? Bom, eu não sei se consigo lembrar com exatidão o motivo de preferir esse adjetivo, mas, naquela época, há vinte anos, quando eu ainda era uma adolescente, a maioria das meninas negras se diziam “morenas”. Minhas amigas e eu nos sentíamos *sexy* e atraentes quando ouvíamos homens dizendo “*que morena!*” ou coisas do tipo. A gente era gata mesmo, devo admitir. Mas isso não dava motivo para homens cantarem meninas de 15 e 16 anos. Porque isso também é pedofilia, embora nosso presidente ache natural “pintar um clima” com garotas dessa idade²⁵...

Eu só deixei de me afirmar “morena” quando conheci algumas pessoas do projeto Ações Afirmativas da UFMG. Uma galera hiper ultra mega empoderada, que me fez mergulhar em um novo mundo, um universo centralizado nas relações interraciais.

Foi uma época das mais loucas da minha vida, em que eu assumi meu cabelo afro, passei a ler livros e assistir filmes sobre TUDO que fosse africano ou afro-brasileiro.

²⁵ Folha de São Paulo. Bolsonaro diz que 'pintou um clima' com 'menininhas de 14 e 15 anos', e vídeo vira munição de adversários. 15 de outubro de 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/bolsonaro-diz-que-pintou-um-clima-com-menininhas-de-14-e-15-anos-e-video-vira-municao-de-adversarios.shtml>>. Acesso em 15 de maio de 2023.

Lembro-me, nitidamente, que foi em uma época que a polícia havia feito uma busca no Diretório Central de Estudantes (DCE) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) e foi a primeira reunião em que eu participei com vários grupos ligados à juventude e o Movimento Negro. Estava a galera do Coletivo *Maloka*²⁶, Levante Nacional da Juventude, mas a maioria eram os alunos pretos e pretas da UFMG mesmo.

Foi lá que eu conheci o Wilson, estudante de Direito, que mais tarde seria a ponte para que eu conhecesse meu atual marido, Antônio. O Wil fez uma pergunta célebre nessa reunião, que eu nunca vou me esquecer. Assim que cada pessoa foi se apresentando e dizendo o motivo de estar participando daquela reunião, ele disse que estudava Direito e que notou a predominância de uma “pardês” no curso, com uma completa ausência de pessoas “negras”.

Ele mal terminou a frase e já se viam várias mãos levantadas... Peo disse: *“Cara, não existe essa coisa de pardo, para com isso! Pardo é pardal ou cor de envelope! Ou você é preto ou é branco, não complica as coisas, velho!”* Aquela resposta desencadeou uma série de opiniões subsequentes. Lembro-me da Miriam dizendo: *“Isso mesmo! Um de meus alunos disse na dentro da sala que ou a pessoa é preta ou é branca e ponto final”*. Wil, abaixou a cabeça, resignado.

Fiquei confusa e com medo de falar. Eu não sabia NA-DA sobre essas “paradas”, então me coloquei em uma posição de aprendiz e ouvinte durante toda a reunião.

Ao final, eu sabia que o “certo” ou o “mais aceitável” ou “politicamente correto” seria me considerar “preta”, ainda que eu tivesse a cor de um café com leite. Eu era “preta”. Ok! “Acho que entendi”, pensei.

²⁶ Coletivo *Maloka*: Movimento Auto-organizado de Libertação, Kilombagem e Autogestão – Maloka. Para mais informações, acessar a tese FORTALECENDO OS FIOS: *a emergência dos coletivos de estudantes negros e negras em universidades da região sudeste*, de Luana Trindade, em: <[https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/15037/TRINDADE.%20L.%20R.%20Fortalecendo%20os%20fios...%20\(tese\).pdf?sequence=1](https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/15037/TRINDADE.%20L.%20R.%20Fortalecendo%20os%20fios...%20(tese).pdf?sequence=1)>.

Na verdade, eu estava muito confusa e fui lendo coisas aqui e ali, até constatar que Nilma Lino Gomes dizia sobre a “ressignificação da raça” (GOMES, 2012). Ela dizia as palavras negras e negros para se referir a nós, afrodescendentes, e perguntei a alguém do Coletivo sobre isso. Alguém finalmente apaziguou minha alma dizendo não haver distinção sobre esses termos, que algumas pessoas preferirão este a aquele, mas que está tudo bem.

“Seria mais ou menos como os termos anticolonial, decolonial, descolonial, contracolonial?” – Pensei em perguntar, mas guardei a dúvida para um momento mais oportuno. A propósito, eu era novata ali no Coletivo e tinha que segurar a ansiedade. Mas, pelo menos agora, eu estava começando a ficar menos neurótica com essas coisas.

Alguns anos mais tarde, eu conheci um vídeo²⁷ da filósofa Aza Njeri e da Katiúscia Ribeiro e me apaixonei por um conceito que elas trouxeram: *africanas em diáspora*. Achei tão chique isso... Ao mesmo tempo, achei muito profundo porque ao se denominar “africana em diáspora” estamos afirmando que não aceitamos a nomenclatura dada pelo branco: nem negra, nem preta, nem mulata. Somos “africanas”! Isso mexeu muito comigo, porque me induzia a repensar minha identidade. Ser preta ou negra era diferente de ser africana, no meu entender. E eu gostei disso.

Parece-me que os brancos tentaram (e tentam) apagar nossa origem africana. Sinto que ao dizer “negra” ou “preta” estou dizendo mais sobre meu tom de pele do que sobre meu território de origem. Mas alguns indígenas podem ter a pele pigmentada também, tanto é que os brancos também chamavam os indígenas de negros e pretos... Por isso eu gosto tanto do termo “africana/africano”, entende? Porque não é só uma questão de “cor de pele”, é uma questão geográfica. E se um africano foi transportado indevidamente, houve crime de tráfico de seres humanos. Se hoje somos “africanos em diáspora”, o termo carrega, em si, a

²⁷ Link do vídeo em <<https://www.youtube.com/watch?v=H4MblJoecrU>>.

denúncia de um crime bárbaro que nunca foi julgado e do qual os desertores continuam a ser declarados heróis, descobridores e construtores de uma nação.

Ao me afirmar africana, também evoco uma memória ancestral: éramos consideradas detentoras da vida e da espiritualidade sagrada e veneradas pelos homens. Ou seja, ser africana é assumir o sagrado feminino, a matripotência e o matriarcado...

Penso que a Educação Matemática vai demorar um tempo até assimilar o que nós estamos falando. Mas deixemos esse assunto para mais tarde, porque agora quero apresentar minha origem familiar.



Sou filha de uma mulher negra, africana em diáspora, de pele não-retinta, olhos verdes, cabelos anelados que foram, por muito tempo, alisados, hoje não mais.

No Brasil, a proximidade fenotípica de uma pessoa é, na maioria dos casos, determinante. Mamãe nasceu em uma família pobre, que fazia um pouco de tudo para sobreviver: ajudavam minha avó Floripes (Fulô) a lavar roupa no rio, vendiam areia, vendiam pedras utilizadas na fabricação de espelhos, plantavam algumas coisas. Acho que meu avô trabalhou um tempo em alguma fazenda.

A família de minha mãe foi uma das primeiras a povoar a Favela da Luz, localizada próximo à BR-262, divisa com o bairro Nazaré e São Gabriel.

Fome é uma coisa que eles conheceram de perto.

Aos dez anos de idade, mamãe ficou órfã. Vovó Fulô morreu em um atropelamento. Após esse evento, minha tia, a mais velha dos irmãos, passou a desempenhar a função de “chefe de família”, aos 15 anos de idade.

Naquela época, era comum as famílias mais pobres “doarem” filhos e filhas e para amenizar as despesas. Foi assim que mamãe foi entregue a uma família para fazer serviços domésticos: lavar, passar, limpar, cozinhar em troca de algumas moedas e um teto para morar.

Infelizmente, esta é uma realidade comum na vida de muitas mulheres brasileiras pobres, em especial as negras, é o que mostra o livro *Eu, Empregada doméstica*, da autora Preta-Rara (PRETA-RARA, 2019), que contém dezenas de relatos fortes e denúncias de maus tratos.

Apesar da pobreza extrema, mamãe recebeu uma educação rigorosa em casa. Vovó Fulô era uma mulher semianalfabeta, negra retinta, cabelos crespos, fenotipicamente africana. Pouco se sabe sobre meu avô Messias, a não ser que era um homem branco, simples, esguio, que plantava em terras de terceiros. Eles frequentavam a Igreja Evangélica Adventista de Sétimo Dia, no bairro São Paulo, Belo Horizonte (MG); lugar onde vovó Fulô sofreu discriminação racial e social, muitas vezes. Mas sua natureza disciplinada e devota a Deus fez com que permanecesse fiel a essa Igreja, até a sua morte.

Mamãe nasce dessa miscigenação: mãe preta e pai branco. Nasce com a cor da pele da Beyoncé, olhos verdes e fenótipo cearense. Eu nunca vou saber exatamente a história da minha família. Mamãe não gosta do formato do seu nariz que, segundo ela, é muito largo, uma “chapoca”, e sonha em afiná-lo um pouco. É amada por todas as professoras da escola e odiada por todos os alunos. Ela é a aluna mais aplicada, comportada, disciplinada, educada, inteligente e com a letra mais bonita da escola. Era ela quem passava a matéria na lousa, porque as professoras ficavam encabuladas com sua caligrafia. Uma matéria que ela odiava: Matemática. Mas também, né? Qual tio pede para a sobrinha soletrar a tabuada de trás pra frente? Isso traumatizaria qualquer criança.

Ter pele clara, negra não retinta, bela caligrafia e ser amada pelas professoras da escola era apenas um dos privilégios de mamãe. Ela aprendeu a tocar piano na Igreja. Desenvolveu gosto pelas artes europeias e literatura, desde

nova. Lia muito, ainda que não tivesse dinheiro para comprar livros. O hinário da Igreja era uma réplica dos cânticos europeus clássicos, barrocos e outros. Outro privilégio: assimilar a cultura europeia.

A vida de mamãe se revezava entre a Igreja e as casas de família, onde trabalhava.

Vaidosa. Ela era e ainda é uma das mulheres mais vaidosas que conheço. Uma história que ela gosta de contar é quando ela e as três irmãs iam com vovó Fulô no lixão. Uma vez, minha tia encontrou um pé de sapato *scarpin* novo e outra moça também. As duas brigaram pelo par que lhes faltava. No final, minha tia venceu a briga e foi maravilhosa a Igreja no sábado santo, adorar ao Senhor.

Além de pianista, mamãe era cantora lírica da Igreja. As pessoas dizem que haviam choros quando ela cantava, pois sua voz doce se assemelhava a de anjos.

Mamãe era líder de jovens e procurava ser certinha em tudo.

Infelizmente, só pode estudar até a quarta série e só aos 50 anos de idade completou os estudos pela Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A moça pobre, com jeito de rica, graças à cultura europeia assimilada na Igreja evangélica, pianista, cantora lírica, empregada doméstica em casas de família, reencontrou-se com um antigo amigo de infância em um ônibus, voltando para casa. Nessa época, ela estava noiva de um dos rapazes mais consagrados da Igreja, daqueles que até os demônios respeitam. Talvez o único habilitado para realizar exorcismos. Casalzinho perfeito.

Mas a busca da perfeição, de certo modo, poderia incomodar minha mãe. Aquele ambiente eclesiástico, santo e imaculado também tinha fatores que a decepcionavam, tais como as fofocas, as discriminações que pessoas negras e pobres sofriam e a autoridade incontestável e hipócrita dos pastores (os quais se metiam vez ou outra em escândalos).

O reencontro com o amigo de infância no ônibus mudou tudo na vida de mamãe. Porque o amigo era meu pai. Eles contam que foi amor à primeira vista –

ou à segunda vista, já que eles estudaram juntos na escola até que minha mãe ficou órfã e foi morar em uma casa de família. Mamãe largou tudo na Igreja para se casar com meu pai, um homem negro retinto, trabalhador na *Fiat Automóveis*, jogador de futebol e crítico ferrenho das religiões e das instituições que oprimem as pessoas negras.

Papai sempre teve uma consciência política aguçada. Filho de Dona Maria e Seu Liruca, como eram conhecidos, papai era o segundo filho mais velho da família. A primogênita, tia Fia, foi morar com uma família que podia dar a ela uma vida melhor. Mas ela visitava, esporadicamente, os irmãos. Isso gerava grande inveja entre eles: nela, porque gostaria de morar com os pais, mas não podia; neles, porque meu pai e minhas tias e tios adorariam ter o que ela tinha: boas roupas, sapatos, estudar em uma escola de qualidade.

A família de papai morou muito tempo no bairro Sagrada Família, no terreno do meu bisavó, o qual não conheci. No terreno moravam umas trezes crianças, fora os adultos. Casa de pau a pique. Papai dizia que era uma “negraiada só”. Todo dia tinha uma briga.

Com o falecimento dos matriarcas/patriarcas, o terreno foi vendido e, com o dinheiro, foram morar em outro lugar.

E assim a família de papai foi morar no bairro Gorduras, hoje chamado bairro Nazaré. Para manter a sobrevivência da família, vovó Maria continuava pegando as roupas das casas de família para lavar, passar e engomar. Meu pai era quem ia buscar essas roupas no bairro Sagrada Família e levava as trouxas de roupa para vovó.

4 lençóis brancos, 4 fronhas, 4 cobre-leitos, 4 toalhas de banho, 4 toalhas de rosto, 2 toalhas de mesa, 15 calcinhas, 20 toalhinhas, 10 cuecas, 7 pares de meias, etc, etc, etc. As mãos lavadeiras, antes tão firmes no esfrega-torce e no passa-dobra das roupas, ali diante do olhar conferente das patroas, naquele momento se tornavam trêmulas, com receio de terem perdido ou trocado alguma peça. Mãos que obedeciam a uma voz-conferente. Uma mulher pedia, a outra entregava. E quando, eu menina testemunhava as toalhinhas antes embebidas de sangue, e depois, já no ato da entrega, livres de qualquer odor ou nódoa, mais a minha incompreensão diante das mulheres brancas e ricas crescia (EVARISTO, 2007).

Esse trecho, de um conhecido texto de Conceição Evaristo, vem-me à lembrança toda vez que penso no trabalho que vovó Maria desempenhava. Escrevivência parecida com a de tantas e tantas mulheres negras de nosso país.

Papai cresceu testemunhando os esforços de Dona Maria e Seu Lirica, pintor de casas, para não deixar os filhos passarem fome. Esse rapazinho negro, levado, arteiro, que sonhava em ser jogador de futebol, cresceu com grandes responsabilidades e sonhos. Alguns diziam que ele era revoltado e metido, talvez por ser incompreendido.

O destino uniu esse casal, aparentemente tão opostos, mas com questões sociais semelhantes para gerar a mim e meu irmão.



O universo escolheu esta data, 13 de agosto de 1987, para formar todas as minhas características. A propósito, os africanos keméticos diziam que tudo está escrito nas estrelas e eu acredito. Quem sou eu, mera pesquisadora cientista influenciada pelas ciência europeia para questionar a ciência milenar dos meus ancestrais africanos?

Acredito que o meu mapa astral e horóscopo descrevem 90% de quem eu sou. Os outros 10% são influências do meio onde vivo...

Nasci arteira, amante da criatividade. Eu era aquela menina que estava desenhando, colorindo, brincando de boneca, subindo em árvores, correndo pelo quintal, andando de patins e bicicleta. Na escola era parecida com mamãe: queria ser a perfeitinha. Melhor aluna em todas as matérias. Sempre estudei em escola pública, a vida toda. Hipercompetitiva. Ótima em Matemática.

Talvez isso me deu o título de menina inteligente, pois a Matemática tinha e ainda tem, esse poder de classificar as pessoas. Com a fama de menina prodígio (embora não fosse), rapidamente comecei a ajudar meus colegas durante as aulas,

sendo monitora de turma após as aulas e em casa. A Matemática me dava certeza de uma coisa: eu era inteligente. E, isso, elevava minha autoestima.

- Mas, além da Matemática, eu era atraída pelas artes, em geral, porque nelas eu podia expressar toda minha criatividade, meu eu, quem sou. Meus cadernos eram lindos, organizados, coloridos, alegres. Meus cadernos de desenho memoráveis. Eu tinha um imenso prazer em tudo que envolvia criatividade, cores e números...



Cores e números. Minha primeira graduação foi em Design de Produto. Por quê? Eu estava no Ensino Médio quando meu professor de Física passou a falar conosco sobre essa profissão, talvez porque ele tivesse um parente bem sucedido, graduado nesta área. O fato é que fiquei atraída pela possibilidade de fazer um curso que unia criatividade, desenho, cores e números. Ser uma projetista, desenvolvedora, designer de produtos. Chique demais! Profissão de gente rica. Afinal, eu era ambiciosa, sonhadora, criativa... leonina.

Entrei na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), em 2006, aos 19 anos. Fiz uma bela redação, recordo-me. Entrei com cotas sociais e raciais.

Esse é um capítulo da minha vida que não me sinto feliz ou à vontade para contar. Foi um choque sair da periferia para estudar na Pampulha, em um curso elitizado.

Como eu sei que não vou conseguir escrever sem chorar e afundar-me numa tristeza profunda, vou ser breve.

Fiz um curso empurrado pela barriga. Não tive dinheiro para comprar os materiais, os livros e os cursos obrigatórios. Naquela época, a UEMG nem sonhava com a Assistência Estudantil. Tudo para estudantes, iguais a mim, era precário. Mas eu abracei aquela oportunidade com unhas e dentes, como se minha

sobrevivência dependesse daquele diploma. Com ele, eu pensava, a vida melhoraria. Eu poderia fazer vários concursos públicos ou mesmo trabalhar em Nova Serrana, com Design de Calçados.

Mas não foi bem assim. Concursos públicos nunca me chamaram atenção, embora eu os fizesse só para agradar meus pais.

Ao término do curso de Design, fui morar em Boa Vista de Minas, distrito de Nova Serrana, para tentar a sorte e “começar a vida”, como dizem. Espalhei meu currículo em várias fábricas da cidade. Acabei sendo contratada, assim meio por acaso, por uma empresa que tinha um setor de desenvolvimento de pesquisa. Meu patrão trabalhava para a *Ibizza* e eu o auxiliava com a pesquisa de moda.

“Pesquisa de moda”; não desenvolvimento de calçados. Não era isso que eu realmente sonhava. Por isso, busquei uma especialização em um curso técnico no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI): técnico em *Design e Modelagem de Calçados*, um ano e meio de curso. Passei a modelar alguns calçados, não para a *Ibizza*, mas para a INPU. Eu também fazia pesquisas em feiras calçadistas em algumas cidades. Mas não ia nas feiras internacionais, porque a empresa não queria custear para mim. Era meu patrão que viajava para Estados Unidos e Europa. Que raiva!

Com o passar do tempo, fui me desiludindo, porque todas as minhas pesquisas se transformavam em réplicas das grandes marcas. Nada era criado, tudo era meramente copiado, de modo que foi se tornando enfadonho, tedioso, desonesto e humilhante fazer tudo aquilo e, ainda por cima, ser mal remunerada.

Apesar disso tudo, aprendi demais nessa empresa. Eu amava meus patrões porque eram gentis comigo. Mas eu queria mais, queria progredir, melhorar de vida.

A segunda empresa que trabalhei em Nova Serrana foi caótica. Saí logo após um mês, mesmo ganhando o dobro do salário da empresa anterior. A dona da fábrica conseguiu elevar meus níveis de estresse às alturas e não aguentei a pressão e o ambiente hostil.

Foi aí que, para sobreviver, desempregada, passei a dar aulas particulares de matemática, por R\$50 a hora. Durante muito tempo, o conhecimento matemático, adquirido na educação básica, garantiu meu sustento e de minha mãe, que morava em um barracão de três cômodos comigo. Depois de alguns meses, nós duas conseguimos nos empregar em uma Unidade Municipais de Educação Infantil (UMEI), na função de monitoras da educação infantil.

Esse certamente é outro capítulo da minha vida difícil de contar, porque foi dolorido descer do posto de Designer para Monitora de Creche. Perdi a autoestima, sabe? Sentia que a vida estava desmoronando, saindo dos trilhos.

Conversei com minha mãe e decidimos voltar para Belo Horizonte, no final de 2012. Nesse meio tempo, eu fiz ENEM e escolhi o curso de Licenciatura em Matemática, porque a “profissão de gente rica” não tinha dado certo pra mim - uma moça pobre-, então quem sabe uma profissão de pobre seria mais pé no chão? Além disso, eu tinha um caso de amor com a Matemática há muito tempo e, graças a ela, minha mãe e eu não morremos de fome em Nova Serrana.



“Ano novo, vida nova!” – Papai ama essa frase. O ano de 2013 seria diferente. Eu ainda sofria as dores do término de um namoro, uma dor de cotovelo de uma década, quase. Então começar novos projetos, conhecer gente nova, era maravilhoso. Licenciatura em Matemática: um curso diferente do Design de Produto, sim.

Nascer pobre no Brasil e fenotipicamente africana define uma série de coisas; e eu estava vivenciando isso *na pele*.

O sonho de ser designer tinha ruído. Profissão de gente rica e privilegiada. Coisa que não era pra mim. Senti-me enganada. Afinal, aquela história de “*acredite*

em seus sonhos, sempre” ou “querer é poder” parecia não dar certo para todas as pessoas.

Mas eu me sentia especial de alguma forma. Afinal de contas, eu era a melhor aluna da sala. Não por mérito, mas dom divino, acredito. É claro que haviam fatores externos também. Como eu bem expliquei em textos anteriores, cresci sob a rigidez e disciplina de minha mãe. Fui condicionada a ser boa aluna. E, por ser assim durante toda minha vida escolar, acreditei que eu poderia me tornar qualquer coisa que eu quisesse. Até *designer*.

A vida me banhou com uma ducha de água fria. Fiquei depressiva com o turbilhão de realidade que me acometia. Ser professora de Matemática foi a última cartada. A última esperança para não morrer de fome.

Até esse momento, meus pais continuavam se revezando entre vender calçados comprados em Nova Serrana e, minha mãe, administrava um pequeno mercadinho que também era bar.

Meu irmão e eu ajudávamos. Mordomia era uma palavra desconhecida pra gente. Ainda assim, apesar dos pesares, não podíamos reclamar, pois com a família junta novamente, estávamos mais fortalecidos e financeiramente melhor do que separados. Ao final, os dois anos que morei com mamãe, em Boa Vista de Minas, distrito de Nova Serrana, com o intuito de trabalhar em fábricas de calçados e fazer um curso no SENAI, foram desafiadores para duas mulheres negras de baixa renda.

Em um momento crítico de nossas vidas, quando fui demitida da última fábrica de calçados onde trabalhei, chegamos a ter ausência de alimentos por alguns dias. O suficiente para nos assustar, pois era uma situação nova pra mim e recorrente para mamãe, que já passou fome na infância.

Voltar para Belo Horizonte e estar, novamente, no conforto do lar e na companhia de meu pai e meu irmão, foi reconfortante para nós duas.

Havia grande expectativa para o novo curso que eu iria começar. “Licenciatura em Matemática” – expressão que soava como um sonho. Eu só queria ter um emprego digno e que deixasse meus pais orgulhosos, ou pelo menos ter uma renda. Eu não me importava de ganhar um salário mínimo.

Assim como na primeira graduação, entrei para a segunda com o auxílio das cotas sociais e raciais. Não vejo isso como algo para se envergonhar ou se orgulhar. As cotas são uma consequência da imprudência e incompetência dos governantes desse país que não se preocuparam com a reparação dos danos advindos da escravização de africanos e indígenas.

Mas os adeptos da meritocracia, descendentes de colonos chegados nas caravelas, bem que tentaram e ainda tentam convencer a nós, negras e negros, africanos na *Maafa* brasileira, que recorrer a cotas é indicativo de fraqueza, derrota e reconhecimento de inferioridade. Como se pessoas negras, por serem intelectualmente abaixo da norma, precisassem de “uns pontinhos a mais” para entrar no ensino superior.

E não são poucas as pessoas que ainda pensam dessa forma. Ao longo de toda a minha vida, ouvi centenas de vezes esses argumentos produzidos pela branquitude e apropriados até pela negritude. O argumento deles é que as pessoas negras e pobres têm tantas chances de acessar o ensino superior quanto as pessoas brancas e ricas. A falácia da democracia racial.

O Brasil das classes privilegiadas, majoritariamente branco, *versus* o Brasil das classes desprivilegiadas, majoritariamente negro.

O fato de acessarmos as cotas, um recurso último, seria um atestado de incapacidade cognitiva dos negros ou um atestado do crime histórico que os colonizadores praticaram contra nós?

Mesmo procurando ser uma boa aluna durante a educação básica, isso não foi suficiente para que eu conseguisse a pontuação necessária para entrar na faculdade. Isso porque a escola pública comum, “escola raiz de periferia”, não consegue cumprir o cronograma anual. Isso significa, na prática, que o Verbo To

Be é revisado ano após ano e os professores não conseguem passar daí. Nas demais disciplinas, coisas semelhantes. O conteúdo fica defasado devido à precariedade generalizada: professores com baixos salários, alunos vivendo em situação de vulnerabilidade social, verba que não chega até a escola. Falta tudo. Não há comida de qualidade. Carteiras, quadros, ventiladores quebrados. A escola pública é a antítese da escola privada. Mas também há semelhanças entre elas: todas (com exceção de poucas) estão presas a um currículo clássico, europeu, colonial e a serviço do capitalismo.

É nesse contexto que as cotas sociais e raciais se justificam no Brasil.

Há inúmeros estudiosos e estudiosas no assunto e posiciono-me a favor dessa medida, pelo menos até que as oportunidades sejam iguais, verdadeiramente para todas, todos e todes.

Fui discriminada pelos meus colegas no curso de Design por ser cotista. Em 2009, quando eu ingressei, esse assunto era novo para a maioria. Até os professores raptavam parte de sua aula para criticar a medida. Naquela época, eu não era uma pessoa que batia boca com professor, quanto mais brigar por questões raciais. Isso eu só fui aprender anos depois.

Na segunda graduação também fui vítima de preconceito por ser aluna cotista. Mas, pela gravidade da agressão, protagonizada por um aluno também da UFMG, tomei medidas judiciais.

Durante o curso de Licenciatura em Matemática não foram poucas as vezes em que professores interromperam a aula para expressar seu descontentamento com o sistema de cotas. Algumas dessas falas foram mais marcantes e traumatizantes do que outras. Lembro-me ainda do rosto sarcástico de um professor que disse em alto e bom som que a UFMG era melhor quando havia vestibular. Na opinião dele, o ENEM e outras ações afirmativas contribuíram para diminuir a qualidade do ensino.

Doía ouvi-lo dizer também que o trabalhador não deveria fazer faculdade, porque a faculdade exigia horas e horas de dedicação. A postura contrária à política de cotas se expressava em tudo neles, principalmente no olhar de desdém.

Tomo um pouco de fôlego para contar um pouco da minha trajetória pelo curso de Licenciatura em Matemática. Sim, fôlego, porque é o capítulo mais trágico, difícil de contar...



Vejo de longe a silhueta daquele prédio enorme, cinza, fúnebre, imponente. Arquitetura moderna, ângulos retos, paralelismos e simetrias. Gente andando junto comigo. Todos parecem apressados. Olho para os lados e observo que a maioria são brancos, mas isso não é novidade para ninguém mais. Passo pela porta, sou olhada diferente pelos porteiros, mas finjo que é só impressão minha, cisma da minha cabeça. Eu já deveria estar acostumada com esses olhares, mas não. Eles continuam me incomodando.

Fico perdida nos corredores até encontrar um mural com o nome e a respectiva sala de cada estudante. Apresso-me para compreender a lógica de organização das salas... Parecia não haver. Finalmente, encontro minha sala. Ocupo uma das carteiras e observo, novamente, uma determinada ausência de pessoas pretas, mas apago esse pensamento ao tentar me convencer de que isso é coisa da minha cabeça...

O professor chega, é brasileiro e branco. Animado. Decorou o nome de quase todo mundo na primeira aula. Tudo parecia bem, mas os pensamentos não me deixavam prestar atenção continuamente na aula: *“por que há tão poucas pessoas pretas aqui?”* Isso ficava martelando na minha cabeça de tempos em tempos... Gostei daquele professor. Ele era simpático. Não tão branco assim.

Adorava o assunto futebol, fazia pesquisas nesse sentido e Cruzeiro e Atlético eram os times sempre presentes em suas narrativas entre uma matéria e outra.

Nada ali era contextualizado. Aquela matéria era inteiramente abstrata. Impossível inserir futebol ao se falar em Limites e Derivadas. Impossível para nós, não para o professor.

Uma coisa engraçada dessa época. Havia uma correria para entrar na sala de aula e se sentar nos melhores lugares, ou seja, o mais próximo possível do professor.

Os veteranos, quando viam a gente fazendo essa loucura, perguntavam encafifados: *“Por que vocês correm tanto para entrar dentro da sala?”* Respondíamos que queríamos ter uma boa visão, para aprender melhor.

Eles riam, gargalhavam da gente. *“Isso é empolgação de iniciante. Daqui a pouco vocês vão disputar os lugares mais longe possível do professor e entenderão que assistir aula não vale muita coisa.”* – diziam.

É claro que não entendíamos o que aquelas palavras queriam dizer. Isso só foi ficar evidente para a maioria de nós depois de um ou dois anos e de sucessivas repetências e humilhações.

Intervalo da aula. Entra outro professor. Branco e estrangeiro. Esse era branco mesmo e mal sabia falar português. A aula segue monótona. Tom de voz tão baixo que as pessoas do meio da sala para trás pedem, encarecidamente, para que ele fale um pouco mais alto. Tudo em vão. O professor segue a aula, “devagar quase parando”, com os decibéis mínimos. Não pergunta o nome de ninguém e parece não querer interagir com a gente. Ele fala uma mistura de línguas que ninguém consegue entender. Enche o quadro com fórmulas, postulados e teoremas. Paro, atônita, e penso: *“será que só teremos professores brancos aqui? Quantos deles serão estrangeiros? E isso é mesmo matemática?”*

Eu tinha a impressão de estar no curso errado. Aquilo não parecia um curso para formação de professoras e professores de Matemática. Seria um curso de bacharel em matemática, talvez? Vai saber...

O fato é que a minha insatisfação coincidia com a de muitos colegas.

Sinto-me burra demais por não conseguir entender nada daquelas duas primeiras aulas. Nó na garganta. Olhar cabisbaixo e uma certa inveja dos colegas veteranos que estavam ali fazendo Cálculo ou Geometria Analítica e Álgebra Linear – a famosa “GAAL” – pela segunda, terceira ou quarta vez. Eles sim devem estar mais por dentro do conteúdo do que eu.

Será que eu precisaria passar por várias reprovações também até compreender o conteúdo? Isso me deixou especialmente desanimada.

Intervalo.

Converso com algumas pessoas, faço amizades e observo que, na cantina, há muito mais gente branca do que eu imaginara, mas as atendentes da lanchonete são mulheres pretas, na maioria. Parece haver uma sinergia silenciosa entre mim e elas. Percebo a forma como elas me olham.

Mais dois horários de aula e estou esgotada, 22h20.

Saio desesperada do prédio para não perder o ônibus. Não posso esperar até o final da aula, às 22h30, porque a linha 53 que ia para o São Gabriel tinha o último horário. Se eu o perdesse, tinha que pegar um ônibus para descer no centro da cidade, pegar outro para ir para o Paulo VI. Uma jornada cansativa que metade dos meus colegas de sala não sabiam que eu passava.

No ponto de ônibus, muita gente preta, que bom. Sinto-me mais à vontade entre elas. O ônibus chega lotado e penso aliviada ter chegado a tempo. Um minuto a mais e eu ficaria sem transporte.

Vou em pé, rezando para que uma alma caridosa leve o peso da minha mochila ou do fichário. Não encontro e contento-me em colocar aquele chumbo no piso do ônibus imundo. Sinto nojo de transportes coletivos. Mas era o que tinha

pra mim. Então, tive que me adaptar àquilo diariamente. Sinto medo daquela escuridão. Olho pela janela e vejo dezenas de pessoas enfrentando ônibus lotados e vejo-me humilhada; humilhados pelo sistema. Talvez eu seja apenas uma mulher negra e fraca, ao contrário da imagem idealizada de forte que compartilham por aí. Eu não era forte, não sou forte, não me acho forte. Ao contrário. Cada dia que da minha vida eu enfrentei pensando em não conseguir sobreviver ao final do dia.

Chorona demais. Ia e voltava da faculdade com um choro entalado no peito, que só se desfazia em imensidão ao deitar no travesseiro ou ao desabafar com meus pais.

Talvez seja *mimimi*, como dizem alguns por aí. Mas tudo isso foi me deixando mais revoltada com a vida. Assim como meu pai o é.

Papai é mega revoltado e ele assim se classifica. Eu estava ficando assim, com sangue nos olhos, porque o meu sofrimento e o de milhares de brasileiros era causado por uma pequena parcela rica, branca, burguesa que estendia seus privilégios a todas e todos que se parecessem fenotipicamente e culturalmente com eles.

Todo aquele sacrifício era para me adequar ao sistema capitalista e ter um mero emprego para não morrer de fome. Se eu não podia ter a profissão dos sonhos, então deveria ter ao menos um trabalho para ajudar a família a pagar as contas.

Sou uma menina de muitos sonhos e Design era apenas um deles. Eu queria ser desenhista, estilista, designer de interiores, arquiteta, decoradora, artesã, designer de vitrines, pintora e paisagista. Amo moda, estética, *lettering*, cores, criação. Talvez por ser leonina. Matemática era apenas uma das tantas coisas que eu amava, mas não era a primeira para ser a minha profissão.

Eu ia pensando essas coisas até chegar em casa. Pensando e estudando dentro do ônibus, porque era chique abrir o livro de Cálculo dentro do ônibus lotado. Parecia que eu era inteligente. Mas, na verdade, eu era sofredora mesmo.

Por falar em sofrimento, chego em casa quase meia-noite. Meus pais me recebem preocupados com o horário. Sinto um nó na garganta, em pensar que esse foi apenas o primeiro dia de uma árdua jornada, que seria travada até o findar do curso de Licenciatura em Matemática.

Às vezes, era papai que me esperava na escuridão da esquina; em outras, mamãe ou meu irmão. Em muitas ocasiões, eu tinha que descer sozinha e caminhar uns 10 minutos até chegar em casa. Dez minutos intermináveis aqueles. Morria de medo de ser assaltada, estuprada ou morta. O mais estranho era que, para a maioria dos alunos e alunas da UFMG, voltar para casa era algo normal, como ir à padaria. Eu vivia um drama diário e não podia compartilhar com ninguém.

As coisas só começaram a melhorar um pouco quando, alguns meses depois, eu saí do turno noturno e matriculei-me no diurno. Passei a receber um auxílio financeiro da Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP), um auxílio transporte e um desconto no “bandejão”, o Restaurante Universitário. Eu pagava R\$ 1,00 para almoçar e o mesmo para jantar. Isso me ajudou demais!

Depois de um tempo, meu irmão, que fazia Química Tecnológica, também na UFMG, passou em um concurso público para técnico administrativo, comprou um carro e passei a voltar de carona com ele. Ele trabalhava de manhã e tinha aula à noite. Eu tinha aula de manhã e à tarde e aproveitava o resto do dia na biblioteca.

Às 22h30, quando a aula do meu irmão se encerrava, íamos para casa. Aprendi a estudar graças a ele, porque a escola pública havia me tornado uma aluna receptora. Talvez tenha sido na dificuldade do curso de Matemática que eu tenha me tornado estudante, de fato, adquirido autonomia para estudar e aprender.

Entre o intervalo de uma aula e outra, eu corria para o local de trabalho do meu irmão, na FAFICH, para tirar dúvidas de Cálculo, GAAL, Eletromagnetismo, Fundamentos de Oscilações, Ondas e Óptica (FOOO) etc. Sorte a minha que a grade dele tinha muito em comum com a minha. Aprendi várias coisas graças a ele.

Graças ao Alex, Mariana, Ricardo, Márcia, Sávio, André Dias, João Carlos e tantos outros colegas. E alguns professores também: Fábio Brochero, Éder, Gilcione e outros. Quando a dúvida era grande, isto é, quando nenhum dos colegas conseguia solucionar uma questão, só esses professores conseguiam. E quando nenhum outro professor conseguia, o Fábio conseguia.

As mulheres pretas não eram muitas. Podia-se contar nos dedos. Elas trabalhavam na limpeza dos gabinetes dos professores brancos, que raramente as cumprimentavam. Parecia-lhes invisível. Quem eram essas mulheres, afinal? Ignoradas, maltratadas pela vida. O que a universidade fazia por elas? Quais ações afirmativas havia para elas? Acredito que nenhuma. Elas deixavam o ambiente um brinco, organizado, limpo, habitável. Deusas da limpeza? Não, não. Apenas mulheres negras, pobres, que tiveram poucas oportunidades de ascensão social.

Nos anos em que estive no *campus* Pampulha, na UFMG, vi mulheres pretas na limpeza e homens brancos nos gabinetes. Algumas professoras brancas; mas preta, nenhuma. Brancos nos gabinetes, pretos na limpeza... Colonial isso?

Trocávamos olhares diariamente. Eles assimilaram as regras de etiqueta social daquele lugar, que se recusava em tomar o elevador com os empregados. Quantas vezes elas deixaram de entrar no elevador porque havia alunos ou professores neles? E quantas vezes os professores deixaram de entrar nos elevadores habitados por elas, por nós, mulheres negras? Cenas corriqueiras e naturalizadas.

A mais retinta delas servia o café com um uniforme especial.

Até hoje eu não sei explicar, para mim mesma, porque me irrita tanto vê-la vestida daquela forma tão servil. Uma mulher preta servindo café aos doutores brancos. Nada mais colonial, nada mais brasileiro do que isso.

Além das mulheres negras da limpeza e da moça do café, haviam mulheres negras servindo nos refeitórios do restaurante e das lanchonetes. Professoras negras no ICEX, não vi nenhuma. Aliás, vi sim, alguns anos atrás, uma professora

negra dando aula de Química, eu acho. Tanto é que cheguei a fotografar. Professores homens negros? Não conheci no ICEX.

As coisas eram diferentes ou se esforçavam para ser menos coloniais na Faculdade de Educação (FaE). Ao começar a cursar algumas disciplinas na FaE, percebi que havia um cartaz com a foto da equipe da limpeza e uma mensagem de agradecimento a elas. Senti uma comoção ao ler aquelas palavras: finalmente um lugar onde elas eram notadas e valorizadas! Tudo naquele prédio era diferente: mais pessoas pretas, indígenas, LGBTQIA+ e algumas portadoras de deficiência. Outra diferença: havia algumas professoras pretas e professores pretos. Nilma Lino Gomes e Rodrigo Ednilson de Jesus. Depois fui conhecendo outras e outros. Isso me deixou muito feliz. “*Quem sabe um dia eu possa chegar lá*” – pensei. Sonhar não custa nada!



Talvez agora a leitora ou o leitor entenda porque eu precisava trazer os trechos da entrevista da professora e pesquisadora Jordana Cristina, concedida para o *Café Filosófico*, nesta dissertação. Porque nenhuma pessoa vive isento de trabalho doméstico. Ou você mesmo o faz ou o fazem por você. E é impressionante quantas inferências se pode fazer da riqueza da fala de Jordana. E, quando ela diz que o Estado precisa participar mais para minimizar a carga de trabalho da mulher, fico pensando se nós, educadoras/educadores, temos algum grau de responsabilidade nisso: nós, da Educação Matemática, o que podemos fazer para que nossos estudantes percebam as assimetrias e a herança colonial presente no trabalho doméstico remunerado e não-remunerado? É uma questão de gênero, raça e classe social? E se as projeções de Ângela Davis se concretizarem e tivermos uma onda de automatização das tarefas domésticas? Robôs para limpar, lavar, colocar o lixo para fora, cuidar do jardim, das plantas, fazer nossa comida, levar as crianças para a escola, passar e guardar a roupa etc. E se o trabalho doméstico se

tornar obsoleto? Como seria a sociedade a partir desse ponto de partida? Haveria trabalho remunerado no mercado de trabalho para tantas pessoas? O que seria das 8 milhões de trabalhadoras domésticas que perderiam seus empregos? O que o Estado pode fazer hoje por essas mulheres que são em sua maioria negras, descendentes de africanas e africanos escravizados? O que será da Universidade sem esses grilhões?

Essa é uma reflexão que pretendo desdobrar, futuramente, em pesquisa, pois não tenho arcabouço teórico-metodológico para desenvolvê-las durante esta dissertação. Mas de uma coisa tenho certeza: nós, educadoras e educadores matemáticos, podemos, sim, pensar em formas de conscientizar nossas alunas e alunos e tirar da invisibilidade o tema do trabalho doméstico remunerado e não-remunerado.

Enquanto eu ouvia a entrevista da professora Jordana Cristina, lembrei-me de minha mãe. Ela é o exemplo típico da trabalhadora que exercia o trabalho doméstico sem qualquer remuneração. E o que ela ganhou com isso? Depressão, compulsão alimentar, síndrome do pânico, fibromialgia, artrite, artrose e outros problemas de saúde... Mas ela acha que tudo isso valeu a pena, porque o ônus dela resultou em um filho e uma filha moldados para o Estado. Um filho se formou em Química Tecnológica pela UFMG e, neste ano, se tornou policial federal, um dos cargos mais cobiçados entre os concurseiros. Uma filha, eu, formada em duas faculdades públicas e, quem sabe, mestra em Educação. Nós dois somos o bônus que ela sonhou. Triste, eu acho, pois ela abriu mão do sonho de ser cantora e pedagoga. Mamãe fez EJA para concluir o Ensino Médio depois dos 50 anos.

Fui ouvindo e ouvindo a Jordana Cristina falar e comecei a sentir um aperto no coração, sentimento de culpa, afinal de contas, meu pai, meu irmão e eu vivemos por tanto tempo aos cuidados dela e talvez sem dar a devida importância. A ficha começa a cair aos poucos e percebi que eu só sou o que sou porque minha mãe escolheu ser *dona de casa* (pra falar a verdade, ela não teve tanto escolha assim...). Eu só tirava boas notas na escola porque eu tinha comida todos os dias

feita, carinhosamente, por ela, roupa limpa e passada e uma tutora, pois ela corrigia todos os erros de português do meu caderno. Acompanhava as reuniões escolares. Zelava para que eu me tornasse uma boa aluna. Durante as faculdades de Design de Produto e depois na Licenciatura em Matemática, idem. Eu só podia estudar porque tinha o suporte da minha mãe em casa. O mesmo para meu irmão e para meu pai. Nós três existimos porque recebemos os cuidados de minha mãe.

Então, por isso, milhares de pessoas não conseguem estudar, fazer uma faculdade e obter ascensão social. Sem a ajuda de uma pessoa que realize as tarefas domésticas algumas coisas se tornam impossíveis de serem executadas. Como eu poderia chegar na biblioteca do ICEx às 08 horas, ficar lá praticamente o dia todo, até as 20 horas, se não tivesse alguém para fazer o trabalho doméstico?

Olhando para a massa de trabalhadores da limpeza ou que cozinham no restaurante universitário, posso dizer que a UFMG pararia sem a ajuda dessas pessoas. São elas que mantêm a universidade funcionando, assim como ocorre nos domicílios. Se o funcionamento dos lares brasileiros era um reflexo do período colonial, demandando muito trabalho doméstico para o seu funcionamento, seria a universidade uma estrutura igualmente refletida no colonialismo? Passei a refletir sobre isso ao narrar os anos em que estive na UFMG...



É importante dizer tudo em uma dissertação? As pessoas podem até não gostar dela, discordar. Mas uma coisa não poderão negar: esta dissertação sou eu. Esta dissertação relata minha vida e põe em evidência o que vivi no mestrado.

Ah, mas qual é a contribuição desta dissertação para o desenvolvimento científico? Qual a relevância científica de relatar suas experiências pessoais?

Se elas fossem meramente pessoais, narcísicas, realmente teriam pouca ou nenhuma contribuição científica. Mas, o que venho relatando faz parte de uma

macroexperiência, de grupos sociais localizados na negritude, nas periferias, no mulherismo africano, no feminismo negro, portanto, *escrevivências*, termo cunhado por Conceição Evaristo.

Ao relatar as fragilidades do sistema educacional do Ensino Superior, por exemplo, tanto do Design de Produtos, quanto da Licenciatura em Matemática, contribuo para expor problemas não vivenciados por grupos privilegiados. Eu milito na escrita para que órgãos responsáveis pela entrada e permanência de estudantes negros e negras tenham mais qualidade de vida, pelo menos, durante a trajetória acadêmica.

Chamo a atenção para os abusos praticados por professores e professoras que utilizam tratamento discriminatório com os alunos e as alunas. Denuncio a precariedade dos programas de assistência estudantil. Critico a tentativa de extermínio das expressões de subjetividades inerentes aos pesquisadores e pesquisadoras de mestrado e doutorado, como se fossem meros robôs, que não sentem, não vivem, apenas pesquisam sem ser, sem viver. Critico o excesso de professoras e professores brancos, a prevalência dos “pactos narcísicos da branquitude” (BENTO, 2002), a evidente supremacia branca nas emendas das disciplinas.

Antes eu me cobrava muito em escrever de um modo “brancamente aceito”, academicamente correto, colonialmente aceitável e europeicamente belo. Tentei e foi um fracasso. Só consegui escrever quando me liberei da obrigatoriedade da escrita padrão, técnica e normativa.

Escrever do meu jeito me ajudou a perder o medo.



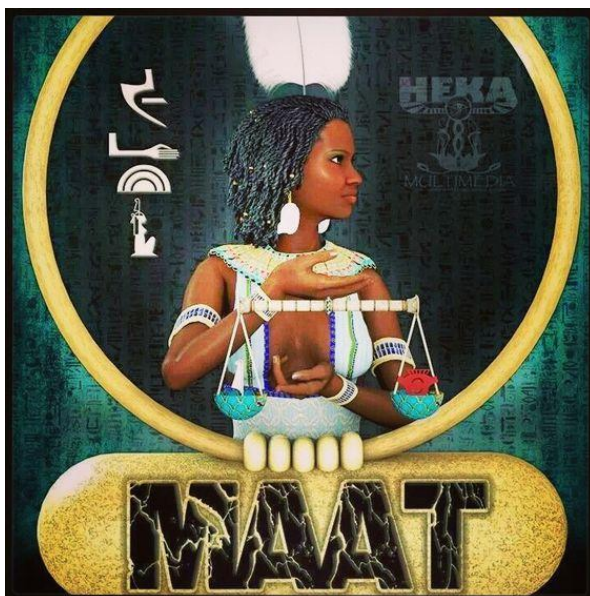
“A matemática se apresenta como a linguagem de um deus mais sábio, mais milagroso e mais poderoso que as divindades das outras tradições culturais (D'AMBROSIO, 2005, p. 115).

Maat, deusa africana kemética, surge nesta dissertação para contestar os dogmatismos dessa Matemática e apresentar-se como opção às educadoras e aos educadores matemáticos de uma nação majoritariamente preta e parda. *Maat* é o arquétipo de uma matemática originada em África, em Kémet. Uma matemática centrada na sacralidade da mulher negra africana com todas as especificidades de uma ciência não ocidental, não colonial.

Por isso, convido-a para o texto e concedo a ela o poder e o direito de fazer o fechamento desta dissertação, porque é essa Educação Matemática ligada à ancestralidade africana que eu desejo ver estampada nas grades curriculares de todos os cursos de formação de professoras e professores de matemática, passando também pelos conteúdos programáticos destinados à Educação Básica e ao Ensino Superior, pois há milhares de outras entidades, deusas e deuses, para serem desvendados e cultuados por nós. *Maat* é uma delas e pode se tornar uma das mais importantes para compreender o poder que as epistemologias afrocentradas têm na libertação do povo negro.



Figura 44- Maat



Fonte: Desconhecida

Há milhares de anos, o universo cósmico do Céu e da Terra obedeciam às leis das deusas pretas africanas. Particularmente em Kemet, Antigo Egito, norte da África, uma deusa preta tinha um lugar especial entre todas as outras: Maat (ou Ma'at). Divindade que também pode ser interpretada como conceito de Verdade, Justiça e Harmonia, era tida como a maior lei moral na sociedade Kemética.

Maat também era aquela que julgava o coração dos seres humanos. Possuía uma balança de pêndulo a qual pesava o coração do morto. O coração que pesasse mais que uma pluma de avestruz era condenado ao castigo. Os corações que pesassem menos ou igual a sua pluma, eram salvos.

As culturas antigas eram carregadas de simbolismos. No caso da cultura egípcia (kemética) não era diferente. O coração era sinônimo de alma e apenas aqueles que se ocupassem com valores transcendentais tinham direito ao Céu: bondade, amor, compaixão, justiça, misericórdia, integridade, honestidade. Esses valores não tinham peso material e, portanto, detinham leveza para transcender a matéria.

Os corações que valorizavam o ouro, a prata, os bens materiais pesavam porque sua alegria não estava na Eternidade, mas na Transitoriedade.

Maat era conceito de paz, ordem, equilíbrio nos Céus e na Terra, além de possuir uma pluma na cabeça, ferramenta de pesagem das almas, tinha em cetro e uma Ahph na outra mão, simbolizando que ela detinha a chave da vida eterna. Maat era mais que um código jurídico, ela era considerada preexistente à criação do Universo e por isso estava acima de todas as outras leis.

Maat era o coração das coisas no Antigo Egito. Era a garantidora da ordem social e cósmica. Sem Maat, o caos estaria estabelecido.

Os aprendizes, como chamavam os europeus que por décadas, estudaram nos templos, bibliotecas e universidades, conheciam e admiravam Maat. Por décadas, cultivaram uma relação de profundo respeito a cultura milenar africana kemética e de outras culturas tais como a indiana de onde assimilaram também grande conhecimento...



No princípio minha Maat habitava o coração de todo ser vivente e não vivente e por isso o universo celestial e terrestre eram cosmos e não caos.

mas vocês, iluministas, desafiaram minhas leis, mataram-me, extirpando meu nome entre os humanos, de modo que pela razão deixaram de conhecer-me.

sem mim, o mundo se tornou caos, porque a razão foi mais adorada por vocês que a justiça e o equilíbrio. vocês escolheram o ouro, a prata, a escravidão, o capitalismo, o racismo, de modo que seus corações se tornaram, excessivamente, pesados.

o caos se instituiu no mundo por causa de suas vaidades, ganâncias, egoísmos e invejas.

invejaram a mim, deusa africana da harmonia e da justiça, e adoraram um ídolo de ouro e prata, branco, europeu.

esqueceram-se de onde vieram, do ventre africano que gestou os primeiros seres humanos.

sem mim, sem Maat, vocês se tornaram vazios, sem alma, destituídos de essência, errantes e sem vida, porque a mim pertence o caminho da vida eterna.

condeno vocês pelos crimes de ódio, racismo, inveja, assassinato, genocídio, roubo, epistemicídio, nutricídio, colonialismo, escravização dos povos melaninados de todo o mundo... A tal razão ao qual vocês adoram só trouxe caos a terra, choro, dor, lamentações, ranger de dentes... vocês condenaram minhas filhas e filhos a servi-los eternamente. Mas esse tempo acabou.

eis que levanto meu povo kemético, meu povo preto africano e de todos os confins da terra para unirem-se contra a opressão apregoada pela razão.

serei ressuscitada, eu, deusa africana da harmonia e da justiça, e com meu exército restabelecerei minha ordem para que todos os grilhões sejam quebrados, vozes agonizadas sejam ouvidas, o pobre tenha comida na mesa, habitação, saúde, amor e paz.

conclamo seres humanos do mundo todo, particularmente educadores matemáticos, para o ritual de ressurreição da justiça social na terra, ressurreição de Maat, devolvendo a paz ao mundo e o coração que roubaram da matemática, ou vocês acham que essa foi a Matemática que criei?



Maat representa o começo de uma nova perspectiva para a Educação Matemática. Para compreendê-la, precisamos abrir os olhos do “coração”, esse órgão tão discriminado pelo deus matemático hegemônico.

Maat é a matemática centralizada nas mulheres negras africanas.

Maat é justiça e, portanto, ela não quer ver a subserviência escravista das mulheres negras.

Maat deseja que cada mulher preta, parda, africana em diáspora, se aproprie da verdade e ocupe seu lugar de rainha nas regiões celestiais e materiais.

Maat deseja a restauração do sagrado feminino africano.

Maat é a favor de uma matemática esotérica, espiritualizada, confluyente com os valores da Terra e do autocuidado.

Maat deseja a restauração do amor próprio dos negros que fora usurpado pelos brancos.

Maat é um sistema de valores quilombistas: ela deseja a união do povo preto, o fortalecimento comercial, espiritual, relacional.

Maat deseja a libertação do povo negro e o desmantelamento das casas-grandes.

Maat é a conclusão e o começo de novas perspectivas para nós educadoras e educadores matemáticos de todo o mundo.

Começo!



Dia da defesa da dissertação: felicidade define. Sabe aquela sensação boa de dever cumprido e principalmente de recuperação da autoestima? Poxa, eu havia conseguido... Quanta gratidão e ternura eu estava sentindo naquele dia...

Lembro-me de ter acordado cedo para lavar e hidratar os cabelos. Só quem é cacheada ou crespa sabe o quanto nosso cabelo afro requer cuidados constantes. Cheguei a apresentação, o microfone e áudio do notebook. Graças à *Maat* e ao *Designer do Universo*, tudo estava conspirando a favor. Uma fofura minha apresentação.

A banca, composta pelas professoras Valdirene Rosa, Eliane Costa e Victor Giraldo, deixou-me tranquila porque já nos conhecíamos e eu jamais escolheria pessoas para me destruir num dia importante como esse. Fica a dica para quem for escolher os professores da banca: que sejam pessoas que desejam o seu bem!

Quase chorei ao ouvir o parecer que a professora Valdirene escreveu pra mim. Eu ainda a releio todas as vezes que aqueles pensamentos ruins teimam em me atormentar dizendo que eu não sou tão forte.

Com autorização da professora Val e de meu orientador Filipe, reproduzo o texto dela aqui:

Primeiro, eu gostaria de parabenizar você Ellen pela dissertação. Pela forma como você escreveu. E dizer que é privilégio ter como orientador uma pessoa “fora do normal”. Fora dos padrões acadêmicos.

Já no resumo, eu percebi que você estava tomando como ponto de partida os próprios sentimentos, buscando ressignificar o modo de se conduzir uma pesquisa acadêmica, apresentando outra forma de se escrever e pensar academicamente. No que você chama de um fazer pesquisa em uma perspectiva contracolonial. Isso me chamou muito a atenção.

Parecia permitir outras experimentações de escrita. Outras não. A sua particularidade de olhar o mundo e representá-lo do seu jeito peculiar, próprio. Mergulhando em possibilidades de expressões do seu EU interior e com certeza narraria com maestria “modos outros de fazer pesquisa”.

*No entanto o meu **Eu racional** dizia: Essa é a primeira banca que você vai participar, cuidado. Não faça besteira. Lembre-se que toda dissertação acadêmica tem os referenciais teóricos, de certo modo, centrado no europeu, metodologia, a forma de escrita é bem séria e rigorosa, tem a introdução, o desenvolvimento, justificativa, referencial teórico, resultados, considerações finais, começo, meio e fim. Preste atenção no que essa garota escreve. Você logo vai perceber que ela é tanto fora dos padrões, um tanto maluquinha, eu diria. Ignore e leia como uma acadêmica, se preciso, reprove-a. O sistema acadêmico correto é aquele construído pela sociedade **hegemônica/normativa/tradicional**, que estabelece o **conhecimento, o saber da matemática** a partir ou apenas de teoremas, definições e demonstrações ligadas ao ocidente moderno. Quem não se encaixar, está fora. Não serve, ou serve para servir, simplesmente.*

No entanto, com o meu amadurecimento e experiências de mulher preta numa sociedade normativa, passei a ser resistência, desconstruir o pensamento colonial, a dar mais atenção ao meu eu interior, a minha intuição, a minha inteligência emocional, com foco nos meus ancestrais.

*E de repente o meu **Eu emocional/intuitivo** me alertou: Não dê tanta importância a razão. referencial teórico europeu? Olha para suas raízes, seus ancestrais, os povos africanos. Como eles foram fundamentais para o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, e não tiveram o devido valor e reconhecimento. Metodologia! Lembre-se que foi ela que impediu que você fizesse o doutorado na Usp. Aquele professor lhe interrogando. “Qual é metodologia do seu projeto de pesquisa???” E você se atrapalhou toda e não respondeu. Por*

isso foi reprovada. Não consegui a vaga de doutorado na USP. Aquele processo normativo de doutorado, não cabia aquela mulher preta. Sorte a sua. E anos depois, foi recebida de braços abertos pela Unesp. E seu orientador Ubiratan D'Ambrosio, coorientador Roger Miarka.

E foram esses recursos: a inteligência emocional, a intuição, a ancestralidade africana, a astúcia, mais do que a razão, guiaram os meus passos, e abriram a minha mente para a leitura que estava por vir, a dissertação da Ellen.

E todos esses juntos me diziam: Não ouça tanto a razão. Você é uma mulher negra, aquariana, rebelde, que busca manifestar o pensamento decolonial em todas as dimensões que está inserida, não faça uma leitura da dissertação da Ellen querendo enquadrá-la numa normativa de escrita acadêmica positivista. Essa ideia cartesiana, dominante na civilização ocidental. Tenha certo cuidado com a razão! Ela, a razão, não pode estar no domínio constante.

E compreendendo isso, me dei conta que por sermos mulheres negras, nos movimentamos no mundo de forma cíclica. Nossa forma de ver o mundo foge às regras impostas pela Colonialidade e não nos movimentamos de forma cartesiana, nosso modo de ver o mundo é averso a esse pensamento conversador, castrador, inibidor, limitador do corpo, mente e espírito. Talvez por isso, as minhas aulas de matemáticas são tipicamente tidas por um matemático, homem branco, como diversificada demais de ideias e conhecimentos que fogem a normativa social.

E foi com esse espírito, livre, libertador, que iniciei a leitura do trabalho da querida Ellen, sob a orientação do extraordinário Filipe.

Mergulhei no trabalho e foi em alguns momentos: divertido, empolgante, emocionante, revoltante e tudo mais.

Sua dissertação representa a circularidade. Pode ser lida como nos convém, não tem uma ordem e fazer isso de forma que todo o trabalho seja algo compreendido por qualquer leitor ou leitora é um dom. É uma expertise para poucos.

Agradecimentos

A meu ver o trabalho, a escrevivência inicia nos agradecimentos pela forma espontânea, leve e franca, anunciando o que está por vir nas próximas páginas. Esta foi a minha primeira impressão e resolvi escrevê-la antes de dar prosseguimento à leitura e fiz isso por conta do sumário que me fez parar para admirá-lo. Quanta genialidade! Pela primeira vez vejo um sumário tão sucinto, singelo e com tanto a dizer.

*Eu estava muito empolgada em ler as próximas páginas. Mas reli o resumo buscando pistas no que estava por vir e novamente o meu **Eu racional** intervindo: O que poderá estar escrito no capítulo denominado “Começo”? Que **sentido epistêmico** pode estar oculto nesse capítulo? E o outro capítulo, “o Início? O que tais páginas trarão? Aspirações etnográficas em um quilombo.*

*As minhas indagações antes mesmo da leitura, foram repreendidas pelo meu **Eu emocional/intuitivo**: Que vergonha. Você está querendo encontrar padrões numa pesquisa **contracaolonial**? Olhe para si mesma. Uma mulher negra que preza o pensamento decolonial, que resiste às mesmices do conhecimento não teria essa postura. Debruce sobre o texto, para conhecer a aventura extraordinária que está a sua frente.*

Foi então que senti que a intuição, a alma livre, o espírito aquariano e um pouco de rebeldia, abririam a minha mente para caminhar naquela leitura

E me pus a ler com a alma sugerida pela Ellen.

No início vi uma leoa acuada, querendo se esconder, demonstrando certa timidez. Eu me perguntava quando a leoa vai se apresentar, sair da toca e desfilar no seu território com toda a sua força, astúcia e braveza.

INÍCIO

Essa insegurança quando estamos escrevendo um trabalho acadêmico é justificável. Essa insegurança você atribui a ausência de oportunidades de escrita no curso de licenciatura em Matemática. E concordo com você. Deve-se repensar e rever as licenciaturas como um todo. Propor mudanças nos mecanismos de formação desse futuro professor. E cuidar da parte psíquica do graduando ou licenciando. Além da inserção dos saberes das culturas indígenas e africanas na grade curricular nesses cursos.

*Na página 10, você diz que temos na “cultura oral” o domínio de nossa episteme. Em algumas culturas africanas, os saberes foram transmitidos oralmente. A didática cosmológica consistia na iniciação dos jovens pelos mais velhos das aldeias. Muito interessante. Acredito que essa é uma discussão que você poderá articular melhor e aprofundar o assunto. Não agora na dissertação, mas escrever um artigo sobre a **Episteme africana**, sua relevância, apresentar experiências ou realidades negras que corroboram com essa afirmação. Temos que escrever Ellen, registrar para não se perder, para que outros não usurpem, ou se apropriem do que é nosso. Porque enquanto a humanidade não se voltar e aprender com o passado (**Sankofa**), reconhecendo e valorizando a origem ancestral (**Maat - matemática centralizada nas mulheres negras africanas**), haverá destruição e apropriação do saber alheio para dominar e escravizar (mão de obra barata; mulheres negras sendo sugadas, mantidas na base da pirâmide social)*

*O que na verdade deveria ser o oposto. “Voltar e aprender com o passado (**Sankofa**)”. Ou seja, a **Maat**, o arquétipo de uma matemática originada em África, em Kémet, surge na sua dissertação para contestar o **pensamento eurocêntrico matemático**, branco e se apresentar como opção às educadoras e aos educadores matemáticos. Uma **matemática centrada** na sacralidade da mulher negra africana com todas as especificidades de uma ciência não ocidental, não colonial.*

*Os saberes da mulher negra, o cuidar apropriado pelo europeu a escravizou, matou a **Maat** e a espalhou pelo mundo. Cultuando o conhecimento introduzindo apenas pela razão. E aqueles introduzidos pelos sentidos, pela solidariedade, pela circularidade, pela comunhão? São esses saberes ligados à ancestralidade africana.*

*E a Educação Matemática deveria considerar o conhecimento a partir dessa ancestralidade africana que você anseia ver apresentadas nas **grades curriculares**, nos cursos de formação de professoras e professores de matemática e nos conteúdos programáticos, tanto da Educação Básica, quanto no Ensino Superior, é enriquecedor para uma outra aprendizagem matemática que se pauta no conceito de Verdade, Justiça, Equilíbrio e Harmonia.*

*Então Ellen, mãos na massa, escreva sobre a **Episteme africana** e proponha uma disciplina na licenciatura que aborde a temática.*

E concordo com o Filipe. Como é maravilhoso e prazeroso ler o que você escreve. Você escreve muito bem. E a forma como você traz o trabalho e diante de todos os desafios: a

necessidade de fazer alterações por conta dos imprevistos impostos pela natureza humana (que deve ser respeitada - tempos de pandemia).

*Não pôde fazer a etnografia no Quilombo. A **primeira parte**, o pré-projeto **INÍCIO** era realizar uma etnografia num Quilombo rural na cidade de Ouro Verde. Mas optou por um quilombo mais próximo, o **Quilombo Manzo**.*

A ida ao quilombo, a experiência vivida lá, me parece que provocou reflexões importantes e fez você perceber o seu modo colonizado de olhar para a religiosidade de matriz africana. Seria interessante voltar ao quilombo e se permitir.

*E por conta de **circunstâncias inesperadas** (tempos de pandemia) precisou construir um novo corpo para desenvolver a sua pesquisa. Uma dissertação viva, circular, bem coisa de africanidade mesmo. Se movimentando. Futuramente, volte ao quilombo Manzo para incorporar mais elementos ao seu relato de experiência e escrever dessa mesma forma divertida e audaciosa (poderá sair outro artigo).*

“Foi aí que se deu a mudança do projeto de etnografia quilombola para a vulnerabilidade das mulheres negras durante a pandemia da covid-19”. Ou seja, foi um desdobramento do texto que você e o Filipe escreveram juntos.

*A **segunda parte**, redefiniu o projeto por consequência do isolamento social. E não foi possível se debruçar sobre a vulnerabilidade da população negra. Não pode realizar as entrevistas com as mulheres negras. Provavelmente, acredito eu, que as forças ancestrais ou **ancestralidade africana** conduziu você a lidar com essa particularidade, **as mulheres negras e seus atravessamentos com a pandemia** de outra maneira, com intuito mesmo de amenizar as situações de vulnerabilidade delas diante da covid 19. Você pode ainda apontar estatisticamente, que elas estavam na linha de frente das injustiças, do descaso, da desumanização. (**uma denúncia importante**)*

*Estas e tantas outras adversidades, fez **surgir ou (Re)surgir** o seu trabalho com outra roupagem. Seu orientador é espetacular.*

Quando eu leio que houve abandono do segundo projeto, eu compreendo que a dissertação é viva mesmo. Quanto movimento. Não acredito que os planos A e B falharam, eles ainda são frutos verdes e amadurecerão no seu tempo.

*Na página 36 – você diz: Ele (Filipe) leu essa parte e disse que eu exagerei. Que ele não é isso tudo que eu escrevi. Compreendo você Ellen. Sua exaltação é a minha. Da vontade de resolver tudo de punho cerrado. Meter o pé na porta e derrubá-la. Mas vamos nos guiar pela sabedoria ancestral africana, para não nos ferirmos quando adentrarmos no recinto. Devemos expressar sempre a nossa indignação, bradar quando necessário. Mas vamos juntos, com os nossos aliados, forçar sim a porta, se preciso for, com inteligência, firmeza e equilíbrio. Considero nossos aliados, a **branquitude crítica** que você menciona na dissertação.*

*Terceiro capítulo - O plano C sim estava maduro para ser colhido. Foi então que você traz a **ESCREVIVÊNCIA**, utilizando recursos de uma escrita dissidente, de uma narrativa com experimentações literárias.*

A circularidade (completude) africana

*As características de uma dissertação acadêmica está envolta de normas e regras bem definidas e estabelecidas, mas aqui se trata de uma **ESCREVIVÊNCIA** apresentada por uma mulher negra e que me deixava confusa, é uma **leonina** ou uma **geminiana**? Mas com certeza uma mulher negra.*

Ellen, você é uma caixa de surpresa. É bom ler o que você escreve. Talvez porque como você escreve para mim é novidade. Além de ser uma leitura deliciosa, não é linear, cartesiana. Eu vibrava cada vez que percebia isso. Sua forma de escrever parece o pensamento, sabe. O pensar é mais livre, mais solto e está tudo bem essa dinâmica no texto.

Sua dissertação não é convencional, não necessita de iniciá-la na página que representa o início da dissertação. Podemos ler da maneira que nos convém, pois ela fará todo sentido.

Não se pode atribuir bipolaridade a uma leonina com ascendente em Gêmeos, Lua em Áries, regida pelo deus kemético Rá, o deus Sol, uma vez que gêmeos sozinho, já é bipolar.

*Eu ousaria dizer que estamos diante de uma **tripolaridade (racional, emocional, intuitiva)**, tantas redefinições para a dissertação, por forças maiores, e não ter uma escrita linear/cartesiana de conduzir as informações, mostra uma genialidade na escrita. Parabéns.*

*Sua dissertação ou escrevivência representa a própria **circularidade africana** ao fazer um misto de textos acadêmicos, literatura, esoterismo, espiritualidade, escrita dissidente,*

metodologias experimentais, narrativas em primeira pessoa, narrativa de uma deusa, diálogos.

*A circularidade está presente em **tradições africanas**: nas aldeias dispostas em círculos, nas rodas de conversa, nas rodas de capoeira, nos orixás, no jogo africano mancala (movimento circular, que permite semear e colher).*

Você faz uma denúncia. E faz isso a partir da sua própria experiência, que foi bem dura, no papel de mulher negra, estudante de graduação (cotista), pós-graduação e profissional do mercado de trabalho. E ainda, faz um alerta as epistemes acadêmicas que não levam em consideração o sentir, a alma, a oralidade.

Sua escrevivência nos permite compreender que você é uma pesquisadora decolonial. Você consegue expressar fora da gaiola, da caixinha, não deve ser pressionada para que a criatividade aflore e você encontrou o orientador certo.

Mantenha a altivez e a firmeza leonina para que sua característica de liderança evidencie, superando a timidez e sua voz seja ouvida e respeitada. Essa é uma luta constante.

Você descobriu que é uma mulher negra ou africana em diáspora (adoro isso), não permita que as sombras escondam sua verdadeira essência.

Nos artigos que nascerão dessa dissertação, traga o símbolo Adinkra (chamado AYA) que simboliza a resistência e a persistência de vencer as barreiras e dificuldades da vida.

*E vocês estão de parabéns. Lendo eu imaginava as suas conversas com o Filipe. E o quando sua escrevivência me fez refletir. Quando o Filipe diz a você. “**Ellen não queira escrever como um homem branco**” eu refleti e lembrei que minha razão me instruiu: “**Não leia a tese da Ellen como um homem branco**”*

*Acho que todos conhecem **A Fábula da Águia e da Galinha**.*

Certo dia, um homem, recebeu em sua casa a visita de um naturalista. Enquanto passeavam pelo jardim, disse o naturalista: “Esse pássaro aí não é uma galinha. É uma águia”. “De fato”, disse o homem. “É uma águia. Mas eu a criei como galinha. Ela não é mais águia. É uma galinha como as outras.”

“Não”, retrucou o naturalista. “Ela é e será sempre uma águia. Pois tem um coração de águia. Este coração a fará voar um dia.”

“Não”, insistiu o camponês. “Ela virou galinha e jamais voará como águia.”

Então decidiram fazer uma prova, erguendo-a bem alto para que voasse, em vão, pois sua referência, as galinhas, não ajudava atingir o objetivo.

Depois de algumas tentativas frustrantes, o naturalista e o camponês resolveram levar a águia para o alto de uma montanha. O sol estava nascendo e dourava os picos das montanhas.

O naturalista ergueu a águia para o alto e disse: “Águia, já que você é uma águia, já que você pertence ao céu e não à terra, abra suas asas e voe!”

A águia olhou ao redor. Tremia, como se experimentasse nova vida. Mas não voou. Então, o naturalista segurou-a firmemente, bem na direção do sol, de sorte que seus olhos pudessem se encher de claridade e ganhar as dimensões do vasto horizonte.

Foi quando ela abriu suas potentes asas. Ergueu-se, soberana, sobre si mesma. E começou a voar, a voar para o alto e a voar cada vez mais para o alto. Voou. E nunca mais retornou.

Você, Ellen, tem o coração de águia...

Você é a ave que foi reconhecida pelo seu orientador Filipe, e que disse: “Um dia você voará às alturas” . Ele tinha convicção em suas palavras, erguendo-a bem alto e desafiando-a. Ele insistiu para que alçasse voo. E você, a princípio resistiu, desacreditou do próprio poder, mas foi revitalizando as energias espirituais e como é regida pelo deus kemético Rá, o deus Sol, firmou as raízes na ancestralidade e ganhou outros horizontes e novos caminhos, rumou ao SUL...

Continue voando....

*E quando vir a ansiedade, a depressão, não volte para o galinheiro, mas **Sankofa**, volte para sua ancestralidade africana e siga voando.*



Eu garanto pra vocês que depois de mais de dois anos de trabalho nesta dissertação, ouvir as palavras da professora Valdirene foi simplesmente tudo que eu queria. Sentia naquelas palavras o reconhecimento do meu esforço e dedicação, mas, principalmente, eu aprendi demais naquele dia. Não apenas com a Val mas com a professora Eliana e com o professor Victor também.

O parecer da professora Eliana veio rápido pelo *WhatsApp*: “você escreve ótimo e seu estilo de escrita é maravilhoso” e foi bem pontual e minuciosa sobre os trechos que requerem correção. Fiz tudo direitinho, conforme as sugestões. Aliás, tudo, tudo não, porque algumas coisas tinham que ficar daquele jeito mesmo: os elogios ao meu orientador Filipe, homem branco classe média, nata da sociedade. Não acredito que feri meus valores ao reconhecer a importância que ele teve na minha vida. Mas reconheço que eu possa ter sido exagerada em alguns momentos, mas isso faz parte do humor presente no estilo do texto, que ora é denotativo, ora conotativo. Sempre com responsabilidade ética, estética e política, é claro.

Sobre os trechos de Djamilia e Jordana: decidimos mantê-los porque expressam a ideia exata da nossa intenção, naquele momento, mas também porque nem todas as pessoas que lerão minha dissertação conhecem essas duas autoras. Então foi uma forma que encontrei para dar destaque a essas duas intelectuais incríveis e em um universo acadêmico onde imperam as epistemes de homens brancos, nada mais contracolonial que exaltar essas rainhas.

Os pequenos trechos de Gênesis são utilizados com o mesmo intuito do escritor quilombola Nego Bispo. Por isso os mantive. A intenção era levar o leitor a reflexão sobre o conceito de trabalho contido na cultura judaica e como ele foi se reproduzindo e se reinventando ao longo dos séculos, quando os colonizadores apropriam dele. Ou seja, houve e ainda há conflitos de ordem espiritual, política e social significativos sobre o conceito de trabalho da visão judaica-cristã e o conceito de trabalho dos africanos. É o que Nego Bispo chama de conhecimentos sintéticos (coloniais) e orgânicos (contracoloniais).

E por fim e não menos importante, agradeço também o parecer feito pelo professor Victor Giraldo que foi feito por meio de videoconferência, algum tempo depois da minha defesa, pois Victor é um professor decolonial desses que não fazem uma crítica negativa sequer. Mas, lembro-me de uma frase que achei bem interessante “pra mim o

que é mais inovador na dissertação da Ellen é a quebra de expectativa e o desvio da linearidade e obrigatoriedade de que tudo dê certo logo de primeira”. A propósito, essa dissertação tem três partes, três blocos, indicando descontinuidades. E isso pode chocar, a princípio, aqueles que esperam por um texto conciso, homogêneo, sem pedras que obstaculizam o caminho.

Acredito que minha dissertação representa bem como funciona a vida dos 99% da população brasileira que moram em periferias, morros, favelas, comunidades esquecidas pelo poder público. Nós estudamos em escolas públicas permeadas de violência e escassez de quase tudo que possa garantir o famoso “direito à educação” (FEDERAL,1988). As descontinuidades são mais frequentes e cotidianas no nosso caminho. A linearidade é uma característica apenas de quem nasceu bem-nascido, em berço de ouro ou teve acesso à educação de qualidade. Por isso, dissertações contracoloniais descrevem e narram o movimento da própria vida em si.

Sinto-me feliz ao completar mais essa etapa e ansiosa para as próximas. Quem sabe o doutorado?

Obrigada por todas e todos que dedicaram um pouquinho do seu tempo para ler meu texto científico-literário! E espero que tenham gostado!

Se alguém quiser entrar em contato, envie uma mensagem para ellenpcassia@gmail.com.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra: 2020.

BRASIL. **Lei n. 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura AfroBrasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm>. Acesso em set.2020.

_____. **Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008**. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html>>. Acesso em: set. 2020.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. Companhia das Letras, 2022.

CARDOSO, L. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010.

D'AMBROSIO, U. Sociedade, cultura, matemática e seu ensino. **Educação e pesquisa**, v. 31, p. 99-120, 2005.

EVARISTO, C. Gênero e etnia: uma escre (vivência) de dupla face. In: MOREIRA, N. M. B.; SCHNEIDER, L. (Orgs.). **Mulheres no mundo: Etnia, marginalidade e diáspora**. João Pessoa: Ideia, p. 201-212, 2005.

EVARISTO, C. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: Alexandre, M. A. (Org.). **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 16-21, 2007.

FEDERAL, Senado. **Constituição**. Brasília, 1988.

FREITAS, T. P. **Mulheres negras da educação brasileira**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.

GOMES, N. L. Movimento negro e educação: resignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 727-744, 2012.

GONZALEZ, L. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosPopulacaoNegra2021.pdf>> Acessado em 05 de abr. de 2023.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2020.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo Companhia das Letras, 2020.

LIMA, Y. et al. **O Futuro do emprego: estimativa do impacto da automação no Brasil**. Anais, p. 1-25, 2020.

PIEIDADE, V. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

PINHEIRO, N. **Avaliação na licenciatura em matemática sob a ótica dos discentes: implicações para a aprendizagem e para a formação como docente**. 2019. 194f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

PINTO, E. C.; FERNANDES, F. S. A escravidão como um *etno* para matemáticas no Brasil: a população negra feminina frente à pandemia do novo coronavírus. **Revista Latino-americana de Etnomatemática**. v. 13, n. 1, p. 67-85, 2020.

PRETA, R. **Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada**. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2020.

NJERI, A; RIBEIRO, K. **Mulherismo Africano: práticas na diáspora brasileira**. Currículo sem Fronteiras, v. 19, n. 2, p. 595-608, 2019.

SANTOS, A. B. **Colonização, Quilombos: modos e significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SHAKUR, A. **Escritos**. Brasília: Reaja, 2016.

TELLES, L. F. S. **Libertas entre sobrados: contratos de trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920)**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2013.